

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*

15
nº

Out. -dez. 2007

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2007

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

— João Emílio Gazzana

— Luiz Carlos Ewerton de Farias

— Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

— Oswaldo Serrano de Oliveira

— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

— Pedro Rafael Lapa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e
Serviços - CEIS - Coordenação Geral)
Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e
Agroindustriais - COERG - Produção Agropecuária)

Equipe Responsável

Autores: Adila Maria Barbosa Pinto, Adriano
Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de
Norões Vidal, Assuéro Ferreira, Carlos Américo
Leite Moreira, Carlos Alberto Figueiredo Junior,
Francisco Diniz Bezerra, Francisco Raimundo
Evangelista, Inez Sílvia Batista Castro, Laura
Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas,
Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa
Miranda e Wendell Márcio Araújo Carneiro.
Estagiários: Deborah Régis de Almeida, Francisco
Joelândio de Souza Rodrigues, Roberto Alves
Gomes e Tiago Almeida Saraiva.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino (Bibliotecária-
CRB3/921)

Diagramação

Acesso - Assessoria Documental

BNB/ETENE

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Passaré -
CEP 60.740-000 Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 15 (out. - dez. 2007) - . - Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2007 -
n. il.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1. AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1. Consórcios Públicos, Novo Caminho para a Cooperação entre os Municípios
11	2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
17	3. NÍVEL DE ATIVIDADE
17	3.1. Produto Interno Bruto
26	3.2. Produção Industrial
33	3.2.1. Produção Industrial do Nordeste
42	3.3. Nível de Utilização da Capacidade Instalada
47	3.4. Comércio
47	3.4.1. O Desempenho do Comércio no Brasil
49	3.4.2. Desempenho do Comércio no Nordeste
55	3.5. Produção Agropecuária
55	3.5.1. Agricultura
68	3.5.2. Pecuária
68	3.5.3. Agronegócio
68	3.5.3.1 Desempenho do PIB e do faturamento
74	3.5.3.2 Balança Comercial do Agronegócio
79	4. EMPREGO E RENDIMENTO
79	4.1. Emprego
80	4.2. Rendimento
82	4.3. Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal
85	5. SETOR EXTERNO
85	5.1. Balança Comercial Brasileira

86	5.1.1. Exportações
90	5.1.2. Importações
95	5.2. Balança Comercial Nordestina
95	5.2.1. Exportações
103	5.2.2. Importações
106	5.3. Balanço de Pagamentos
113	6. FINANÇAS PÚBLICAS
113	6.1. Governo Federal
113	6.1.1. Resultado Fiscal do Governo Central
114	6.1.2. Dívida Pública Federal
116	6.1.3. Necessidade de Financiamento do Setor Público
118	6.2. Estados e Municípios do Nordeste
118	6.2.1. Transferências Constitucionais
121	6.2.2. Arrecadação de ICMS

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Consórcios Públicos, Novo Caminho para a Cooperação entre os Municípios

Antônio Ricardo de Norões Vidal¹

Um dos pontos básicos do federalismo brasileiro, explicitado na Constituição Federal, é a preocupação de que os recursos sejam descentralizados nas instâncias da União, estados e municípios. Os estados e municípios devem ter recursos suficientes e independência financeira para execução das competências de cada um, conforme as expectativas dos cidadãos.

Acontece que a maioria depende das transferências da União para executarem políticas públicas, visto que é baixa sua capacidade de arrecadação de impostos. Essa dependência histórica e a descentralização da prestação de serviços públicos criam um ambiente favorável à cooperação intermunicipal.

O exemplo mais evidente da dependência é o fato de os fundos de participação de estados (FPE) e municípios (FPM) representarem, no caso do Nordeste, 48% dos recursos que eles movimentaram até setembro último. Se somar aos dois fundos, o ICMS tem-se a quase totalidade de recursos de estados e municípios². Situações como esta levam ao debate atual sobre a distribuição

de recursos no interior da Federação, o chamado federalismo fiscal.

Dos 1.793 municípios nordestinos, 67,7% deles têm até 20.000 habitantes (IBGE, 2007) e 90,8% chegam a até 50.000 habitantes. São municípios que apresentam dificuldades para implementar e gerenciar, por exemplo, políticas de saneamento e saúde em virtude de incapacidade financeira. Tome-se o caso de um aterro sanitário: seu custo é quase igual para atender a uma cidade de 50 mil ou de 150 mil habitantes, conforme discutido no Congresso de Consórcios Públicos do Nordeste, em Fortaleza, de 2 a 4.12.2007. Como a maioria dos municípios tem menos de 50.000 habitantes, ainda é muito oneroso para uma prefeitura isolada arcar com um projeto desse porte.

Na realidade brasileira, a maioria dos municípios não possui condições econômicas e técnicas para executar uma grande diversidade de políticas públicas que podem ser financiadas ou reguladas pelos estados ou pela União. Mas, o importante é que a execução utilize a estrutura administrativa municipal, já que, os usuários destas políticas

¹ Economista, consultor técnico do ETENE.

² Não se está incluindo o valor das transferências voluntárias da União.

são as pessoas que vivem no município. Assim, a relação entre os entes administrativos deve ser realizada sob a forma de cooperação, sendo que, o município não deve ser fragilizado dentro da relação com o estado ou a União.

A propósito da cooperação federativa: a legislação que atende a tais objetivos constitucionais é posterior a vários consórcios intermunicipais. Um dos mais famosos é o do Grande ABC, criado em 1990 pelas prefeituras de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, todas em São Paulo. Seu foco era a solução de problemas em comum de natureza ambiental. Hoje, seu principal objetivo é promover formas articuladas de desenvolvimento.

A fragilidade jurídica dos instrumentos de cooperação federativa, antes da existência de legislação específica, contribuiu para que várias experiências de consórcios públicos não prosperassem. O termo consórcio intermunicipal origina-se do fato de que, antes das novas leis de consórcios públicos e de gestão associada dos serviços públicos, os consórcios só poderiam ser firmados por entes da mesma esfera.

Cumprе ressaltar que a experiência de consórcio público não é uma idéia originalmente brasileira. Em várias partes do mundo existem experiências de sucesso de gestão associada de serviços públicos, particularmente na área de saneamento básico. A Itália definiu o “Melhor Território Geográfico” para fins de gestão associada de serviços públicos de saneamento e esgotamento sanitário. O “Âmbito Territorial Ótimo” (ATO) que seria o espaço em que esses serviços podem ser geridos com maior eficiência e racionalidade, nem sempre coincide com a esfera municipal.

Portugal, por sua vez, possui um plano estratégico nacional de gestão de resíduos urbanos, em que 80% dos recursos necessários para sua implementação foram provenientes de fundos co-

munitários. Já o Canadá tem um consórcio intermunicipal chamado “Distrito Regional da Grande Vancouver” que realiza eficazmente o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos e de qualidade do ar para mais de 2,2 milhões de canadenses. Na França, os consórcios intermunicipais surgiram após a segunda guerra mundial. Atualmente, cerca de 4.000 consórcios prestam serviços de abastecimento de água para 22.000 municípios franceses.

No Brasil, a formação de consórcios públicos está na Constituição Federal desde 1998, quando uma alteração no artigo 241 passou a permitir a gestão associada dos serviços públicos (Emenda Constitucional nº 19).

O instrumento legal veio com a Lei dos Consórcios Públicos e da Gestão Associada de Serviços Públicos (n.11.107, de 6/04/2005), regulamentada pelo decreto 6.017, de 17/01/2007. É a primeira lei brasileira dedicada exclusivamente à disciplina de instrumentos de cooperação federativa.

A nova lei não prejudica as formas de consórcios públicos anteriores, favorece a transparência das relações entre os entes consorciados e gera garantias jurídicas, além de revelar o interesse da União em estimular os consórcios sob sua égide. O art. 37 do decreto 6.017 evidencia isso: **“Os órgãos e entidades federais concedentes darão preferência às transferências voluntárias para Estados, Distrito Federal e Municípios cujas ações sejam desenvolvidas por intermédio dos consórcios públicos”.**

Nas regiões Sul e Sudeste, o instituto dos consórcios públicos já está bastante desenvolvido. No Norte e Nordeste, contudo, ainda é embrionário. Tendo em vista a preferência da União para as transferências de recursos (não constitucionais) aos municípios consorciados, é impositivo

que nessas regiões os municípios se organizem sob esse instrumento de cooperação, permitindo acesso a novas fontes de recursos.

O art. 39 do decreto 6.017 é mais incisivo quanto à necessidade dos municípios se organizarem sob a forma de consórcios públicos: **“A partir de 1º de janeiro de 2008 a União somente celebrará convênios com consórcios públicos constituídos sob a forma de associação pública ou que para essa tenham se convertido”**.

Segundo a nova lei³, os consórcios públicos podem ser estabelecidos só entre estados, só entre municípios, estados e municípios e União, estado e alguns ou todos os seus municípios.⁴

Com a Lei dos Consórcios Públicos há três tipos de consórcios: os administrativos, os públicos de direito privado e os públicos de direito público. Este último é o único que possibilitará os municípios realizarem convênios com entes da União, a partir de 1/01/2008.

Dada a imposição do art. 39 do Decreto 6.017, vale a pena se deter nos consórcios públicos de direito público. Estes são associações públicas do tipo autarquia e integram a administração indireta de todos os entes federativos que o formam.

Como o consórcio é uma autarquia, o titular do serviço público pode transferir para o consórcio os poderes inerentes à titularidade do serviço, o que não pode ocorrer com o convênio de cooperação.⁵

A constituição de um consórcio público segue três estágios:

- a) um protocolo de intenções, subscrito pelos chefes do poder executivo de cada um dos consorciados;
- b) a lei na qual cada legislativo aprova o protocolo de intenções e
- c) a convocação da assembléia geral do consórcio, que ratificará o protocolo, decidirá sobre os estatutos e, na maior parte das vezes, efetuará a eleição da primeira diretoria do consórcio.

Os consórcios públicos podem atuar em ações e programas de saúde, manejo de resíduos sólidos, educação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, uso comum de equipamentos, planejamento para o desenvolvimento regional, entre outras ações.

Os consorciados podem enviar recursos para o consórcio de duas formas: pagando pela prestação de bens ou serviços (essa contratação dispensa licitação) ou a partir de contrato de rateio, quando é difícil se identificar o ente consorciado beneficiário direto do serviço ou o produto realizado pelo consórcio.

A forma de cooperação via consórcios públicos abre novas perspectivas para captação de recursos pelos municípios. Um dos exemplos é a área de saneamento básico.

A portaria nº 723, de 24/06/2007, da Fundação Nacional de Saúde, fixa os critérios e procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros no biênio 2007/08 nas ações de saneamento a serem desenvolvidas pela Funasa/Ministério da Saúde no âmbito da

3 Na verdade, as formas como entes federativos podem se consorciar já estavam contempladas na Emenda Constitucional nº 19/1998.

4 A Lei dos Consórcios Públicos só permite que a União se consorcie com municípios, se o Estado também participar.

5 A gestão associada autorizada por convênio de cooperação é muito mais restrita que a autorizada por consórcio público, porque muitas funções estatais não podem ser delegadas ou transferidas para fora da administração do seu titular. No consórcio público isto é possível porque ele está dentro da administração. O consórcio público tem todos os poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos e pode prestar esses serviços.

componente “infra-estrutura social e urbana” do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Para a elaboração das propostas técnicas e sua implementação, os proponentes devem considerar as diretrizes da portaria, que estabelece, entre outras condições, privilégios aos pleitos apresentados a partir do instrumento de contratação de consórcios públicos, conforme a lei 11.107/05.

Outra possibilidade de captação de recursos para os municípios, através do instrumento consorcial, é a aplicação da Lei de Parcerias Público-Privadas – PPPs. Conforme disposto na lei 11.079/04, art. 2º, a celebração de contratos de parceria público-privada não pode ser inferior a R\$ 20 milhões, com prazo excedendo a cinco anos. Isso praticamente veta o uso de parcerias por um município isolado, em função do volume mínimo de recursos e, sobretudo, do prazo, que ultrapassa uma legislatura.

No entanto, reunindo-se em consórcios públicos é possível viabilizar PPPs para a realização de obras públicas de infra-estrutura de grande porte e de interesse comum dos municípios.

Um risco para as PPPs com consórcios públicos vem da essência dessa forma de cooperação: os entes consorciados são voluntários. A saída de um ou de alguns consorciados poderá gerar situação de perda econômica do consórcio e comprometer a contrapartida do contrato de PPPs.

Outro possível problema é a duração mínima de 5 e máxima de 35 anos que supera a vigência das gestões político-administrativas à época da celebração do contrato.

Logo, o consórcio público precisa ser visto como um instrumento de cooperação em que a articulação com outros municípios com problemas comuns é a única forma de desenvolver a contento as políticas públicas.

Sabendo que a União explicitamente tem interesse em favorecer os municípios que utilizam o instrumento de consórcios públicos, para a transferência de recursos, cabe ainda observar que existem outras fontes de recursos a serem utilizadas pelos consórcios. É o caso, por exemplo, das linhas de financiamento do Banco do Nordeste que abrangem tanto projetos de pesquisa para o desenvolvimento regional, como empreendimentos nas áreas de saneamento básico, saúde e cultura, entre outros.

A Lei de Consórcios Públicos viabilizou um instrumento importante para os municípios, permitindo que a cooperação federativa se desenvolva em campo estável e transparente. As políticas públicas modernas, que incorporam uma diversidade muito grande de demandas sociais, exigem dos gestores a articulação das suas ações com outros municípios, estado e União. O consórcio público é um novo caminho para que os municípios consigam atender às suas demandas sociais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Raquel Machado de Aguiar Jardim. **Consórcios Públicos** – O Poder de Diálogo das Prefeituras junto aos Governos Estadual e Federal. Disponível em <www.seplan.go.gov.br/sepin/down/conjuntura8.pdf>. Acesso em: 10. dez. 2007.

AZEVEDO, Damião Alves de. A Natureza Jurídica das Associações de Municípios e dos Consórcios Intermunicipais. **Revista de Direito Administrativo**, n° 238 – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, out./dez. 2004, p.375 a 383.

BRASIL. Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Disponível em <www.conveniosfederais.com.br/Decretos/dec6017_07.htm>. Acesso em: 13. dez. 2007a.

_____. Lei 11.107, de 6 de abril de 2005. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 13. dez. 2007b.

_____. Portaria n° 723, de 24 de junho de 2007. Disponível em <www.funasa.gov.br>. Acesso em: 13. Dez. 2007c.

CONGRESSO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS DO NORTE E NORDESTE. 2007, Fortaleza.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais**. [S.I.: s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO DE CONSÓRCIOS – IDC. **Manual de Consórcios Públicos**. Mimeografado. Fortaleza, Dezembro de 2007.

RIBEIRO, Wladimir Antônio. **Cooperação Federativa e a Lei dos Consórcios Públicos**. Disponível em <www.saude.rn.gov.br/arquivos/Doc.%20%20apoio/Cartilha%20cons%F3rcios.pdf>. Acesso em: 14. dez. 2007. em: 14 dez. 2007.

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

As dificuldades enfrentadas no segmento *subprime* do mercado imobiliário americano provocaram uma crise financeira mundial cujas proporções ainda não são totalmente dimensionadas. Por outro lado, o produto interno bruto real norte-americano chegou a crescer 4,9% no terceiro trimestre de 2007, apresentando aceleração sobre o segundo trimestre. Esta aceleração foi fortemente influenciada pelo aumento das exportações de bens que se expandiram 26,2% na taxa anual ajustada sazonalmente e representou uma contribuição de 1,96 ponto percentuais na composição da taxa de 4,9 pontos do PIB.

Entretanto, o comportamento recente do consumo pessoal e do investimento sinaliza para um quadro pouco auspicioso. O consumo pessoal continua com taxas positivas de expansão, contudo, nos três primeiros trimestres de 2007 estas taxas foram iguais ou inferiores às de igual período de 2006.

Já o investimento, que envolve três agregados – residencial, não residencial e acúmulo de estoques – apresentou contribuição positiva de apenas 0,77 pontos percentuais ao PIB em virtude da elevada variação de estoques (0,89 pontos percentuais) – o que denota desaquecimento da economia. Nas dez últimas recessões norte-americanas, oito foram antecedidas por queda da atividade de construção residencial (LEAMER, 2007) e o investimento residencial vem registrando ta-

xas negativas há sete trimestres, desde o início de 2006.

O declínio do investimento residencial se reflete em redução dos preços destes ativos e numa contribuição negativa ao PIB de cerca de um ponto percentual. Desta forma, o pacote do governo Bush para injetar cerca de US\$ 140 bilhões na economia é uma tentativa de compensar esta perda. Saliente-se que os lucros corporativos das empresas domésticas, até o terceiro trimestre, também apresentavam declínio, especialmente no ramo financeiro. Logo, as perspectivas imediatas de recuperação do investimento não residencial são remotas.

Em função da complexidade dos instrumentos financeiros e da difusão dos riscos entre vários gestores de fundos e bancos, bem como a demonstrada incapacidade das agências de *rating* de avaliarem o risco, os *defaults* de pagamentos das famílias nos reembolsos dos créditos hipotecários têm engendrado uma desconfiança generalizada nos mercados financeiros internacionais.

Por outro lado, na tentativa de amenizar os efeitos da crise financeira sobre o lado real, deve-se registrar o comportamento do FED, o banco central norte-americano. A taxa de juros foi reduzida, desde set./07, de 5,25% a.a. para 3,5% a.a., o que ameniza a situação de credores do sistema financeiro.

Apesar da instabilidade financeira internacional, as perspectivas para a economia brasileira ainda permanecem favoráveis. A equipe BNB Conjuntura Econômica estima expansão de 4,8% do PIB, em 2008, beneficiado pelo dinamismo da demanda interna. A evolução das operações de crédito e a conjuntura favorável do mercado de trabalho serão decisivas para esse desempenho.

A evolução das operações de crédito apresentou crescimento substancial em 2007 e as expectativas são de continuidade desse processo em 2008. O estoque total de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 908,8 bilhões em novembro – avanço de 3,1% no mês e de 26,7% em 12 meses. Com esse resultado, a relação desse agregado com o Produto Interno Bruto (PIB) subiu para 34,3%, ante 30,2% em novembro de 2006 (BACEN, 2008a)⁶.

De acordo com o Banco Central, boa parte desse desempenho está associada ao forte crescimento da demanda por crédito por parte das empresas, em função do aumento dos financiamentos para novos investimentos e reposição de estoques do comércio e da indústria. Ademais, as condições favoráveis de financiamento e a expansão da massa salarial estimulam uma demanda maior por empréstimos bancários das famílias, principalmente para aquisição de bens de consumo duráveis.

Já o custo médio das operações de crédito caiu 0,7 ponto percentual no mês e 6,3 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 34,7% - a menor taxa da série histórica iniciada em junho de 2000. Esse resultado reflete, sobretudo, a diminuição dos juros de empréstimos destinados às famílias.

Vale mencionar que o aumento das operações de crédito em um contexto de recuo do cus-

to médio tem permitido estabilidade dos níveis de inadimplência. De fato, atraso superior a 90 dias manteve-se estável em 4,5% entre outubro e novembro e recuou 0,6 ponto percentual em 12 meses.

Para 2008, a expectativa é de que o aumento dos custos de financiamentos e do crédito, em função da elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não afete substancialmente as operações de crédito do sistema financeiro. Isto pelo fato da expansão do crédito estar relacionada principalmente com a evolução dos prazos de financiamento nas áreas do crédito pessoal, imobiliário e aquisição de bens. Em 2007, a variação dos prazos de financiamentos foi de 23,1%. Ademais, o aumento do IOF não atinge o crédito corporativo e do setor imobiliário, o que mantém o cenário favorável para os investimentos.

Com relação ao setor público, apesar do impacto negativo no Orçamento da União decorrente do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira-CPMF, as expectativas para este ano sugerem a manutenção da disciplina fiscal que vem sendo adotada pelo Governo, com objetivo de garantir a meta de superávit primário nas contas públicas. A estimativa do Governo é garantir um superávit primário consolidado equivalente a 3,8% do PIB, do qual pode ser descontado até 0,5% do PIB de investimentos em infra-estrutura.

Para compensar a perda de receitas, equivalente a, aproximadamente, R\$ 39,3 bilhões, o Governo Federal deve adotar algumas medidas com repercussão nas receitas e despesas. Já foi anunciado, no início de janeiro de 2008, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras-IOF e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, bem assim

6 BACEN. Sigla para o Banco do Brasil que será utilizada nos textos.

cortes de gastos, os quais ensejarão mudanças no Projeto de Lei Orçamentária (PLO) em tramitação no Congresso. Ao lado disso, espera-se que o Governo retire da proposta de política industrial as desonerações tributárias previstas para 2008 e as desonerações da folha de pagamento das empresas e das exportações. De maneira geral, as expectativas do mercado é de que esse ajuste previsto se efetue principalmente via melhoria dos gastos públicos. Isso significará maior pressão para contenção das respectivas despesas, notadamente dos gastos correntes, uma vez que são bastante reduzidas as chances de aprovação de qualquer proposta de elevação de receitas, pois significará ampliação da carga tributária.

As receitas previstas com o aumento das alíquotas do IOF e da CSLL são de R\$ 10 bilhões, esperando-se outros R\$ 20 bilhões através do corte de despesas, o qual, segundo o Governo, deverá ocorrer, provavelmente, de forma linear nas emendas parlamentares. Os investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento, bem como os programas sociais, não deverão ser atingidos, mas outros investimentos não inseridos nesse Programa poderão perder recursos. Os demais R\$ 10 bilhões que faltam para compensar a CPMF advirão da arrecadação tributária extra gerada pelo crescimento econômico previsto para 2008, na faixa de 5%, mas que pode ser frustrado devido ao agravamento da crise internacional ou em razão dos aumentos da taxa de juros que o Banco Central brasileiro pode vir a adotar ao longo de 2008, sob o pretexto de assegurar o cumprimento da meta de inflação.

Outro desdobramento importante com o fim da CPMF é a perda de recursos que seriam destinados aos estados para financiar programas de combate à pobreza, de saúde e de previdência social. No caso do Nordeste, esse efeito negativo é ainda mais expressivo, pois a Região recebia praticamente o dobro do que arrecadava com a

CPMF, receitas importantes que não deverão ser compensadas em 2008.

Apesar de o quadro fiscal ser ainda bastante incerto, pois as medidas só serão anunciadas em fevereiro, deve-se considerar muito provável que a discussão da reforma tributária entre na pauta do Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre. Aguarda-se pelo menos um projeto restrito de reforma, mas com boas possibilidades de consenso, como o apresentado no final de 2007, que sugeria a criação do Imposto Sobre o Valor Agregado – IVA, substituindo tributos sobre bens e serviços (PIS, COFINS, IPI, CIDE-combustíveis e ICMS) e a cobrança no destino (substituindo a cobrança na origem) nas transações interestaduais, a serem implantadas de forma gradativa no longo prazo. Essas medidas representariam um avanço porque reduziria o número de tributos, simplificaria a burocracia tributária nas empresas e restringiria a guerra fiscal e as possibilidades de sonegação fiscal.

Com relação ao mercado de trabalho, a expectativa para 2008 é de continuidade da trajetória de crescimento da massa salarial verificada no ano passado, reflexo tanto do aumento substancial do emprego formal quanto do rendimento médio real do trabalho efetivamente recebido. Segundo o Cadastro Geral de Empregos (CAGED), a geração de empregos com carteira assinada em 2007 foi a maior registrada na história. Foram criados 1.617.392 postos de trabalho, um incremento de 5,8% (CAGED, 2008).

Chama atenção a convergência entre o indicador de emprego com a estimativa de aumento do PIB para 2007, em torno de 5,2%. Para 2008, a perspectiva é de continuidade dessa sintonia entre o ritmo de crescimento do PIB e do emprego formal. Entretanto, a interrupção do processo de flexibilização da política monetária poderá provocar uma reversão de expectativas. A decisão

do Banco Central de manter os juros básicos em 11,25%, desde setembro de 2007, decorreu, sobretudo, do comportamento da inflação doméstica ao longo de 2007, especialmente a parte de serviços e alimentos.

Os alimentos subiram 10,7% em 2007 e levaram o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) a encerrar o ano em 4,46%, próximo ao centro da meta do Banco Central (4,5%). O crescimento dos preços dos alimentos segue uma tendência mundial decorrente de problemas de oferta vinculados às condições climáticas desfavoráveis e à forte progressão da demanda de países emergentes. O crescente uso de lavouras para produção de etanol exerce também pressão sobre os preços. A soja, após queda nos preços verificada em 2004, tende a permanecer na trajetória de recuperação iniciada em 2006. Impulsionado pela bianualidade⁷ positiva e pelos níveis dos estoques públicos e privados, o preço do café deverá permanecer estável com leve tendência de redução. Negociado no mercado interno, os preços do feijão, que experimentaram aumentos expressivos nos últimos três meses de 2007, deverão arrefecer em 2008, dadas as condições climáticas mais favoráveis em relação ao ciclo passado.

Para 2008, a expectativa é de um IPCA próximo ao de 2007, em torno de 4,5%, em função de maior pressão nos preços administrados e de menor pressão dos preços dos alimentos.

Entre novembro e dezembro, o índice de Confiança do Empresário Industrial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) caiu de 121,2 para 116,1 com recuo, sobretudo, no Índice de Expectativas para o Futuro que passou de 111,4 para 103 pontos. Essa menor confiança dos empresários estaria relacionada com o cenário de instabilidade da economia mundial e, particularmente, a avaliação do

Copom de que “o ritmo de expansão da demanda doméstica ganha cada vez mais relevância como fonte de riscos para a dinâmica inflacionária, diante de sinais de que, a despeito do comportamento robusto dos investimentos, restrições à expansão da oferta poderiam estar emergindo” (BACEN, 2008b).

A julgar pelo comportamento do nível de utilização da capacidade instalada (NUCI), é apressado sinalizar para esses eventuais gargalos de oferta preconizados pelo Copom. Conforme a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, o NUCI da indústria brasileira ficou em 86,7% ante 87,2% em novembro e 87%, em outubro. Já na comparação entre dezembro de 2007/06, o NUCI cresceu apenas 2,3 pontos percentuais, resultado do forte aquecimento da demanda interna. É necessário ter em conta que a forte expansão da demanda interna tem estimulado decisivamente o investimento produtivo. Entretanto, a resposta em termos de geração de nova capacidade de produção requer alguma defasagem temporal cuja extensão varia de setor para setor.

A estabilidade do nível de utilização em 2007 revela, com a referida defasagem temporal, a realização de investimentos de ampliação da capacidade produtiva e de modernização das empresas, possibilitando ganhos substanciais de produtividade. A importação de máquinas e equipamentos, beneficiada pela apreciação da moeda nacional, tem sido fundamental para esse processo. Ademais, constata-se incremento relevante da produção nacional de bens de capital que teve acréscimo de 19,5% nos 11 primeiros meses de 2007. Para 2008, o ritmo de investimentos deverá continuar, refletindo o dinamismo da evolução do crédito e do mercado de trabalho, além da realização dos investimentos no âmbito do Programa

7 A cultura do café tem a característica de apresentar numa determinada safra maior produção (bianualidade positiva), seguida por outra de menor produção (bianualidade negativa).

de Aceleração do Crescimento (PAC). Cumpre ressaltar que dos R\$ 16 bilhões empenhados do orçamento do PAC de 2007, apenas R\$ 4,5 bilhões foram liberados, devendo o restante ser realizado ao longo de 2008 (BALANÇO..., 2008).

A expansão da indústria deverá ficar em torno de 6% em 2007, praticamente o dobro do registrado em 2006 (3,1%). Como já salientado, a interrupção do ciclo de queda da taxa Selic e o cenário de instabilidade financeira internacional poderão afetar negativamente as expectativas dos empresários. Esta situação implicaria ligeira desaceleração no crescimento industrial em 2008 de um a dois pontos percentuais com relação ao desempenho de 2007.

Uma característica marcante do desempenho da atividade industrial, em 2007, como já ressaltado, foi a liderança do setor de bens de capital. O fato positivo é que essa ampliação vem contribuindo efetivamente para o crescimento da oferta de bens e serviços. Por outro lado, a forte discrepância entre o desempenho desse segmento e os setores de bens intermediários e bens de consumo semi e não-duráveis terminou por, relativamente, fazer com que a taxa de crescimento da produção industrial do Nordeste ficasse bem abaixo da média brasileira, em 2007. Isto ocorre pelo fato do setor de bens de capital não ser representativo na matriz industrial nordestina. Desse modo, espera-se incremento da produção física industrial na Região em cerca de 3%.

Com a expectativa de que o setor de bens de investimentos continuará crescendo acima dos demais em 2008, embora numa proporção inferior a 2007, a tendência é de manutenção da disparidade entre as taxas de crescimento brasileira e nordestina, devendo o PIB da Região expandir-se em torno de 4,4%. Em contrapartida, o Nordeste continuará se beneficiando da expansão de setores vinculados à melhoria da renda que são bene-

ficiados pelo aumento do emprego formal e pelos programas de transferência de renda.

A expectativa é de continuidade do desempenho exportador dos setores produtores de *commodities*, com forte presença na matriz industrial nordestina, em função da manutenção da demanda mundial aquecida, mesmo que em ritmo menor. De acordo com as previsões da Conferência da ONU para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), os intercâmbios internacionais praticamente não vão se alterar (7,1% em 2008 contra 7,2% em 2007), beneficiando particularmente os países exportadores de *commodities*. Contudo, uma recessão mundial associada a uma desvalorização do dólar levaria à queda dos preços dos produtos básicos, prejudicando as regiões exportadoras desses produtos. Ressalve-se, novamente, que o cenário internacional poderá ser alterado na dependência dos desdobramentos negativos da crise financeira provocada pelo segmento *subprime* nos EUA. No entanto, não se deve desprezar que economias importantes como as da China, Índia, Rússia e Brasil vêm apresentando, em maior ou menor medida, graus de descolamentos das economias desenvolvidas devido às vigorosas expansões dos seus mercados internos, além da diversificação de destino das suas exportações.

No cenário externo, a balança comercial brasileira apresentou superávit de US\$ 40 bilhões em 2007, queda de 13,8% em relação ao superávit de US\$ 46,6 bilhões de 2006. Neste contexto, é importante ressaltar que as exportações permaneceram em trajetória de expansão em 2007 face a 2006 (+16,5%) apesar do processo de valorização da moeda nacional, o qual contribuiu para que as importações crescessem a taxa bem superior (+32%). As estimativas de mercado para 2008 são de um superávit da balança comercial de US\$ 30 bilhões. Esse desempenho da balança comercial pressupõe a manutenção do crescimento da economia mundial em 2008. No Nordeste,

as taxas de expansão das exportações devem ser inferiores às da economia nacional ao mesmo tempo em que as importações devem crescer de forma mais acelerada que no Brasil. No Nordeste, cerca de metade das importações são realizadas por apenas cinco grandes empresas ligadas à petroquímica, indústria automobilística e de metais (Petrobrás, Caraíba, Braskem, Ford e M&G Polímeros), cujas compras se concentram em insumos básicos, combustíveis e bens de capital. Estas importações têm sido favorecidas pela apreciação da moeda nacional.

Os economistas da UNCTAD prevêem crescimento do mundo de 3,4% para 2008, contra 3,7%

em 2007 e 3,9% em 2006. O crescimento mundial seria sustentado principalmente pelos países em desenvolvimento com previsão de 6,5% neste ano, ante 6,9% em 2007. Considerando esse cenário, as exportações brasileiras continuariam sendo beneficiadas pela forte demanda por produtos básicos no mercado internacional.

Entretanto, os analistas ressaltam que o agravamento da crise imobiliária americana e uma acelerada queda do dólar podem reduzir para menos da metade o crescimento econômico global (1,6%). A depreciação do dólar implicaria menor demanda de produtos do resto do mundo, com riscos para os países em desenvolvimento que têm a maior parte de suas reservas cambiais em dólares.

REFERÊNCIAS



BALANÇO do PAC, ano 1. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. **Nota para a Imprensa**. 2007. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008a.

_____. **Relatório de inflação**, v. 9, n. 7, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2008b.

CAGED. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

LEAMER, Edward E. **Housing and business cycle**. Disponível em: <<http://biog.inman.com/LeamerHousingandBusinessCycle.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2007.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - PIB - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a preços de mercado registrou avanço de 1,7% no terceiro trimestre de 2007. Com relação ao mesmo período de 2006, o crescimento alcançou 5,7% - o maior desde o segundo trimestre de 2004, quando atingiu 7,8%. Entretanto, vale lembrar que esse excelente desempenho ocorreu sobre uma base de comparação já elevada. No acumulado do ano, a expansão foi 5,3% - a maior taxa desde o terceiro trimestre de 2004 (5,7%). Em valores, o PIB totalizou, no terceiro trimestre de 2007, o montante de R\$ 645,2 bilhões, sendo

R\$ 551,6 bilhões de valor adicionado e R\$ 93,5 bilhões de impostos.

A forte expansão do PIB reflete o dinamismo dos componentes fundamentais do mercado interno, principalmente a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Consumo das Famílias. Em contrapartida, os efeitos positivos das exportações vêm diminuindo trimestre a trimestre (Gráfico 01).

Analisando os componentes de demanda interna, os resultados foram bastante satisfatórios, com destaque para a *performance* da Formação

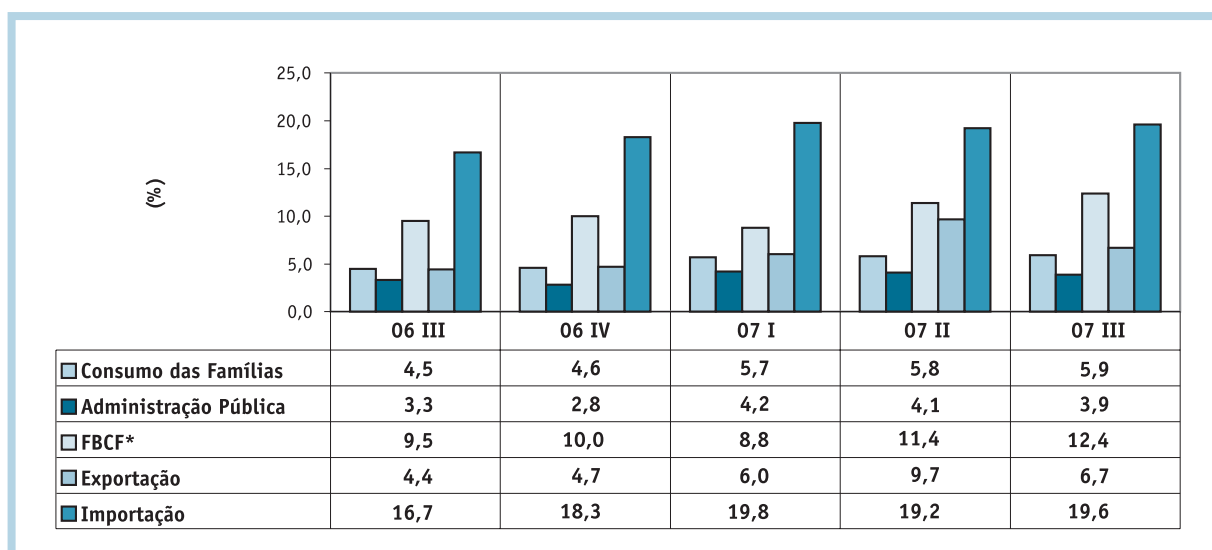


Gráfico 01 - Brasil. Variação do PIB em Volume, por Componente da Demanda (Taxa Acumulada ao Longo do Ano)

Fonte: (IBGE, 2007a).

(*) FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo.

Bruta de Capital Fixo que avançou 14,4% frente ao mesmo período do ano passado – a décima quinta alta trimestral consecutiva e a maior expansão trimestral desde 1995. Esse desempenho é bem superior ao registrado pelo PIB, permitindo uma elevação da taxa de investimento (FBCF/PIB) que atinge 18,3% no terceiro trimestre – acréscimo de 1,4 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, a FBCF assinalou acréscimo de 12,4% contra 9,5% no mesmo período de 2006.

A contribuição da produção local de bens de capital tem sido decisiva para explicar o processo de aceleração dos investimentos. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (IBGE, 2007b), a produção de bens de capital cresceu 18,8% no acumulado janeiro-outubro ante igual período de 2006. O crescimento desse setor de forma generalizada, como está ocorrendo, sinaliza uma ampliação da capacidade produtiva em geral.

Todos os segmentos da indústria de bens de investimento assinalaram incrementos positivos no indicador acumulado do ano. Os ramos que sobressaíram foram os bens de capital peças agrícolas (175,2%) e bens de capital agrícolas

(45,1%), refletindo os bons resultados registrados na produção agropecuária e as perspectivas favoráveis para 2008.

O desempenho da indústria tem beneficiado substancialmente a produção de máquinas e equipamentos para fins industriais. No ramo de bens de capital seriado, observa-se uma elevação de 17,9% no período janeiro-outubro em relação a igual período de 2006. Já os bens de investimentos não seriados, que são fabricados de acordo com características técnicas adaptadas a determinado processo de produção, o acréscimo de 7,1% no acumulado do ano foi mais modesto.

Vale destacar os resultados positivos nos segmentos de bens de capital voltados para infraestrutura (construção, energia elétrica e material de transportes), reflexo da execução de investimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Gráfico 02).

Ademais, o processo de valorização cambial leva a uma redução dos preços em reais das máquinas importadas, contribuindo para reforçar o processo de expansão da capacidade produtiva. De acordo com a Fundação Centro de Estudo em

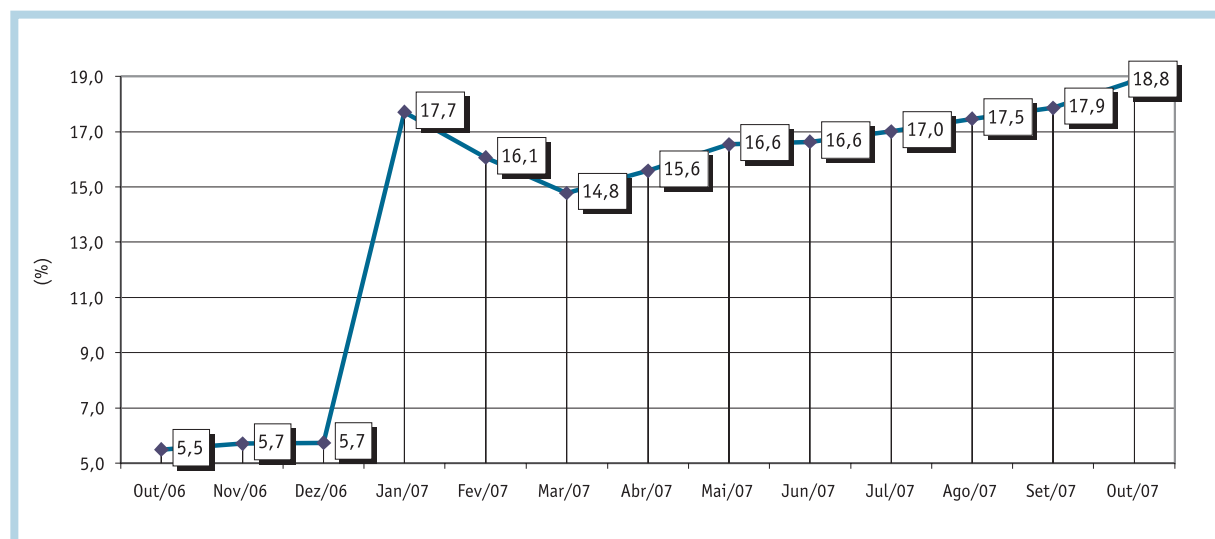


Gráfico 02 - Brasil. Produção Física - Índices Especiais de Bens de Capital (Índice Acumulado no Ano - Base Igual mesmo Período do Ano Anterior)

Fonte: (IBGE, 2007f).

Comércio Exterior (Funcex), as importações de bens de capital cresceram 35,3% no acumulado dos 11 primeiros meses do ano.

Já o consumo das famílias se beneficia substancialmente do dinamismo do mercado de trabalho, dos programas de transferência de renda e da expansão do crédito. Esse componente da demanda agregada elevou-se 6% em relação ao mesmo trimestre de 2006 – a maior taxa desde o segundo trimestre de 1997, quando alcançou 6,9%. No acumulado do ano, avançou 5,9%.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2007), o número de empregos gerados foi o maior da história no mês de novembro, com incremento de 124.554 vagas, 45 mil vagas a mais que o observado em nov./04 – o segundo maior resultado da série do CAGED. Nos 11 primeiros meses de 2007, foram gerados 1.936.806 empregos formais – também recorde da série histórica do CAGED, com destaque para o setor de serviços, responsável por 32,4% das novas contratações no acumulado do ano, ou 627.898 empregos formais. Em seguida, aparecem a indústria de transformação, que garantiu 537.556 vagas, e a construção civil com outras 202.636 contratações – correspondendo a 27,7% e 10,4% do saldo líquido total, respectivamente.

O Nordeste registrou, no acumulado do ano, o terceiro melhor desempenho com 219.273 novos postos, ultrapassado pelas regiões Sul e Sudeste. Todos os estados nordestinos registraram saldo líquido positivo em termos de geração de emprego no acumulado janeiro-novembro.

Essa trajetória positiva é confirmada pela Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2007) que estima em 21,3 milhões o contingente de pessoas ocupadas em outubro de 2007 – crescimento de 3,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Regionalmente, Salvador assinalou o maior desempenho (+4,7%) entre as regiões pesquisadas nessa base de comparação.

Quanto à inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, as informações das seis regiões revelam a continuidade da trajetória de expansão dos empregos com carteira assinada comparativamente às formas de ocupação consideradas informais (trabalhadores sem carteira e por conta própria). Os “com carteira” registraram uma taxa de crescimento bem superior à taxa média de evolução das ocupações no mês de outubro de 2007 na comparação com igual período do ano anterior (Gráfico 03).

Com relação aos rendimentos, observa-se uma continuidade da trajetória de crescimento em 2007. No acumulado janeiro-outubro, a média do rendimento habitualmente recebido pela população ocupada foi de R\$ 1.126,00, 3,4% a mais em relação à média acumulada no mesmo período de 2006. No recorte regional, Recife (3%) e Salvador (2,8%) assinalaram aumentos inferiores à média das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE nessa base de comparação.

Esse movimento de expansão do emprego e do rendimento tem impactado positivamente no desempenho da massa salarial. No acumulado janeiro-outubro, constatou-se uma expansão de 6,4% da massa de rendimentos comparativamente aos dez primeiros meses de 2006, com destaque para a região metropolitana de Salvador com avanço acima da média das regiões pesquisadas (8,5%) (IEDI, 2007).

A manutenção de resultados positivos nas negociações salariais em 2007 está sendo decisiva para esse desempenho. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2007), 90% dos acordos salariais possibilitaram ganhos acima da inflação medida pelo INPC no primeiro semestre de 2007, chegando a 93% na indústria. Os ganhos de produtividade recorrentes no setor industrial têm permitindo a obtenção de reajustes salariais acima da inflação. Vale destacar que a negociação de ganhos de pro-

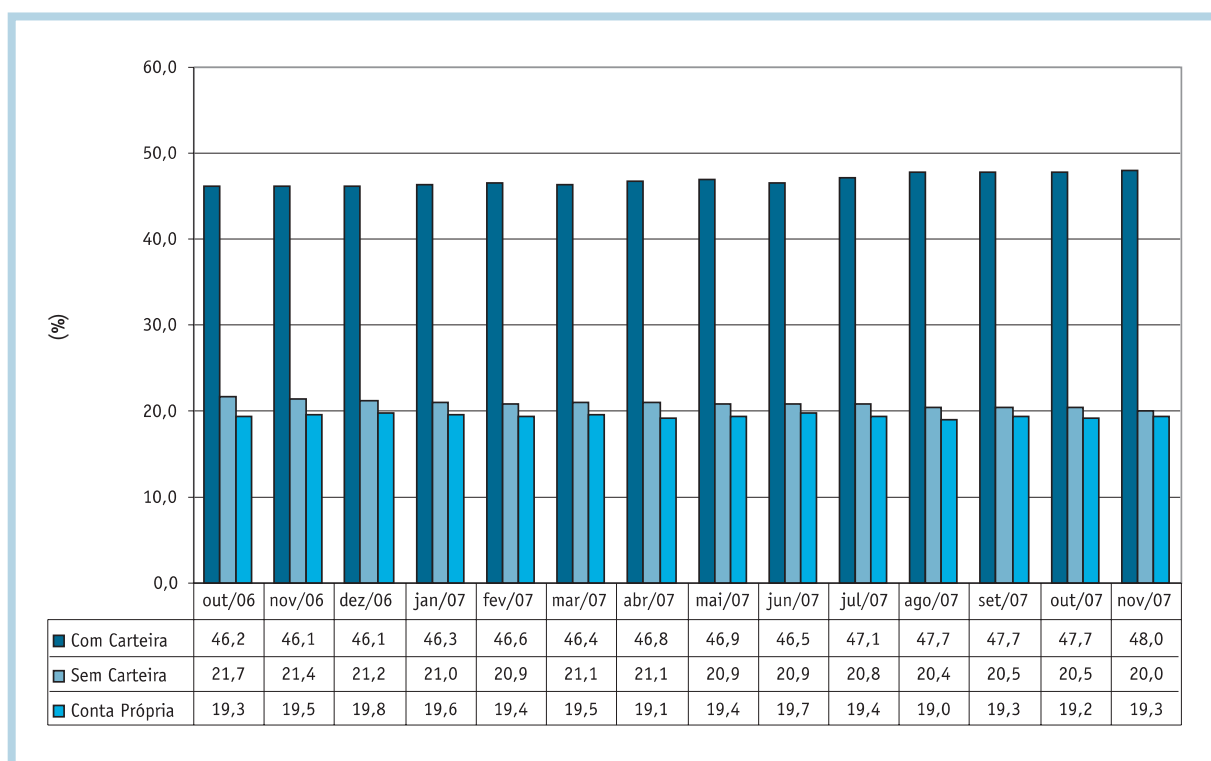


Gráfico 03 - Brasil. Taxa de Ocupação Segundo as Formas de Inserção do Trabalhador no Mercado de Trabalho

Fonte: (IBGE, 2007e).

atividade por parte dos trabalhadores constitui-se uma forma de melhorar o poder aquisitivo sem acirrar conflitos distributivos.

Os programas de transferência de renda do Governo Federal estão também sendo cruciais para a expansão do consumo das famílias. Além de ser um importante instrumento de inclusão social, ao reduzir a pobreza e a indigência no País, o Bolsa Família dinamiza as economias locais.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (BRASIL, 2007), o total de desembolsos para o Bolsa Família atingiu R\$ 6,4 bilhões nos primeiros nove meses do ano, o equivalente a 1% apenas do Orçamento da União. Vale destacar que 45,8 milhões de pessoas, cerca de um quarto da população brasileira, foram beneficiadas com esses recursos (Gráfico 04).

Um estudo do Centro Internacional de Pobreza, instituição de pesquisa do Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), feito em parceria com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (SOARES; RIBAS; OSÓRIO, [21..?]), revelou que o Bolsa Família tem permitido o crescimento da renda dos estratos mais modestos, contribuindo para a redução da desigualdade e a superação da extrema pobreza e da indigência. O estudo intitulado “Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com os programas de transferência condicionada de renda de outros países” compara o Bolsa Família aos programas de transferência de renda do México (Oportunidades) e do Chile (Chile Solidário).

Dois impactos positivos são destacados pelo trabalho. O primeiro está relacionado com a redução de 12% do hiato de pobreza⁸ no Brasil em função do Bolsa Família. Segundo, o programa brasileiro tem sido particularmente importante

⁸ O Hiato de Pobreza mede a distância entre a linha de pobreza e a média de renda de quem está abaixo dessa linha.

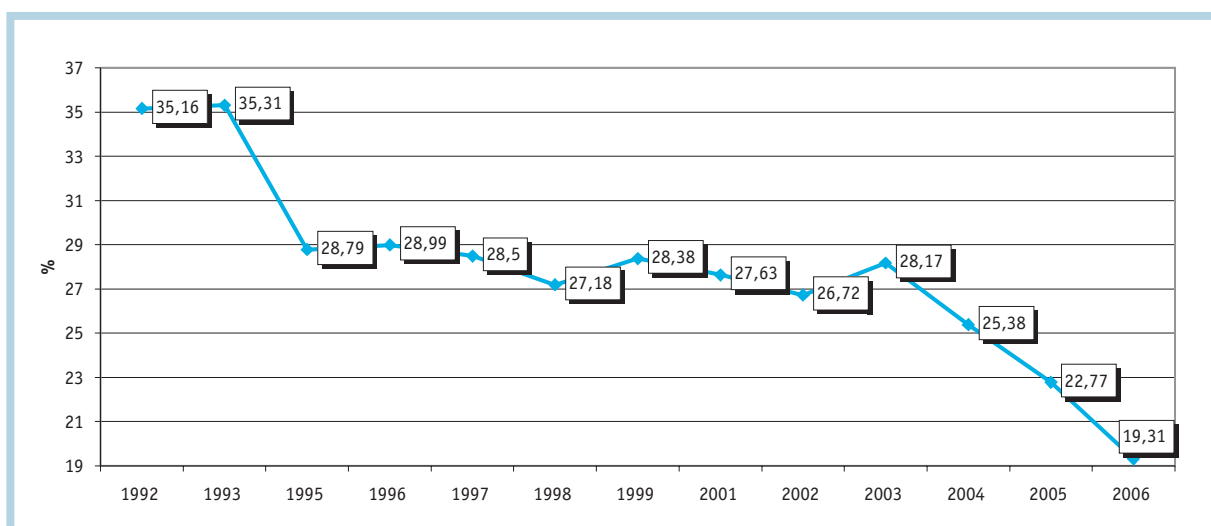


Gráfico 04 - Brasil. Porcentagem da População em Situação de Miséria

Fonte: (NERI, 2007).

para as famílias em pobreza extrema, pois representa uma grande parcela da renda desse segmento. Ademais, os recursos desse programa contribuíram para a diminuição em 21% do Índice de Gini brasileiro entre 1995 e 2004, resultado considerado satisfatório tendo-se em conta que a transferência de recursos do programa representa apenas 0,5% da renda agregada das famílias.

Vale destacar que os programas sociais e previdenciários associados à expansão econômica estão possibilitando melhoria do poder de compra da população. De acordo com pesquisas do Datafolha realizadas em out./02, jun./06 e em nov./07 e publicadas na Folha de São Paulo, edição de 16/12/07, cerca de 20 milhões de brasileiros com mais de 16 anos migraram da classe D/E para a classe C nos últimos cinco anos⁹. Com essa migração, a classe C passou de 32% para 49% da população, enquanto a classe D/E regrediu de 46% para 26%. De acordo com o trabalho, essa transferência foi mais acentuada nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

No Nordeste, essa mudança reflete-se especialmente nos ramos do comércio varejista que exigem

maior poder aquisitivo e são fortemente dependentes do crédito. É o caso do ramo de equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicações que teve crescimento de 74,4% no Ceará e 12,2% em Pernambuco e uma pequena queda na Bahia (-2,2%). Já o segmento de móveis e eletrodomésticos registrou forte expansão no acumulado do ano nos três estados nordestinos pesquisados. Os setores mais dependentes da renda disponível continuam apresentando desempenho satisfatório. No ramo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos ocorreu expansão de 6% na Bahia, 3,8% no Ceará e 10,8% em Pernambuco no acumulado do ano (Tabela 01).

A expansão do volume de crédito também tem sido crucial para a elevação do consumo das famílias. Os empréstimos totais do sistema financeiro em outubro chegaram a 34% do PIB, ante 33,3% em setembro e 29,8% em out./06.

As operações com recursos livres já correspondem a 70,3% do total de crédito concedido pelo sistema financeiro. Em outubro, esse segmento totalizou R\$ 619,4 bilhões, expansão de 30,1%

⁹ A classificação econômica usando as classes A/B, C, D/E é utilizada pelas empresas e pelo mercado publicitário visando segmentar o mercado a partir do poder aquisitivo. A população é segmentada de acordo com a verificação de itens de consumo e seu número no domicílio dos entrevistados.

sobre out./06. O volume de empréstimos para as pessoas físicas teve elevação de 32,5% em 12 meses, confirmando a importância do crédito doméstico para o crescimento do consumo das famílias.

Já a taxa média de juros aplicada nas operações com recursos livres do sistema financeiro foi de 35,4% a.a. em outubro – a menor da série histórica iniciada em jun./00. Esse valor reflete, principalmente, o recuo das taxas do segmento de pessoas físicas de 0,5 ponto percentual no mês e de 7,7 pontos em 12 meses.

O consumo do Governo registrou acréscimo de 3,5% no terceiro trimestre na comparação com o mesmo período de 2006. No acumulado do ano, o acréscimo foi de 3,9%. Os investimentos realizados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vêm contribuindo para esse desempenho. Nos dez primeiros meses do ano, os desembolsos dos órgãos públicos federais com obras e equipamentos foram de R\$ 43,1 bilhões – o maior volume desde 2001. Somente as estatais investiram R\$ 30,7 bilhões – incremento de 23% em relação aos investimentos realizados pelas empresas ligadas ao Estado no mesmo período de 2006. Esse valor corresponde a 71% de todo

o investimento realizado pela União. Entretanto, vale salientar que os desembolsos das estatais alcançaram somente 61,1% do total autorizado para 2007 (CONTAS ABERTAS, 2007c) (Tabela 02).

O desempenho do consumo do Governo poderá ser comprometido em 2008 com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que significará perda de receita de R\$ 40 bilhões. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) prevê R\$ 1,3 trilhão para 2008, dos quais R\$ 721 bilhões são vinculados a despesas financeiras consideradas inevitáveis e R\$ 541 bilhões representam despesas obrigatórias, com autorização prevista em lei ou na própria Constituição Federal. Os cortes do Governo vão se concentrar nas chamadas despesas discricionárias que podem ou não ser realizadas, sem imposição legal. Essas despesas totalizam R\$ 129,6 bilhões, incluindo programas importantes como o Bolsa Família e o Programa de Aceleração do Crescimento (CONTAS ABERTAS, 2007a).

No âmbito do setor externo, constata-se uma diferença cada vez mais significativa entre o crescimento das exportações e das importações. As vendas externas aumentaram apenas 1,8% no terceiro trimestre comparativamente a igual período

Tabela 01 - Brasil e Estados - Variação do Volume de Vendas no Comércio Varejista, por Atividades nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia

	Brasil		Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Acumulado no Ano	Acumulado em 12 Meses	Acumulado no Ano	Acumulado em 12 Meses	Acumulado no Ano	Acumulado em 12 Meses	Acumulado no Ano	Acumulado em 12 Meses
Outubro 06	5,9	5,7	8,9	9,9	5,9	6,7	9,1	8,3
Novembro	6,2	6,1	9,4	9,5	6,4	6,8	9,5	9,1
Dezembro	6,2	6,2	9,6	9,6	6,2	6,2	9,7	9,7
Janeiro 07	8,5	6,3	13,1	9,2	7,2	5,9	14,6	10,4
Fevereiro	8,8	6,6	14,3	9,6	8,0	6,4	12,2	10,2
Março	9,8	7,3	15,3	10,2	8,9	7,0	11,2	10,1
Abril	9,2	7,3	15,1	10,9	8,3	7,2	9,6	9,6
Mai	9,5	7,6	14,3	11,0	9,3	7,8	9,9	9,7
Junho	9,8	8,1	13,9	11,5	10,3	8,7	10,8	10,5
Julho	9,7	8,7	13,4	12,1	10,5	9,2	10,2	10,3
Agosto	9,8	9,0	13,1	12,6	10,5	9,6	10,3	10,6
Setembro	9,6	8,9	12,3	12,2	10,4	9,6	10,2	10,4
Outubro	9,6	9,1	11,8	11,9	10,4	9,8	10,3	10,6

Fonte: (IBGE, 2007c).

Tabela 02 - Brasil. Investimentos da Administração Federal - Valores Constantes em R\$ 1,00

Ano	Estatais ¹	União ²	Total
2001	15.004.663.955,40	11.102.852.812,02	26.107.516.767,42
2002	21.628.265.070,99	12.463.751.816,40	34.092.016.947,39
2003	16.781.372.727,33	3.810.989.534,41	20.592.362.261,75
2004	19.702.323.539,03	6.520.211.652,38	26.222.535.191,41
2005	20.251.972.599,85	6.407.677.647,96	26.659.649.947,81
2006	24.971.508.289,79	10.287.573.082,78	35.259.081.372,57
2007	30.723.912.631,00	12.987.187.532,32	43.111.100.163,32

Fonte: (CONTAS ABERTAS, 2007b).

Observações: ¹ e ² de janeiro a outubro

do ano anterior. No acumulado do ano, as exportações cresceram 6,7%. Já as compras internacionais tiveram acréscimo de 20,4% no indicador trimestre/trimestre do ano anterior e de 19,6% no acumulado do ano.

De acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio (MDIC), a balança comercial assinalou superávit de US\$ 36,4 bilhões nos 11 primeiros meses do ano – queda de 12,1% em relação ao saldo acumulado em igual período de 2006. Nesse período, as compras internacionais atingiram US\$ 110 bilhões e as exportações US\$ 146,4 bilhões. Considerando o mês de novembro, o saldo da balança comercial ficou em US\$ 2 bilhões – o menor valor desde jan./05. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, ocorreu uma redução de 36,5% no superávit.

Essa forte discrepância entre as taxas de crescimento do quantum importado e exportado fez o Banco Central reavaliar a previsão para a conta corrente em 2008. O Banco Central já projeta déficit de US\$ 3,5 bilhões em conta corrente. Se confirmada, o País terá o primeiro resultado negativo desde 2002, quando o déficit atingiu US\$ 7,6 bilhões. A mudança de projeções da conta corrente – de superávit para déficit – deve-se, sobretudo, à diminuição do superávit da balança comercial. Na avaliação do Banco Central, o ritmo de crescimento das importações deverá ser duas vezes maior do que o das vendas internacionais. Além do desempenho da balança comercial, a expectativa de aumento do envio de lucros e divi-

dendos por empresas estrangeiras, em função do câmbio favorável para as remessas ao exterior, e do aumento do estoque de investimento direto estrangeiro, também foi levada em consideração pelo Banco Central.

O câmbio apreciado vem sendo o principal responsável pela redução dos saldos na balança comercial. Entretanto, é importante destacar que o acréscimo das importações bem acima ao das exportações não tem prejudicado de forma substancial o desempenho da indústria. Analisando pelo lado da oferta, a produção industrial teve acréscimo de 5% entre out.-dez/07 e o mesmo trimestre de 2006 e de 5,1% no acumulado dos três primeiros trimestres. Os bons resultados refletem o forte dinamismo da demanda doméstica, e no caso particular dos ramos produtores de *commodities*, a manutenção dos preços internacionais elevados.

De fato, os preços internacionais foram cruciais para expandir as vendas externas no acumulado do ano, com ênfase para os semimanufaturados e os básicos que cresceram 11,8%. Os manufaturados registraram acréscimos de 7,5%. Na média geral, os preços de exportação variaram 9,3% (Tabela 03).

Ademais, a taxa de câmbio vem afetando os setores da indústria de forma distinta. Os segmentos fortemente dependentes da importação de insumos e componentes registram resultados satisfatórios em termos de vendas internacionais

(indústria química, instrumentos médicos e ópticos, material eletrônico e de comunicações). Por outro lado, a perda do mercado dos produtores locais para os concorrentes está implicando recuo da produção e do emprego em setores constituídos por empresas pouco demandantes de insumos importados (couro e calçados, têxtil, madeira, papel e celulose).

Em resumo, mesmo com o real apreciado, a economia brasileira vem apresentando resultados significativos em termos de produto interno bruto

e de produção industrial. Esse dinamismo da oferta reduz a possibilidade de descompassos acentuados entre a expansão da demanda doméstica e a elevação do PIB. Na verdade, o crescimento do mercado interno, sobretudo dos investimentos, tem sido decisivo para a expansão de alguns componentes de oferta, como o setor industrial e de serviços. Contudo, o ritmo bem mais acentuado de aumento das importações comparativamente às exportações preocupa na medida em que pode implicar desequilíbrios importantes no Balanço de Pagamentos.

Tabela 03 - Brasil. Índices de Preços e Quantum das Exportações Totais e por Classes de Produtos. Variação Percentual - Base Média: 1996=100

Períodos	PREÇO				QUANTUM			
	TOTAL	Produtos Básicos	Produtos Semi-manufaturados	Produtos Manufaturados	TOTAL	Produtos Básicos	Produtos Semi-manufaturados	Produtos Manufaturados
Out 07 / Set 07	3,1	5,2	1,1	2,2	8,0	20,1	16,9	(1,5)
Out 07 / Out 06	12,2	22,5	6,2	7,9	11,0	23,7	7,2	3,8
Acumulado no Ano	9,3	11,8	11,8	7,5	6,9	12,8	7,5	4,8
Acumulado 12 Meses	9,5	10,2	13,9	8,3	5,8	11,7	8,3	3,6

Fonte: (SECEX; MDIC, 2007).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Muito além do bolsa família.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

CAGED. **Evolução do emprego formal.** Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

CONTAS ABERTAS. **Com o fim da CPMF, onde o governo vai reduzir despesas?** Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007a.

_____. **Investimentos da administração federal: empresas estatais e união.** Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007b.

_____. **Investimentos da União ultrapassam os R\$ 40 bilhões em 2007, recorde dos últimos sete anos.** Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007c.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre. **Estudos e Pesquisas**, ano 3, n. 36, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 16 dez. 2007.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais:** julho a setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007a.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física (out./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 dez. 2007b.

_____. **Pesquisa mensal de comércio:** banco SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007c.

_____. **Pesquisa mensal de emprego (out./07).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2007d.

_____. **Pesquisa mensal de emprego:** tabelas especiais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007e.

_____. **Produção industrial mensal:** produção física (out./07). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007f.

IEDI. **Emprego e rendimento.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

NERI, Marcelo (Coord.). **Miséria, desigualdade e política de renda:** o real do Lula. Rio de Janeiro: FGV; IBRE, 2007.

SECEX; MDIC. Apud: FUNCEX. **Estatística.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Medeiros. **Avaliando o impacto do programa bolsa família:** uma comparação com os programas de transferência condicionada de renda de outros países. Brasília: IPEA, [19--?]. (Texto para Discussão, n. 1293).

3.2 - Produção Industrial

Os dados divulgados pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), em outubro, registraram aumento significativo de 2,8% frente ao mês de setembro, na série dessazonalizada. Esse incremento alcançou 20 dos 27 segmentos pesquisados. Em relação a out./06 o aumento foi de 10,3%, o maior desde agosto de 2004 (13,3%). No acumulado janeiro-outubro, foi de 5,9%. Esse desempenho decorre principalmente do dinamismo da indústria manufatureira que cresceu 10,6% no indicador mensal¹⁰ e 5,9% no acumulado do ano. Ao longo dos últimos 12 meses, a expansão da manufatura alcançou 5,2%, acima da verificada em setembro (4,7%) e agosto (4,3%), o que sinaliza intensificação do ritmo de crescimento industrial (Gráfico 05).

Analisando por categoria de uso, todos os setores tiveram comportamento positivo no in-

dicador mensal. O grande destaque ficou por conta do segmento de bens de capital que evoluiu 26,8% - bem acima da média nacional da indústria (10,3%). No acumulado do ano, o avanço já atinge 18,8%.

Vale salientar que a produção de bens de capital vem crescendo a dois dígitos desde o início do ano na comparação mensal. Esse desempenho tem perfil generalizado, reflexo da elevação de todos os subsetores, com ênfase para os ramos vinculados ao setor agropecuário. Ademais, vale destacar o desempenho da produção de bens de capital equipamentos de transportes (30,1%), bens de capital para uso misto (20,2%), bens de capital para energia elétrica (52,6%) e bens de capital para fins industriais (13,2%). O dinamismo da produção de bens de capital torna-se crucial para evitar gargalos de oferta, já que

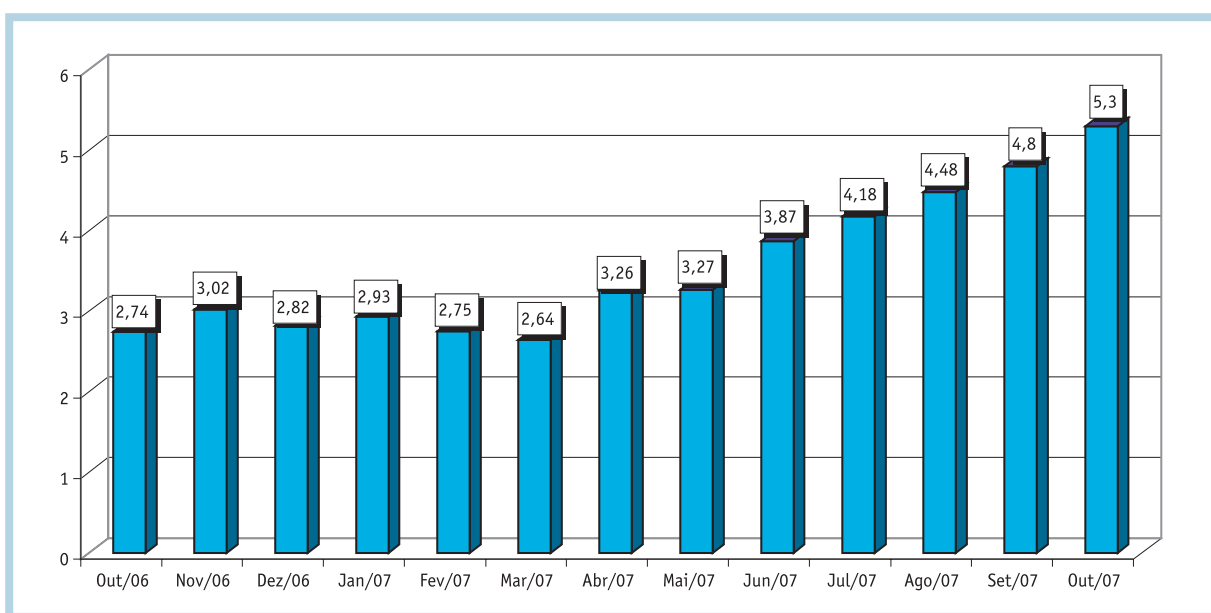


Gráfico 05 - Brasil. Desempenho da Produção Industrial (Set/06 - Set/07). Índice: Acumulado de 12 Meses

Fonte: (IBGE, 2007b).

¹⁰ (mês/mesmo mês do ano anterior)

Tabela 04 – Brasil. Produção Física: Índices Especiais de Bens de Capital

Segmentos	Variação (%)		
	Mensal	Acumulada	
	Out.07	No Ano	12 Meses
Bens de Capital para Fins Industriais	13,2	16,5	15,8
Bens de Capital para Fins Industriais Seriadados	13,5	18,0	17,2
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	11,4	7,1	7,7
Bens de Capital Agrícolas	60,6	45,2	38,7
Bens de Capital Peças Agrícolas	692,5	175,2	157,3
Bens de Capital para Construção	23,1	16,9	14,0
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	52,6	24,2	19,3
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	30,1	18,5	15,4
Bens de Capital de Uso Misto	20,2	14,2	14,3

Fonte: (IBGE, 2007a).

possibilita a ampliação das margens de capacidade ociosa (Tabela 04).

Essa tendência de expansão dos investimentos deve continuar nos próximos anos. De acordo com estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2007), as inversões na indústria devem superar 12% no período 2008/11. Os setores industriais pesquisados foram responsáveis, em 2006, por 70% de todo o investimento industrial e por 21% do total da FBCF da economia. O estudo revela que as inversões industriais analisadas alcançam R\$ 447 bilhões em valores de 2006. Desse total, parte significativa concentra-se nos segmentos de petróleo, gás e mineração (63,6%), seguidos pelos ramos vinculados ao setor de insumos básicos – siderurgia, papel e celulose e

petroquímica (19% do total estimado). O conjunto formado pelos setores automobilístico, eletroeletrônico, fármacos e *software* responde por 13% do total mapeado. Finalmente, 5% do montante estimado estariam relacionados a investimentos no setor sucroalcooleiro (Tabela 05).

A indústria de bens de consumo teve expansão de 18,2% em outubro na comparação com o mesmo período do ano anterior, com destaque para as indústrias automobilística e de eletrodomésticos. A produção de bens duráveis vem sendo amplamente beneficiada pela expansão do crédito e pelo aumento da massa salarial. Nesses segmentos, o dinamismo da produção local ocorre concomitantemente com a expansão das importações.

Tabela 05 – Brasil. Investimentos Industriais Mapeados (2008/2011)

ITEM	R\$ Bilhões	(%)
Indústria	447,0	100,0
Petróleo e Gás	202,8	45,4
Extrativa Mineral	81,3	18,2
Automotivo	35,0	7,8
Siderurgia	31,2	7,0
Papel e Celulose	27,4	6,1
Petroquímica	26,4	5,9
Sucroalcooleiro	20,5	4,6
Eletroeletrônica	14,0	3,1
Fármacos	5,1	1,1
Softwares	3,3	0,7

Fonte: (BNDES, 2007).

A indústria automobilística, informa a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), produziu 257,8 mil veículos em novembro, 23,4% a mais que no mesmo mês de 2006. Houve crescimento de 25,2% do mercado interno e recuo de 1,7% nas exportações (ANFAVEA, 2007b).

No acumulado do ano, a produção foi de 2,5 milhões de veículos – acréscimo de 16,7% sobre o período jan.-nov/06. As condições favoráveis de financiamento são decisivas para o aquecimento das vendas internas. Em contrapartida, o real valorizado prejudica sensivelmente as exportações do setor (Tabela 06).

Essa conjuntura favorável pode levar as montadoras ao limite em 2008. Segundo a Anfavea, a indústria automobilística deverá produzir 3,2 milhões de veículos em 2008, um pouco abaixo da capacidade de produção do setor de 3,5 milhões de veículos por ano. Diante desse estreitamento da capacidade produtiva, as empresas do setor estão anunciando investimentos de R\$ 10 bilhões para os próximos três anos. Considerando que o tempo de maturação desses investimentos é de cerca de dois anos, a capacidade de produção em

2008 não sofreria alteração. Em face desse cenário, a Anfavea prevê aumento de 43,4% das importações no próximo ano, o que representa 380 mil veículos (GLOBAL 21, 2007a).

Já a indústria elétrica e eletrônica prevê uma expansão 8% no faturamento em 2007 comparativamente a 2006, alcançando R\$ 112,4 bilhões. Constatou-se nessa indústria um maior encadeamento interindustrial, com a expansão de segmentos vinculados aos setores de bens de consumo, de bens intermediários e de bens de capital.

As áreas que mais se sobressaíram foram as de geração, transmissão e distribuição de energia (18%), equipamentos industriais (16%) e automação industrial (11%). Já o ramo com maior participação no setor continua sendo o de informática com previsão de faturamento de US\$ 31,6 bilhões em 2007, 8% a mais que em 2006. Segundo expectativas da Abinee, as vendas de computadores atingirão 10,1 milhões em 2007 contra 8,2 milhões em 2006. Somente as vendas de *notebooks* devem chegar a 2,1 milhões, alta de 211% comparativamente ao ano anterior. Para esses produtores, o câmbio apreciado tem sido

Tabela 06 - Indústria Automobilística – Produção, Vendas e Exportações

Em Unidades	2007	2006	Variações Percentuais		
	Jan.- Nov.	Jan.- Nov.	Nov.07/ Out.07	Nov.07/ Nov.06	Jan.- Nov.07/ Jan.- Nov.06
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS					
Total	2.597.326	2.225.991	-8,4	23,4	16,7
Veículos Leves	2.439.651	2.102.166	-8,4	22,2	16,1
Caminhões	124.378	95.632	-8,4	40,0	30,1
Ônibus	33.297	29.193	-6,5	80,2	18,1
LICENCIAMENTO DE AUTOVEÍCULOS NOVOS - NACIONAIS					
Total	1.985.711	1.601.709	-2,8	25,2	24,0
Veículos Leves	1.878.109	1.517.649	-2,7	24,9	23,8
Caminhões	86.531	65.972	-3,5	41,1	31,2
Ônibus	21.071	18.088	-11,7	-3,1	16,5
EXPORTAÇÕES DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS					
Total	577.472	582.058	-23,4	-1,7	-0,8
Veículos Leves	533.322	540.277	-25,7	-4,1	-1,3
Caminhões	34.077	31.712	-8,1	10,1	7,5
Ônibus	10.073	10.069	52,3	87,9	0,0

Fonte: (ANFAVEA, [2007]a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE. Conjuntura Econômica.

extremamente favorável. É o caso da fabricante de computadores Positivo Informática na qual 93% dos custos de produção estão vinculados ao dólar. O preço, em média, do *notebook* passou de R\$ 7.400,00 em 2004, para R\$ 2.588,00, em 2007 (CÂMBIO..., 2007) (Tabela 07).

Segundo a Abinee, a capacidade instalada atingiu 95% em 2007, sete pontos percentuais acima do nível observado em dez./06 (88%). Além do dinamismo do mercado interno, a indústria eletroeletrônica foi positivamente afetada pelos investimentos realizados no âmbito do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (ABINEE, 2007a).

A existência de alta porosidade na cadeia produtiva do setor faz com que o aumento da produção local seja acompanhado por importações mais elevadas. Em 2007, as compras internacionais tiveram acréscimo de 20%, totalizando US\$ 23,7 bilhões contra US\$ 19,7 bilhões em 2006 (Tabela 08). Entre os produtos mais importados, destaque para os componentes para informática (38%), outros equipamentos para informática (31%), outros equipamentos industriais (24%) e equipamentos para telecomunicações (10%).

O crescimento das importações em função do câmbio valorizado contribui para atenuar as pressões inflacionárias do setor ao reduzir os preços, em moeda nacional, dos bens intermediários e

bens de capital. Por outro lado, a desvalorização do real agrava os resultados da balança comercial do setor, além de dificultar o fortalecimento dos elos da cadeia produtiva. De acordo com a Abinee, o déficit da balança comercial atingirá US\$ 14,4 bilhões em 2007 – aumento de 40% frente a 2006.

No setor de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis, indústria têxtil (7,3%), calçados (7,1%) e vestuário (11,4%) registraram taxa de crescimento significativa no mês de outubro no confronto com igual período de 2006. No acumulado do ano, têxtil (3,3%) e vestuário (4,5%) já apresentam variação positiva, enquanto o setor de calçados apresentou um recuo de 1,9%.

Diante da crise provocada pelo câmbio depreciado e pela intensificação da concorrência, muitas fabricantes dos setores intensivos em mão-de-obra estão se reinventando com sucesso, explorando nichos específicos de mercado, ofertando produtos de maior valor agregado e direcionando sua produção para o mercado interno. A indústria brasileira de vestuário, por exemplo, procura posicionar seus produtos em um patamar de qualidade superior aos concorrentes importados, como forma de aumentar sua competitividade.

Ademais, com o objetivo de driblar a grande distribuição que tende a achatar os preços, algumas empresas estão apostando em sistemas

Tabela 07 - Brasil. Faturamento Total da Indústria Elétrica e Eletrônica - 2007 (R\$ Milhões a Preços Correntes)

	2005	2006	2007*	Tx. Cresc. 2007*/2006
Automação Industrial	2.330	2.708	2.993	11%
Componentes Elétricos e Eletrônicos	8.653	9.409	9.834	5%
Equipamentos Industriais	11.814	13.322	15.466	16%
Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	6.557	9.169	10.776	18%
Informática	24.437	29.418	31.633	8%
Material Elétrico de Instalação	6.392	6.755	7.646	13%
Telecomunicações	16.451	16.742	17.497	5%
Utilidades Domésticas Eletroeletrônicas	16.180	16.560	16.564	0%
Total	92.814	4.083	112.410	8%

Fonte: (ABINEE, 2007b).

(*) Projeção.

Tabela 08 - Brasil. Faturamento Total da Indústria Elétrica e Eletrônica - 2007 (US\$ Milhões a Preços Constantes)

	2005	2006	2007*	Tx. Cresc. 2007*/2006
Automação Industrial	829	1.326	1.716	29%
Componentes Elétricos e Eletrônicos	9.617	11.910	13.622	14%
Equipamentos Industriais	950	1.519	1.826	20%
Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	223	310	389	25%
Informática	1.018	1.400	1.826	30%
Material Elétrico de Instalação	570	652	745	14%
Telecomunicações	1.094	1.235	1.920	56%
Utilidades Domésticas Eletroeletrônicas	835	1.355	1.615	19%
Total	15.135	19.705	23.660	20%

Fonte: (ABINEE, 2007b).

(*) Projeção.

de franquia. É o caso da Equus Jeanstyle que ao contar com uma rede de 46 lojas exclusivas para seus produtos pode oferecer itens de qualidade com preço justo (GLOBAL 21, 2007d).

Já o fabricante de camisas masculinas Le Mark aumentou o faturamento em 5% em 2007 direcionando sua produção para o mercado interno, particularmente nas regiões Sul e Sudeste. Para 2008, a estratégia é ampliar as vendas para fora dessas regiões. Já o fabricante de lingerie Fruit de la Passion adota como estratégia a produção de peças com melhor qualidade do que os concorrentes chineses e com preços inferiores aos das grifes internacionais.

Além da concorrência chinesa, a indústria de vestuário se depara com outro problema relacionado com o grande número de empresas informais que não recolhem impostos ou falsificam itens de outras marcas.

No caso do setor calçadista, estudo do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI) apresentado pela Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados) revela que a concorrência da China e a desvalorização do dólar exigem das empresas a mudança de nicho de mercado, com foco em produtos mais sofisticados com *design* mais avançado e material de melhor qualidade. A pesquisa ressalta que as exportações de calçados

de maior valor agregado fazem parte de um “novo modelo” de exportação que substitui o tradicional regime de subcontratação, em que as grifes contratavam as fábricas brasileiras apenas para produzir seus sapatos (ABICALÇADOS, 2007).

De acordo com a Abicalçados, as exportações de calçados diminuíram 1,6% no acumulado janeiro-outubro, frente a igual período de 2006, com o volume de vendas recuando de 151,1 milhões para 149,1 milhões de pares. Para compensar a queda no volume, as empresas procuram aumentar o preço do calçado, exportando produtos diferenciados, com maior valor agregado (GLOBAL 21, 2007c).

Já o setor têxtil vem adotando como estratégia para enfrentar a concorrência chinesa e manter a competitividade com a moeda nacional apreciada, a exportação de bens de maior valor agregado e o aumento de escala na produção interna.

A fabricante têxtil Teka concentrou suas vendas internacionais em produtos mais sofisticados, o que possibilitou aumento médio de 15% dos preços em dólar, em 2006. Segundo o presidente da empresa, procurou-se também redirecionar uma parte das exportações para a América Latina onde existe maior aceitação dos compradores na necessidade de reajustar preços em função da defasagem cambial. Essa política de reajuste não é aceita pelos clientes americanos (GLOBAL 21, 2007b).

A majoração dos preços em dólar provocou um recuo de 50% das exportações da empresa em 2007 comparativamente ao ano anterior. A alternativa passou a ser o mercado interno, com lançamentos de produtos de maior valor agregado onde é possível um melhor posicionamento de preços. Entretanto, o mercado doméstico não tem compensado as perdas com a retração as exportações.

Vale salientar que as empresas de vestuário tiveram maiores dificuldades para reajustar os preços internos em função da forte concorrência externa e da estabilidade dos custos de insumos no atacado. Os preços dos tecidos naturais, por exemplo, tiveram um acréscimo de apenas 0,24% no acumulado dos últimos 12 meses até novembro, enquanto os tecidos artificiais recuaram 0,98% (REAJUSTE..., 2007).

Essas estratégias de diferenciação de produtos estão levando os empresários do setor têxtil e de vestuário a investir em tecnologia. Os resultados da Pesquisa Industrial da Inovação Tecnológica (PINTEC) para 2005 revelam que das 12.162 empresas pesquisadas no segmento têxtil, 28% promoveram inovação, com investimentos de R\$ 746 milhões. No ramo de vestuário, 33% das 4.154

empresas entrevistadas realizaram atividades inovadoras, com investimentos R\$ 264 milhões. Vale destacar a predominância de recursos próprios nos investimentos em P&D. Apenas 3% dos recursos na indústria têxtil e 17% no segmento de vestuário foram de terceiros (Gráfico 06).

O desempenho da produção industrial em 2007 reverte uma tendência de concentração/especialização observada em 2006. A Sinopse de Investimento do BNDES de agosto de 2006 evidenciava uma concentração do crescimento industrial em um número decrescente de atividades, apontando para uma diminuição da integração sistêmica ou mesmo para um processo de especialização incipiente. As maiores contribuições para o crescimento da produção industrial estavam vinculadas à indústria extrativa e de refino de petróleo e álcool.

Do ponto de vista do investimento, esse processo de concentração/especialização industrial revelava uma forte relação dos investimentos locais com a indústria extrativa e de refino de petróleo. Ademais, a maior parte do incremento do consumo aparente de bens de capital para fins industriais decorria da elevação das importações em detrimento da produção local.

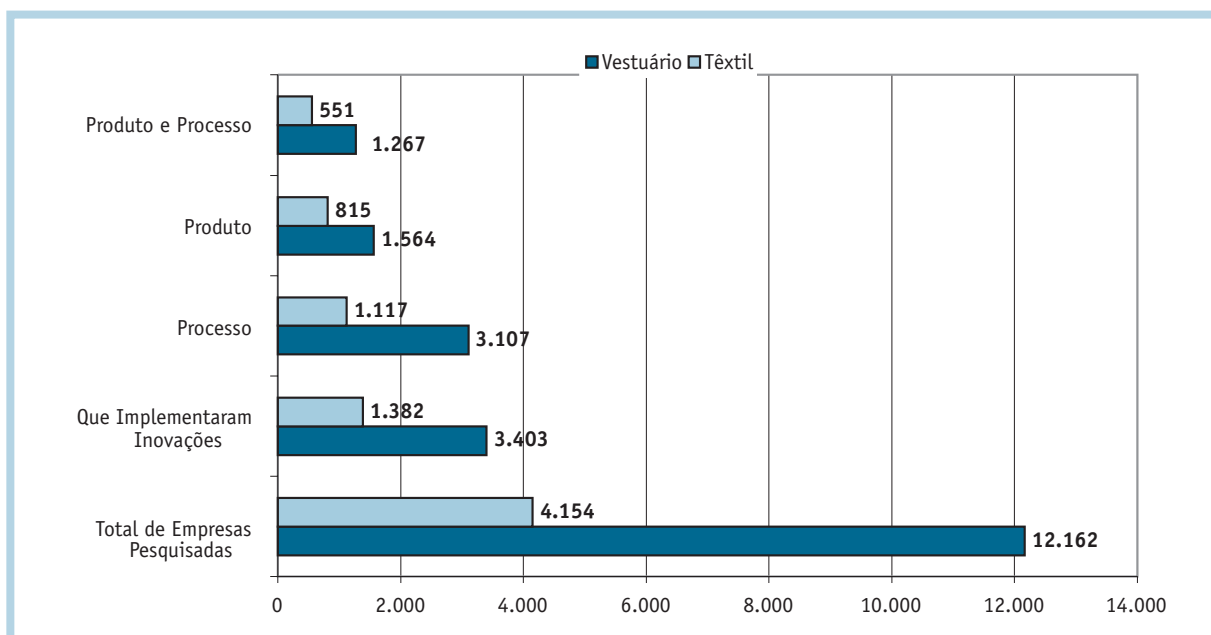


Gráfico 06 - Brasil. As Empresas Têxteis e do Vestuário e a Inovação

Fonte: (IBGE; PINTEC, [2007]).

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. **Abicalçados apresenta balanço da indústria calçadista em 2007.** Disponível em: <<http://www.abicalçados.com.br>>. Acesso em: 25 dez. 2007.

ABINEE. **Desempenho setorial.** Disponível em: <<http://www.abinee.org.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007a.

_____. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007b.

ANFAVEA. **Carta da Anfavea**, n. 259, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: [dez. 2007]a.

_____. **Carta da Anfavea**, n. 259. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007b.

BNDES. Alta do investimento na indústria em 2008/2011 deve superar 12% ao ano. **Visão de Desenvolvimento**, n. 40, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 22 dez. 2007.

CÂMBIO: os dois lados de uma moeda. **Jornal do Brasil**, 02 dez. 2007.

GLOBAL 21. **Automóveis:** montadoras podem chegar ao limite da capacidade em 2008. Dispo-

nível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007a.

_____. **Empresas do setor têxtil brasileiro alteram o perfil das suas exportações.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2007b.

_____. **Órfãos do câmbio buscam mercado interno.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2007c.

_____. **Vestuário dribla a crise.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007d.

IBGE. **Índices conjunturais da indústria:** Brasil (out./07). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007a.

_____. **Produção industrial mensal:** produção física: banco SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2007b.

IBGE; PINTEC. In.: ABIT. Indicadores, economia, inovação está na moda. **Boletim da ABIT.** Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em: [2007].

REAJUSTE em dólar supera alta dos preços no Brasil. **Valor Econômico**, 03 dez. 2007.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

O Nordeste registrou no mês de outubro de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, expansão industrial de 3,4%, índice bastante inferior à média nacional (10,3%). O incremento decorre dos resultados positivos de nove dos onze segmentos pesquisados pelo IBGE. Os maiores destaques foram celulose e papel (16,3%), calçados e artigos de couro (10,1%), minerais não metálicos (8,8%) e têxtil (8,7%). Por outro lado, pressionaram negativamente a formação desse índice os segmentos de refino de petróleo e álcool (-0,7%) e produtos químicos (-0,2%).

No acumulado do ano, ocorreu expansão de 2,4% contra 5,9% da indústria nacional (5,9%). Seis das onze atividades apresentaram variações positivas, com ênfase para os segmentos de minerais não metálicos (9%), alimentos e bebidas (7,2%) e calçados e artigos de couro (3,6%). Exercendo as principais

influências negativas, figuraram máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-7,3%), celulose e papel (-4,7%) e indústria extrativa (-1,7%).

O descompasso entre Nordeste e Brasil em 2007 interrompe uma trajetória de convergência das taxas de crescimento industrial observada no período 2004/06. Vale destacar que a expansão da indústria nordestina chegou a ultrapassar a nacional em 2006 (Gráfico 07).

O crescimento da atividade industrial nordestina abaixo da média nacional prejudica o aumento da participação da Região no PIB brasileiro. Os resultados das contas nacionais de 2005 revelaram que, no confronto com o ano anterior, apenas as regiões Nordeste (de 12,1% para 13,1%) e Sudeste (de 55,8% para 56,5%) ganharam participação no PIB do País¹¹ (Tabela 09).

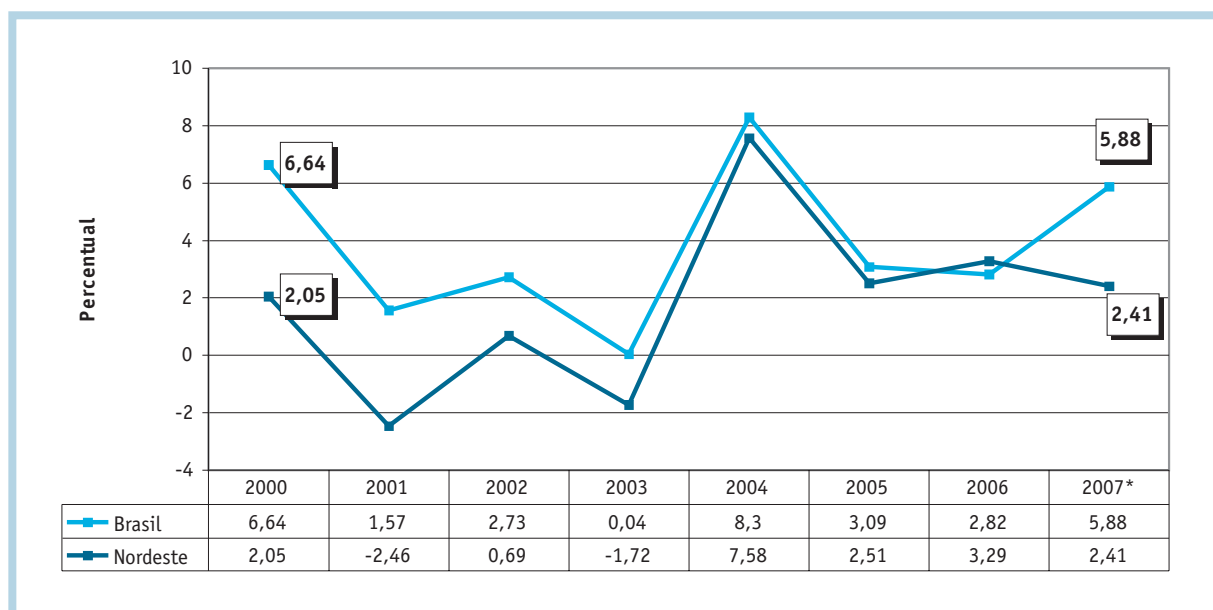


Gráfico 07 - Brasil e Nordeste: Taxas de Crescimento da Indústria Geral (2000 - 2007)

Fonte: (IBGE, 2007).

Nota: * até outubro de 2007.

¹¹ As Contas Nacionais de 2005 replicaram em nível regional as grandes mudanças nas Contas Nacionais divulgadas em março e novembro de 2007. A principal revisão de procedimento foi a introdução dos dados provenientes das pesquisas estruturais anuais do IBGE (PIA, PAC, PAS e PAIC) no cálculo do PIB dos estados.

Tabela 09 - Participação das Regiões no PIB Brasileiro

Referência 2002 (%)

Regiões	2002	2003	2004	2005
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: (IBGE, 2008b).

Nota: O ano de 2005 só foi calculado pela nova série (Referência 2002).

No caso da indústria de transformação, em particular, a taxa de crescimento do Nordeste se manteve aquém da brasileira nos últimos sete anos, exceto o biênio 2005/06. O bom desempenho nesses dois anos resultou, principalmente, da liderança dos setores de bens intermediários e bens semi e não-duráveis, com pesos relevantes na matriz industrial nordestina. A Pesquisa Industrial Anual (PIA) – Produto, do IBGE, para 2005¹² (IBGE, 2008c), mostra que o segmento de bens intermediários liderou as vendas industriais por categoria de uso em 2005, com 57,9% contra

55% do total das vendas em 2000. O dinamismo das exportações, impulsionado pela valorização dos preços das *commodities*, foi fundamental para essa *performance* (Gráfico 08).

Outro segmento que se destacou em 2005 foi o de semi e não-duráveis com participação de 21,2% nas vendas industriais. Já os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, menos representativos na estrutura industrial nordestina, foram responsáveis, respectivamente, por 11,9% e 8,8% do total das vendas industriais nesse ano.

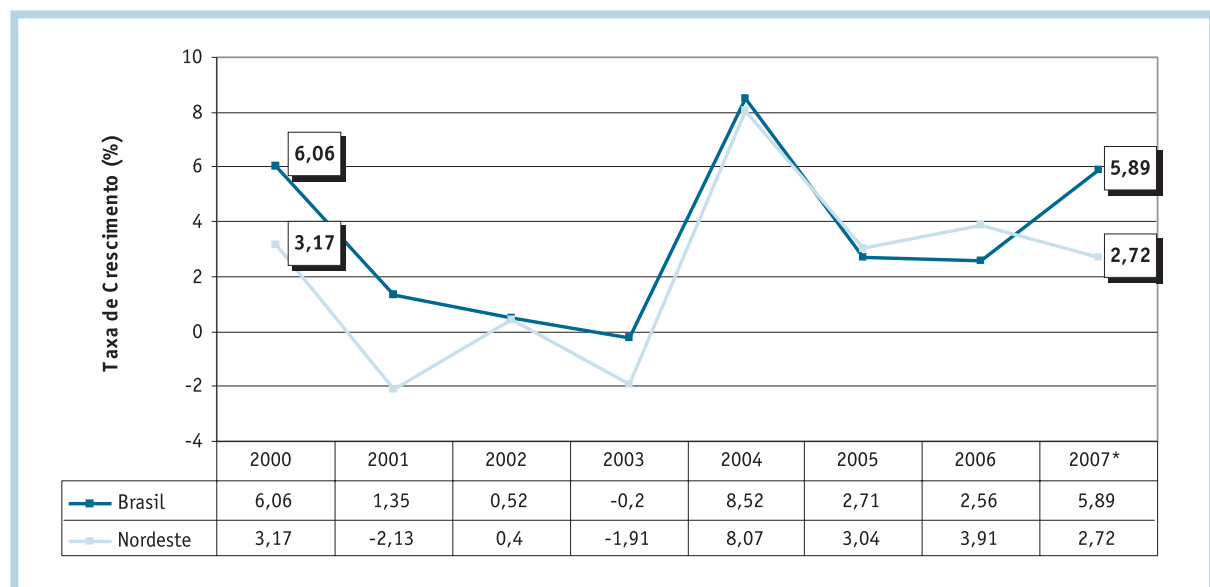


Gráfico 08 - Brasil e Nordeste: Taxas de Crescimento da Indústria de Transformação (2000 - 2007*).

Fonte: (IBGE, 2007).

Nota: * até outubro de 2007.

12 A PIA-Produto levantou informações das empresas industriais do País com 30 ou mais pessoas ocupadas, investigando cerca de 3.660 itens. Em 2005, as vendas totalizaram R\$ 1,1 trilhão, o que representa cerca de 90% das vendas totais da indústria brasileira.

Com o ciclo de queda da Selic iniciado no segundo semestre de 2006, combinado com condições favoráveis de financiamento e o crescimento do emprego, constata-se uma expansão da demanda interna em detrimento das exportações líquidas. Esse deslocamento favorece, sobretudo, os segmentos de bens de capital e de bens de consumo duráveis que se encontram espacialmente concentrados no eixo Sul/Sudeste.

O crescimento importante da produção de alguns segmentos do setor de bens de consumo semi e não duráveis na Região está vinculado à expansão da demanda interna. Três fatores são determinantes para esse desempenho. O primeiro está relacionado com a elevação do emprego formal nas principais regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE. O segundo com a política de valorização do salário mínimo nos últimos quatro anos, decisiva para a expansão dos rendimentos dos trabalhadores nordestinos.

Finalmente, os programas de transferências governamentais contribuíram para a elevação da renda dos setores mais carentes, com reflexos positivos na elevação do consumo desses segmentos da sociedade. De fato, o Relatório de Inflação do Banco Central revela a importância desses programas para o dinamismo do comércio (BACEN, 2008).

Analisando as duas principais transferências do Governo Federal (TGF)¹³ como proporção da receita bruta de revenda (RBR)¹⁴, o estudo do Bacen revela uma correlação positiva entre essa proporção e o aumento das vendas de varejo, ou seja, o dinamismo do comércio varejista é tanto maior quanto mais expressiva a relação transferência/receita de revenda. Essa correlação é mais acentuada nas regiões Nordeste e Norte que apresentaram TGF/RBR mais significativa (Gráfico 09).

Nos períodos em que a razão TGF/RBR não se encontra disponível, a investigação da evo-

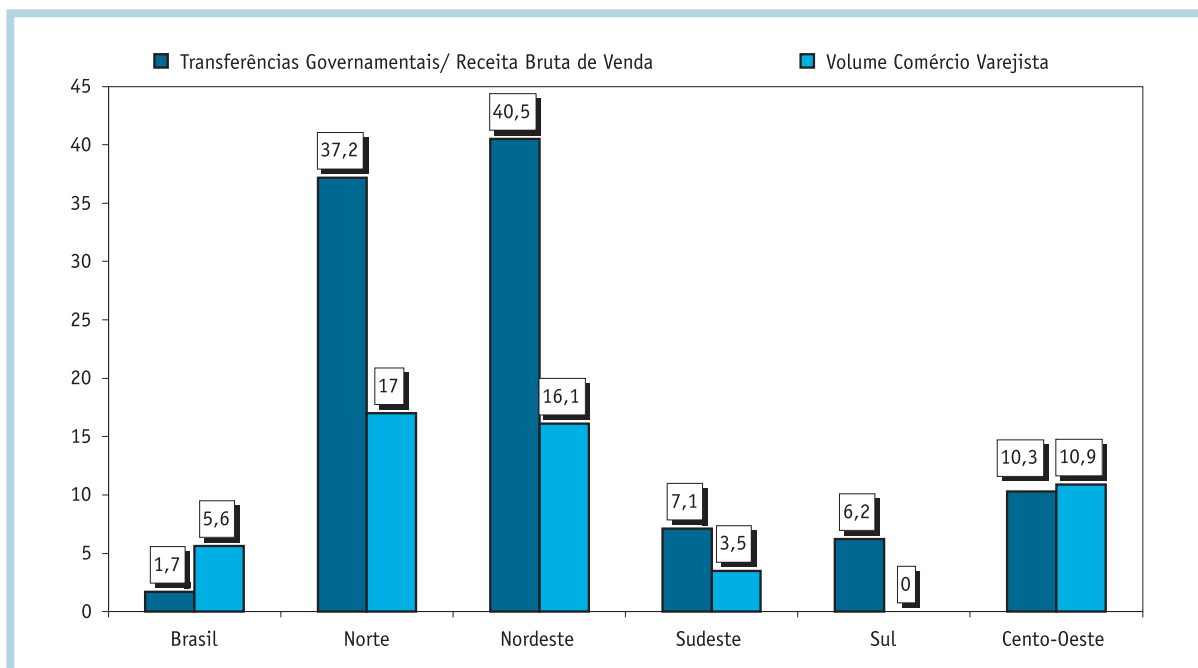


Gráfico 09 - Transferências Governamentais Como Proporção da Receita Bruta de Revenda e Variação do Volume do Comércio Varejista em 2005

Fonte: IBGE e Ministério do Desenvolvimento Social.

¹³ O estudo utiliza dados disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Social para os programas Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família. Os dados estão disponíveis em reais, por unidades de federação para os anos de 2004, 2005, 2006 e 2007.

¹⁴ Dados da receita bruta de revenda das empresas da Pesquisa Anual de Comércio (PAC) relativa ao ano de 2005, divulgada pelo IBGE.

lução das vendas no varejo foi realizada através da correlação entre os incrementos, em termos reais, das transferências e do volume de vendas do comércio varejista. Utilizando dados mensais desde janeiro de 2004, o trabalho mostra que as vendas nas regiões Norte e Nordeste em 2005 e 2006 e nos sete primeiros meses de 2007 foram bem mais significativas. Vale salientar que essas duas regiões assinalaram um maior volume de transferências governamentais nesse período (Gráfico 10).

Finalmente, nos estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, o estudo registra um alto índice de correlação entre as vendas do segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que são sensíveis à expansão da renda, e os programas assistenciais do Governo Federal. No período entre janeiro de 2004 e junho de 2007, esse índice alcançou 0,98 em Pernambuco, 0,96 na Bahia e 0,92 no Ceará.

Dos estados nordestinos investigados pelo IBGE, o Ceará apresentou a maior taxa no indicador mensal (3,7%), porém abaixo da média nacio-

nal (10,3%). Já no acumulado do ano, o destaque foi Pernambuco com incremento de 4,6%.

A expansão da indústria cearense em outubro de 2007 frente ao mesmo período do ano anterior resultou do desempenho de seis dos dez setores industriais investigados. Os maiores incrementos foram das indústrias de calçados e artigos de couro (15,5%) e de alimentos e bebidas (5,2%). Em contrapartida, as maiores quedas foram: refino de petróleo e produção de álcool (-23,5%) e vestuário e acessórios (-9%).

O resultado positivo da indústria de calçados do Ceará segue a tendência nacional de recuperação do setor. Dois fatores estão possibilitando essa reação. O primeiro está relacionado com o aquecimento do consumo das famílias, levando os empresários do setor a redirecionar parte da produção para o mercado interno.

Adicionalmente, os produtores estão reorientando seu perfil exportador para fugir da concorrência asiática e compensar a perda de rentabilidade que resulta da valorização da moeda nacional,

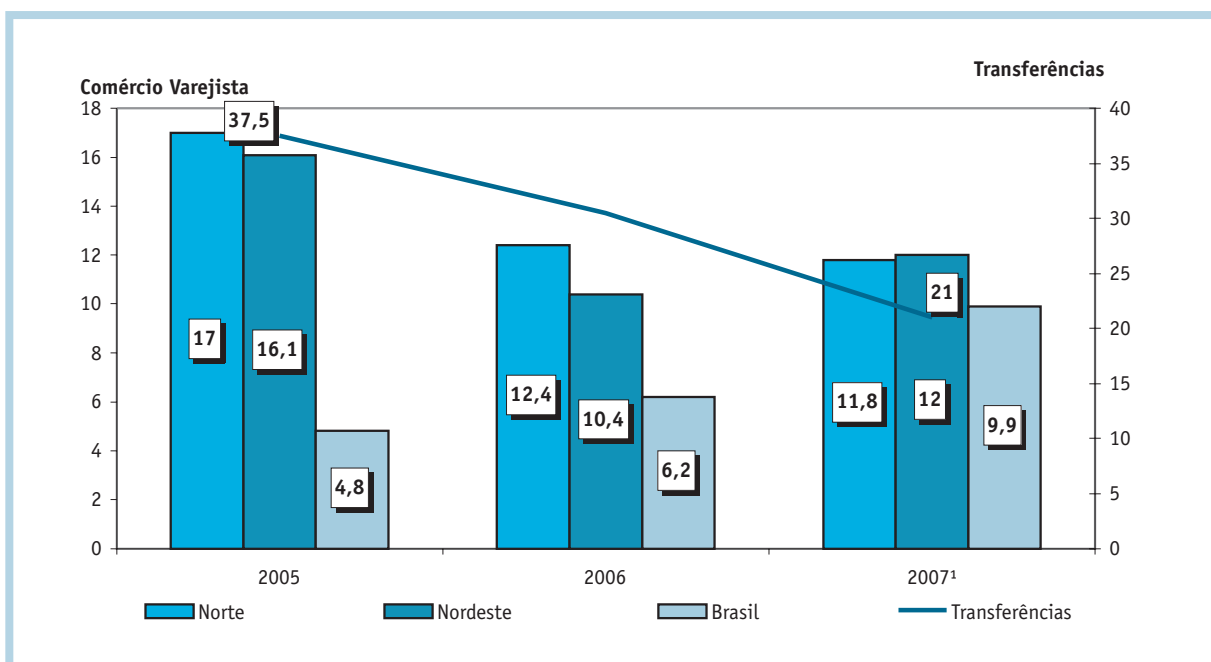


Gráfico 10 - Evolução do Volume do Comércio Varejista e Transferências Governamentais (%)

Fonte: IBGE e Ministério do Desenvolvimento Social

¹ Acumulado no primeiro semestre

ofertando produtos de maior valor agregado, com melhor design e conteúdo de moda em terceiros mercados. Essa mudança de estratégia permite que as empresas pratiquem preços mais elevados.

De acordo com a Associação Brasileira de Calçados (ABICALÇADOS, 2008), o reajuste do preço médio do sapato nos dez primeiros meses do ano foi de 4,2%, o que possibilitou aumento de 2,6% no faturamento, apesar do recuo de 1,6% das exportações. No período janeiro-outubro, as exportações cearenses do setor representaram 29,3% das exportações totais do País, abaixo somente do Rio Grande do Sul (39,8%).

O dinamismo da indústria de calçados do Ceará¹⁵ e de outros estados do Nordeste estimulou 18 empresas ligadas ao Arranjo Produtivo Local de Componentes¹⁶ para Couro, Calçados e Artefatos do Vale dos Sinos a investir na prospecção de novos clientes. O trabalho realizado em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS) e a Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assistencial) prevê duas etapas.

Inicialmente, foi realizado um diagnóstico comercial das empresas participantes visando constatar o potencial de cada uma no atendimento de demandas. Na segunda fase, três pólos calçadistas do Nordeste (Juazeiro do Norte (CE), Campina Grande (PB) e Feira de Santana (BA)) e um de Minas Gerais (Nova Serrana) serão visitados com o objetivo de identificar clientes, oportunidades e eventuais ameaças às empresas gaúchas envolvidas na ação (ASSISTENCAL, 2008).

No acumulado do ano, a produção industrial cearense manteve-se estável em relação ao mesmo período do ano anterior. Cinco dos dez gêneros pesquisados acusaram expansão, com ênfase para alimentos e bebidas (6,9%) e produtos químicos (16,9%). Os ramos de petróleo e produção de álcool (-33,3%) e têxtil (-4,9%) foram os destaques negativos.

O resultado favorável de alimentos e bebidas veio, sobretudo, do incremento na fabricação de amendoim e castanha de caju torrados, e castanha de caju beneficiada, esta processando uma safra recorde em 2006/07, que atingiu 325 mil toneladas. Entretanto, para a safra 2007/08, iniciada em setembro/outubro, as expectativas são menos favoráveis, situando-se em menos da metade da safra anterior. Como consequência, o Ceará deverá importar 40 mil toneladas¹⁷.

Por outro lado, o recuo da produção do setor têxtil cearense segue a tendência nacional, refletindo a perda de competitividade em função do câmbio apreciado e da forte concorrência chinesa. Vale destacar que o déficit comercial brasileiro de têxteis foi de US\$ 648 milhões em 2007, 1.864% superior ao ano anterior (GLOBAL 21, 2008b).

Diante dessas condições adversas, alguns fabricantes estão transferindo parte da produção para a Ásia. É o caso da fabricante brasileira de cama, mesa e banho Teka que decidiu deslocar parte da produção para a China, Índia e Paquistão com o argumento de que o preço FOB (produto já embarcado para exportação) é, em média, 50% inferior, podendo chegar a 120%, ao praticado no Brasil. A previsão das empresas é de que 8%

15 De acordo com a Abicalçados, o Ceará ocupa a terceira posição no ranking dos pólos calçadistas brasileiros, atrás do Rio Grande do Sul e de São Paulo. O Estado conta com 518 indústrias, implantadas em 31 municípios cearenses, gerando mais de 41.450 postos de trabalho formais. Um total de 74 unidades em operação no Ceará recebe incentivos do Estado. Neste grupo, estão 62 empresas de calçados e componentes, quatro de couros, cinco de tintas e vernizes, uma de navalha, uma de forma e uma de colagem. Há indústrias instaladas em três regiões do Ceará, sendo a do Cariri a mais destacada. www.abicalçados.com.br.

16 Os APLs são aglomerações de empresas localizadas em uma mesma região, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre elas e outros agentes locais, como governos, associações empresariais e instituições de crédito, ensino e pesquisa.

17 Sindicaju.

do seu faturamento serão originados de produtos importados da Ásia. No caso da Tecelagem São Carlos, um quarto da produção já é realizado na Ásia. O principal argumento da empresa é a diferença de preço que varia de 15% a 18%.

Já a empresa Karsten, de Santa Catarina, que produz em regime de subcontratação na Ásia, pretende no futuro ter uma unidade de produção em outro país com o objetivo de incrementar a competitividade (GLOBAL 21, 2008a).

Além de transferência de produção para a Ásia, os produtores nacionais estão modernizando o processo de produção visando obter ganhos de produtividade. No acumulado janeiro-outubro de 2007, a produtividade do setor cresceu 3,7%, repetindo os resultados positivos de 2004 e 2006 (Tabela 10).

No plano institucional, a Medida Provisória 413 anunciada pelo Governo no início de janeiro determina a substituição das atuais tarifas de importação de 111 diferentes produtos, incluindo têxteis e confecções, por uma alíquota específica de R\$ 10,00 por quilo ou unidade de medida da mercadoria. No caso de tecidos, a implementação dessa tarifa específica equivale a tarifas percentuais de até 750%. O objetivo é proteger alguns segmentos prejudicados pelo forte influxo de importações provenientes de países asiáticos, principalmente da China¹⁸ (GLOBAL 21, 2008c).

A indústria baiana cresceu 4,2% na comparação com igual período do ano anterior, com oito dos nove setores investigados apresentando acréscimos. As principais pressões positivas vieram de celulose e papel (18,9%), produtos químicos (4,3%) e alimentos e bebidas (6,5%). Apenas o ramo de refino de petróleo e produção de álcool (-3,4%) registrou variação negativa.

Na indústria baiana, cinco dos nove setores investigados foram responsáveis pelo aumento de 1,3% da produção industrial no acumulado do ano, com destaque para alimentos e bebidas (11,8%) e borracha e plástico (14%). As influências negativas foram celulose e papel (-4,7%) e refino de petróleo e produção de álcool (-2,4%).

Para o período 2007/11, grandes investimentos industriais estão previstos para o Estado, o que certamente contribuirá para uma maior densidade industrial, fortalecendo as relações intra e intersetoriais.

Até 2011, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) prevê inversões de R\$ 16,5 bilhões em 445 empreendimentos industriais. Desse total, 361 projetos (62,1% do total) estão relacionados com a implantação de novas plantas industriais, enquanto outros 82 (37,8%) são de ampliação da capacidade produtiva. Já as reativações participam com 0,1% do total dos investimentos previstos (Tabela 11).

Tabela 10 - Variação da Produtividade - Setores Selecionados

Divisões	Produtividade (Var. (%) da Produção Física - Var. (%) Horas Pagas por Trabalhador)			
	2004	2005	2006	2007*
Ind. Transformação	8,27	2,94	2,19	6,23
Ind. Têxtil	10,84	-2,48	1,8	3,43

Fonte: (ABIT, 2008)

* Acumulado até outubro/07

18 A crítica feita a essa medida por alguns ministérios do Governo (Desenvolvimento e Relações Exteriores) é de que a tarifa específica ultrapassa o limite de 35% como alíquota de imposto de importação fixado pelo Brasil, além de ignorar os acordos com os demais parceiros do Mercosul de manter a Tarifa Externa Comum (TEC).

Por atividade econômica, grande parte dos investimentos será destinada para o segmento de minerais não metálicos, com 27 projetos direcionados, sobretudo, para a extração de minério de ferro e fabricação de cerâmicas. Essas inversões representam cerca de R\$ 4 bilhões ou 23,4% do total previsto. Já o setor de papel e celulose será contemplado com R\$ 3 bilhões, 18,7% dos investimentos totais. O ramo de petróleo e derivados também será priorizado, com investimentos em implantação e ampliação de cerca de R\$ 2 bilhões (Tabela 12).

No caso pernambucano, o crescimento de 1,3% no mês de outubro, na comparação com outubro de 2006, decorreu do incremento de cinco das nove atividades investigadas. Os maiores acréscimos foram nas indústrias de produtos químicos (20,5%) e de minerais não metálicos (14,6%). Em sentido contrário, os principais recuos vieram de alimentos e bebidas (-1,8%) e metalurgia básica (-5,5%).

O segmento de minerais não metálicos em Pernambuco é beneficiado, sobretudo, pelo desempenho favorável da construção civil. Vale destacar que importantes fabricantes de cerâmica branca estão localizadas no Estado.

No acumulado dos últimos dez meses, a indústria pernambucana teve aumento de 4,6%, com sete dos nove setores pesquisados registrando taxas positivas. Os ramos que se destacaram foram produtos químicos (21,2%), borracha e plástico (11,4%) e alimentos e bebidas (1,7%). As duas retrações vieram de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,8%) e calçados e artigos de couro (-12,1%).

Em resumo, a discrepância entre o desempenho da produção industrial do Brasil e do Nordeste em 2007 resulta, principalmente, da liderança do setor de bens de capital na expansão da indústria manufatureira, segmento pouco representativo na matriz industrial nordestina.

Tabela 11 - Investimentos Industriais no Estado da Bahia - Por Situação - 2007 - 2011

Situação	Volume (R\$ 1,00)	Part. (%)	Nº. Projetos	Part. (%)
Ampliação	6.242.777.936	37,8	82	18,4
Implantação	10.270.251.063	62,1	361	81,1
Reativação	23.943.672	0,1	2	0,4
Total	16.536.972.671	100,0	445	100,0

Fonte: (SICM, 2008). Elaboração: CAC / SEI.

Nota: Dados Preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/2007.

Tabela 12 - Investimentos Industriais Previstos no Estado da Bahia Por Setor de Atividade Econômica 2007 - 2011

Setor	Volume (R\$ 1,00)	Part.(%)	Nº Projetos	Part. (%)
Alimentos e Bebidas	1.337.360.037	8,1	69	15,5
Artefatos de Couro e Calçados	116.091.285	0,7	28	6,3
Borracha e Plástico	779.069.115	4,7	65	14,6
Construção	120.000.000	0,7	1	0,2
Eletricidade, Gás e Água Quente	1.232.348.753	7,5	9	2,0
Precisão	239.657	0,0	1	0,2
Ext. de Minerais Metálicos	450.000.000	2,7	1	0,2
Fumo	38.913.265	0,2	2	0,4
Máq. Escritório e Equip. Informática	37.082.774	0,2	34	7,6
Máq. Aparelhos e Materiais Elétricos	13.766.693	0,1	3	0,7
Máq. e Equipamentos	20.900.303	0,1	11	2,5
Mat. Eletrônico e Equip. de Comunicações	109.729.656	0,7	16	3,6
Metalurgia Básica	245.707.274	1,5	13	2,9
Minerais Não Metálicos	3.874.428.611	23,4	27	6,1
Móveis e Indústrias Diversas	25.989.665	0,2	14	3,1
Outros Equip. de Transporte	158.728.294	1,0	6	1,3
Papel e Celulose	3.093.255.580	18,7	15	3,4
Peças e Acessórios Veículos Automotores	71.453.985	0,4	4	0,9
Pesca, Aquicultura	49.615.415	0,3	4	0,9
Petróleo e Derivados	2.005.913.532	12,1	5	1,1
Produtos de Metal - Exclusive Máq. e Equip.	35.547.626	0,2	7	1,6
Produtos Químicos	1.908.857.771	11,5	87	19,6
Têxtil	703.296.870	4,3	11	2,5
Vestuário e Acessórios	106.196.510	0,6	11	2,5
Outros	2.480.000	0,0	1	0,2
Total	16.536.972.671	100,0	445	100,0

Fonte: SICM/Jornais Diversos. Elaboração: CAC/SEI

Nota:

- 1) Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/2007
- 2) Agregação segundo a CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, algumas adaptações

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

ABIT. Boletim ABIT, ano II, n. 7, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

ASSISTENCAL. **Nosso setor**, 21 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.assistencal.com.br>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação setembro de 2007**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

GLOBAL 21. **Brasil transfere produção para a Ásia**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2008a.

_____. **Déficit comercial de têxteis cresce 1.864%**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/aceso>>. Acesso em: 14 jan. 2008b.

_____. **Tarifa de importação gera divisão entre ministérios e contraria acordos com Mercosul e OMC**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2008c.

IBGE. **Banco SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

_____. **Contas regionais de 2005**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2008a.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008b.

_____. **Pesquisa industrial anual: produto**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2008c.

SICM. Jornais Diversos. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

A Sondagem Industrial da Fundação Getúlio Vargas do mês de novembro informa que o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) apresentou crescimento importante no segundo semestre de 2007, após registrar comportamento errático no primeiro. Em novembro, o Nuci alcançou 87,2% ante 85,2% no mês de julho de 2007. O aumento da produção e das vendas reais da indústria alterou sensivelmente o grau de utilização da capacidade instalada (Gráfico 11).

O comportamento dessa variável só não foi mais significativo em função dos investimentos para ampliação da capacidade produtiva do setor industrial. De fato, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresenta variação positiva há 20 trimestres consecutivos e em 15 deles o incremento das inversões supera o do PIB. Ademais, a con-

tinuidade do ciclo de expansão da produtividade, iniciado em 2004, tem sido decisivo para ampliar a capacidade produtiva e suportar maior expansão da demanda.

No acumulado dos três primeiros trimestres, o PIB da indústria de transformação (5,5%) superou a taxa de variação do PIB (5,3%). Nos dois anos anteriores, o crescimento da indústria foi bastante inferior ao do agregado da economia. Apesar da redução da ociosidade, existe margem para o crescimento da demanda interna sem riscos de gargalos de oferta, portanto, sem maiores pressões inflacionárias.

Analisando por categoria de uso, o NUCI do setor de bens intermediários (88,2%) foi o mais elevado em novembro, apesar do acentuado acrés-

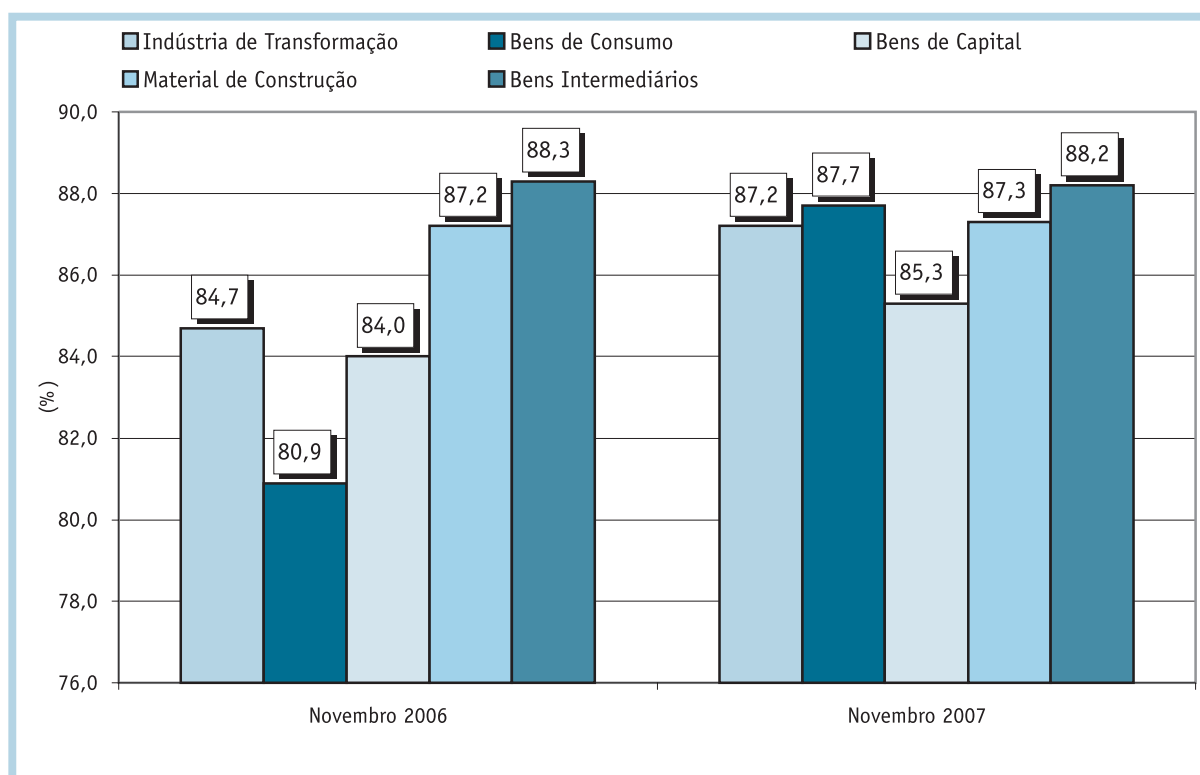


Gráfico 11 - Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada por Categoria de Uso

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007)

cimo das importações do setor. De fato, avaliando a contribuição de cada categoria no aumento das importações em out./07, os bens intermediários responderam por 58,9%, enquanto os bens de consumo duráveis foram responsáveis por apenas 4,9% das importações totais (Tabela 13).

Diante desse cenário, uma parte significativa dos investimentos para o período 2008/11 será direcionada para ramos vinculados à indústria de bens intermediários (BNDES, [2007]a). É o caso da indústria de papel e celulose, com inversões previstas de R\$ 27,4 bilhões para o período – incremento de 20,3% ao ano. Os principais projetos são implantação de novas linhas de celulose e no segmento florestal. O setor petroquímico aparece também com boas perspectivas, com investimentos previstos de R\$ 26,4 bilhões entre 2008/11, incremento de 36,1% ao ano, a maior taxa entre os setores selecionados pelo BNDES (Tabela 14).

O NUCI do setor de bens de consumo duráveis passou de 83,5% em julho para 87,7% em novembro – a maior progressão entre as categorias de

uso, beneficiando-se da conjuntura favorável de expansão do crédito e da massa salarial. Diante desse dinamismo da demanda doméstica, alguns ramos do setor de duráveis estão programando investimentos para ampliar a capacidade de produção, com destaque para a indústria automotiva e os ramos de eletroeletrônico e de software.

O NUCI da indústria de bens de capital apresentou estabilidade no período julho-novembro. O NUCI abaixo da média da indústria é importante, pois permite a continuidade da trajetória ascendente da produção de bens de capital sem provocar pressões inflacionárias. Vale mencionar que a área de bens de investimento registrou avanço na produção de 18,8% no acumulado do ano, fortemente estimulado pela elevação das inversões da indústria extrativa e de refino de petróleo. Para 2008/11, a maior parte dos investimentos identificados na pesquisa do BNDES concentra-se em petróleo e gás, beneficiando a indústria de bens de capital. Os investimentos em infra-estrutura no âmbito do Programa de Aceleração do

Tabela 13 - Valor das Importações Totais e por Categoria de Uso – US\$ Milhões

Período	Importações Totais	Categorias de Uso				
		Bens de Capital	Intermediários	Bens Duráveis	BC Não-Duráveis	Combustíveis
Out/06	8.744	1.144	5.211	322	581	1.486
Nov/06	8.674	1.105	4.965	351	625	1.627
Dez/06	7.223	1.150	4.269	344	588	872
Jan/07	8.467	1.199	5.091	213	588	1.377
Fev/07	7.228	934	4.413	229	514	1.138
Mar/07	9.565	1.301	6.545	394	699	1.526
Abr/07	8.268	1.209	4.919	329	579	1.232
Mai/07	9.789	1.413	5.862	377	666	1.471
Jun/07	9.302	1.309	5.545	402	569	1.477
Jul/07	10.779	1.411	6.163	401	674	2.081
Ago/07	11.569	1.645	6.977	487	716	1.689
Set/07	10.696	1.546	5.890	482	640	2.090
Out/07	12.330	1.604	7.268	608	826	1.968

Fonte: (FUNCEX, 2007).

Tabela 14 – Brasil. Crescimento nos Investimentos Mapeados (2008-2011/2003-2006)

Setores	Investimentos (R\$ Bilhões)		Taxa de Crescimento (em % a.a.)	Contribuição para o Aumento dos Investimentos	
	Realizado 2003 - 2006	Previsão 2008 - 2011		(R\$ Bilhões)	(%)
Indústria	249,4	447,0	12,4	197,6	100,0
Petróleo e Gás	126,3	202,8	9,9	76,5	38,7
Extrativa Mineral	38,0	81,3	16,4	43,3	21,9
Automotivo	22,3	35,0	9,5	12,7	6,4
Siderurgia	17,6	31,2	12,1	13,6	6,9
Papel e Celulose	10,9	27,4	20,3	16,5	8,4
Petroquímica	5,7	26,4	36,1	20,7	10,5
Sucroalcooleiro	13,3	20,5	9,0	7,2	3,6
Eletroeletrônica	9,5	14,0	8,1	4,5	2,3
Fármacos	3,9	5,1	5,6	1,2	0,6
Software	2,0	3,3	10,5	1,3	0,7

Fonte: (BNDES, 2007c).

Crescimento serão cruciais para a *performance* do setor. Somente as inversões previstas para a geração de energia elétrica chegam a R\$ 101 bilhões, 19,8% a mais que no período de 2003/06 (BNDES, 2007b). Já os ganhos de produtividade no segmento de bens de capitais explicam o crescimento da produção sem alteração significativa na utilização da capacidade instalada.

O NUCI do setor de material de construção alcançou 87,3% em novembro ante 82,4% em jul./07. Esse aumento reflete o bom momento do setor de construção residencial, beneficiado pelas condições favoráveis de crédito habitacional, recuo nos juros e ampliação dos prazos de financiamento, assim como o aumento da massa salarial. Vale salientar a flexibilização dos recursos do Fundo de Garantia dos Trabalhadores (FGTS) e os incentivos do Governo Federal ao ramo da construção civil, engendrando aumento na demanda por material de construção.

Entre os gêneros industriais, observa-se que apenas metalurgia (93,9%), e papel e papelão (92,6%) estão trabalhando com capacidade próxima ao limite, porém, sem grandes mudanças de patamar em 2007. Já o setor de material de transporte apresentou nítida progressão do NUCI, atingindo 90,5% em novembro contra 82,6% em jan./07. Em contrapartida, vários subsetores

apresentam margem suficiente para ampliação da produção, com destaque para produtos farmacêuticos e veterinários (70,3%) (Tabela 15).

A Sondagem Industrial da FGV revelou maior confiança dos empresários com relação ao desempenho satisfatório dos negócios. O índice de confiança da indústria passou de 106,3 em dezembro de 2006 para 123,4 em 2007 – o maior valor observado na série mensal iniciada em outubro de 2005.

O levantamento também constatou que 58% das empresas prevêm uma melhora dos negócios contra somente 46% em outubro de 2006. Vale destacar que esse percentual chegou a 63% em julho de 2007. No que se refere à previsão de aumento da produção, 43% dos entrevistados estão otimistas quanto à expansão da capacidade produtiva, ante apenas 36% no mesmo período de 2006. Finalmente, 29% das empresas consideram a demanda atual forte – o maior percentual observado na nova metodologia da Sondagem Industrial (Tabela 16).

Em suma, a modesta redução do nível de ociosidade da indústria de transformação no segundo semestre, se comparada ao crescimento da produção industrial, sugere forte indício de investimentos com o objetivo de ampliar a capacidade

Tabela 15 - Brasil – Utilização da Capacidade Instalada nos Gêneros da Indústria (%)

Maior NUCI	(%)
Metalurgia	93,9
Papel e Papelão	92,6
Material de Transporte	90,5
Menor NUCI	(%)
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	70,3
Outros	79,8
Material Elétrico e de Comunicações	81,8

Fonte: (FGV, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

produtiva. Ademais, a expansão industrial em 2007 tem sido, de forma geral, mais intensa do que a do emprego industrial, revelando a continuidade do ciclo de crescimento da produtividade iniciado em 2004. A produtividade registrou uma elevação de 14,7% entre dezembro de 2003 até o primeiro semestre de 2007. Essa configuração é típica de uma fase de expansão econômica que se beneficia da maior absorção de máquinas e equipamentos.

Nessas condições, problemas de estrangulamentos de oferta para atender a demandas nos próximos anos são pouco prováveis, pois se observa maior propensão dos empresários em aumentar os investimentos. Adicionalmente, os índices de confiança da indústria, tanto no que se refere à situação atual, quanto à expectativa para 2008, são bastante positivos. Na verdade, as avaliações dos empresários estão mais positivas do que as dos consumidores.

Tabela 16 - Sondagem Industrial Out/2006 - Out/2007

Período	Sondagem Industrial (FGV/IBRE)			
	Índice de Confiança da Indústria sem Ajuste	Previsão de Aumento da Produção	Demanda Considerada Forte	Previsão de Melhora nos Negócios
		(% de Empresas)		
Out/06	107,6	36	18	46
Nov/06	107,2	32	19	44
Dez/06	106,3	25	18	50
2006	-	41	15	49
Jan/07	104,6	27	14	56
Fev/07	110,6	34	20	50
Mar/07	116,2	45	27	58
Abr/07	120,4	52	28	60
Mai/07	118,2	48	26	54
Jun/07	118,3	42	27	57
Jul/07	121,7	50	25	63
Ago/07	121,9	49	274	59
Set/07	122,6	46	28	57
Out/07	123,4	43	29	58

Fonte: (FGV; IBRE, 2007).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos:** utilização média da capacidade instalada. [S.l.]: FGV, [2007?]. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

BNDES. Alta do investimento na indústria em 2008/2011 deve superar 12% ao ano. **Visão de Desenvolvimento**, n. 40. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: [2007]a.

_____. Coutinho diz que perspectivas de investimentos no período 2008/2011 são de R\$ 1,23 trilhão. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2007b.

_____. **Visão do Desenvolvimento**, n. 40, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007c.

FGV. In.: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos:** utilização média da capacidade instalada. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

FGV; IBRE. **Revista Conjuntura Econômica**, dez. 2007.

FUNCEX. **Boletim do Comércio Exterior**, ano XI, n. 11, nov. 2007.

3.4. Comércio

3.4.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O Relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE, 2007a), referente a out./07, aponta o primeiro resultado negativo do ano no comércio varejista. O volume de vendas e a receita nominal registraram retração de 0,2% e 0,3%, respectivamente, comparativamente ao mês anterior (série com ajuste sazonal).

Esse resultado foi influenciado principalmente pela queda de 1,6% no volume de vendas do segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo que possui grande peso na composição da taxa global do comércio varejista. Segundo o IDV - Instituto para Desenvolvimento do Varejo (dez./07), o aumento da inflação no mês, ocasionado, principalmente, pelos preços dos alimentos, afetou o rendimento real da população e o conseqüente declínio do seu consumo.

Por outro lado, nas comparações sem ajustamento sazonal, o volume de vendas do comércio varejista registrou expansão de 9,6% relativamente a out./06 e no acumulado do ano, e 9,1% nos últimos doze meses. Em relação à receita nominal, as taxas apresentadas foram 13,5% em outubro, 11,4% no acumulado do ano e 10,6% nos últimos doze meses.

Considerando o comércio varejista ampliado que engloba também a venda de veículos e motos¹⁹, partes e peças e material de construção –

setores mais afetados pelo crédito – o crescimento no volume de vendas e na receita nominal em out./07 foi de 16,4% e 19,8%, respectivamente, sobre out./06. Nos dez primeiros meses do ano, a variação do volume de vendas atingiu 13,9% e a expansão da receita nominal 15%, enquanto que nos últimos doze meses, as taxas foram 12,7% e 13,6%, respectivamente, para volume de vendas e receita nominal.

Cumpramos ressaltar que todas as atividades que compõem o comércio varejista ampliado relacionadas na PMC apresentaram, em outubro, crescimento real no volume de vendas relativamente a igual mês do ano anterior (Tabela 17). Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (38,7%), veículos e motos, partes e peças (29,9%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (19,8%), material de construção (17,1%) e livros, jornais, revistas e papelaria (16,8%) foram os segmentos que apresentaram em out./07 crescimento superior à taxa média do comércio varejista ampliado, comparado a out./06.

Os segmentos veículos e motos, partes e peças (56,8%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (10,7%) e móveis e eletrodomésticos (8%) responderam por 75,5% da taxa global do varejo ampliado (Tabela 18).

A análise por segmento também revela que equipamentos e materiais para escritório, infor-

19 Constata-se particular crescimento nas vendas de máquinas agrícolas (58%) e motocicletas (32,9%) no acumulado de janeiro a outubro de 2007 (Fenabreve).

Tabela 17 - Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC - (out./07)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Outubro	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Outubro	Acumulado	
			Jan.-Out. /07	12 Meses			Jan.-Out. /07	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	-0,3	13,5	11,4	10,6	-0,2	9,6	9,6	9,1
1. Combustíveis e Lubrificantes	1,1	2,7	1,6	1,2	1,8	6,5	5,2	3,5
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-1,4	14,5	12,3	11,5	-1,6	5,6	6,5	6,7
2.1. Super e Hipermercados	0,1	14,4	12,8	11,9	-2,0	5,6	7,0	7,2
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	1,2	18,7	14,8	13,3	2,8	14,5	10,5	8,8
4. Móveis e Eletrodomésticos	-0,5	11,2	12,1	10,6	1,3	13,5	16,0	14,6
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	-	13,4	10,7	10,1	-	11,9	8,5	7,4
6. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-	19,0	8,7	8,1	-	38,7	27,1	25,6
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-	19,0	9,7	8,4	-	16,8	7,9	6,2
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-	22,2	19,5	18,6	-	19,8	22,6	21,6
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-	19,8	15,0	13,6	-	16,4	13,9	12,7
9. Veículos e Motos, partes e peças	1,3	31,5	22,3	19,8	2,8	29,9	23,8	21,4
10. Material de Construção	-	21,9	14,2	13,1	-	17,1	10,4	9,3

Fonte: (IBGE, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal.

mática e comunicação foi a atividade com a maior taxa de crescimento, 38,7%, na comparação outubro 2007/06. O bom resultado apresentado pelo segmento deve-se, segundo a PMC, à redução dos preços dos produtos do gênero bem como a facilidades de financiamento e crescente inserção dos produtos de informática e comunicação na cesta de consumo das famílias.

A atividade veículos e motos, partes e peças, responsável pela maior contribuição na formação da taxa de desempenho do comércio varejista ampliado, registrou incremento de 29,9% em outubro comparativamente ao mês do ano anterior. Nos dez primeiros meses do ano e nos últimos doze meses apresentou expansão nas vendas de 23,8% e 21,4%, respectivamente. Esses resultados são devidos à melhoria do mercado de trabalho, redução das taxas de juros e ampliação dos prazos de financiamento (que estimulam e facilitam as vendas).

Em outubro, o segmento outros artigos de uso pessoal e doméstico, que compreende as lojas de departamento, óticas, joalherias, lojas de artigos esportivos e de brinquedos etc., cresceu em termos reais no volume comercializado (19,8%) contra 22,6% no acumulado do ano e 21,6% nos últimos 12 meses.

O incentivo governamental favoreceu o desempenho do setor de material de construção, cujas vendas expandiram-se 17,1% em outubro comparativamente a out./06. Para o acumulado de 2007 e para os últimos 12 meses, as taxas foram de 10,4% e 9,3%, respectivamente.

O bom desempenho do comércio de materiais de construção está em concordância com os resultados positivos na geração de postos de trabalho pela construção civil, detectada em outubro (21.685) e novembro (7.811). Neste último mês que, inclusive, caracterizava-se pela redução das oportunidades de emprego, a atividade ficou

Tabela 18 - Composição da Taxa Mensal do Volume de Vendas do Comércio Varejista, por Atividade*, Outubro/2007

ATIVIDADES	COMÉRCIO VAREJISTA			COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO		
	Taxa	Comp. da taxa		Taxa	Comp. da taxa	
		absoluta	relativa		absoluta	relativa
Taxa Global	9,6	9,6	100,0	16	16,4	100,0
1. Combustíveis e Lubrificantes	6,5	0,7	7,3	6,5	0,5	2,8
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	5,6	2,9	30,1	5,6	1,8	10,7
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	14,5	1,1	11,5	14,5	0,7	4,2
4. Móveis e Eletrodomésticos	13,5	2,1	21,8	13,5	1,3	8,0
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	11,9	0,7	6,9	11,9	0,4	2,5
6. Equip. e Mat. para Escritório, Informática e Comunicação	38,7	0,5	4,9	38,7	0,3	1,8
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	16,8	0,1	1,2	16,8	0,1	0,5
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	19,8	1,6	16,3	19,8	1,0	6,0
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	-	-	-	29,9	9,3	56,8
10. Material de Construção	-	-	-	17,1	1,1	6,8

Fonte: (IBGE, 2007).

(*) Corresponde à participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

entre as três maiores responsáveis pela expansão dos postos de trabalho, atrás do comércio (99.677 vagas) e serviços (62.422).

O segmento livros, jornais, revistas e papelaria, apesar de pequena participação no resultado global do comércio varejista ampliado, apresentou a quinta maior taxa de expansão no volume de vendas em outubro de 2007 em relação a ju-

nho de 2006 (16,8%). No acumulado do ano, o acréscimo registrado nas vendas foi de 7,9% e nos últimos doze meses, 6,2%.

Com base nos resultados do comércio varejista apresentados até o momento e no comportamento das variáveis macroeconômicas de crédito, renda, emprego e preços, estima-se crescimento em torno de 10% no volume de vendas em 2007.

3.4.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), realizada pelo IBGE, fornece dados agregados sobre todos os estados brasileiros quanto a volume de vendas e receita nominal. O relatório também disponibiliza dados sobre a evolução das diferentes atividades comerciais em alguns estados. No Nordeste, apenas Bahia, Ceará e Pernambuco.

Considerado o volume de vendas do comércio varejista ampliado entre janeiro e outubro/07, comparado ao mesmo período de 2006, os melhores desempenhos foram de Alagoas (24%) e

Maranhão (20,8%), respectivamente, quarto e sexto no ranking de melhores do País. Outros estados nordestinos ficaram também acima da média nacional de 13,9%: Ceará (15,4%), Paraíba (14,5%), Pernambuco (14,6%) e Sergipe (15,9%) (Tabela 19).

Na comparação que abrange oito atividades que compõem o comércio varejista, seis estados nordestinos tiveram desempenho acima do brasileiro no período em análise. Apenas Rio Grande do Norte (6,5%), Paraíba (6,6%) e Piauí (-0,1%)

Tabela 19 - Variações Percentuais do Volume de Vendas no Comércio Varejista, por Unidade da Federação - (Out./2007)

Unidade da Federação	Comércio Varejista Ampliado				Comércio Varejista	
	Ago.07/Ago.06	Set. 07/ Set. 06	Out.07/Out.06	Jan. - Out. 07/ Jan. - Out. 06	Jan. - Out. 07/ - Out. 06	Jan.
BRASIL	15,2	11,9	16,4	13,9	9,6	
Maranhão	13,8	17,7	19,2	20,8	14,4	
Piauí	2,1	1,8	9,1	6,1	-0,1	
Ceará	13,3	9,9	13,8	15,4	11,8	
Rio Grande do Norte	13,3	13,3	17,4	12,3	6,5	
Paraíba	11,5	6,8	14,6	14,5	6,6	
Pernambuco	15,5	13,1	17,8	14,6	10,4	
Alagoas	19,4	18,7	16,2	24,0	23,5	
Sergipe	12,6	6,5	16,2	15,9	10,8	
Bahia	13,4	13,1	17,6	12,9	10,3	

Fonte: (IBGE, [2007]b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

apresentaram taxas abaixo da obtida pelo Brasil (9,6%).

Considerando a variável receita nominal do comércio varejista ampliado, destacaram-se, novamente, Alagoas, primeiro colocado no Brasil (crescimento de 25,8%) e Maranhão (21,3%), terceira colocação, na mesma base de comparação (Tabela 20).

Além de Alagoas e Maranhão, o bom desempenho na evolução da receita nominal do comércio nordestino estendeu-se a outros quatro estados, que obtiveram média acima da brasileira no tocante ao comércio varejista ampliado: Sergipe

(18,2%), Paraíba (17,1%), Pernambuco (16,7%) e Ceará (16,6%).

Em todos os estados, para o volume de vendas e para a receita nominal, na comparação do acumulado do ano, até outubro, a inserção das atividades veículos e motos, partes e peças e material de construção resultou acréscimos nas taxas de expansão. Tal situação é confirmada na pesquisa do Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais (IFEP/PB) que avalia o desempenho do comércio da Região Metropolitana de João Pessoa, cujo destaque tem sido o bom desempenho das atividades comerciais de veículos e materiais para construção²⁰.

Tabela 20 - Variações Percentuais da Receita Nominal de Vendas no Comércio Varejista, por Unidade da Federação - (Out./2007)

Unidade da Federação	Comércio Varejista Ampliado				Comércio Varejista	
	Ago.07/Ago.06	Set. 07/ Set. 06	Out.07/Out.06	Jan. - Out. 07/ Jan. - Out. 06	Jan. - Out. 07/ - Out. 06	Jan.
BRASIL	17,7	15,0	19,8	15,0	11,4	
Maranhão	15,4	20,3	21,9	21,3	14,5	
Piauí	3,8	4,3	11,5	6,9	0,2	
Ceará	15,3	12,9	16,7	16,6	12,7	
Rio Grande do Norte	14,6	15,8	19,9	12,6	6,4	
Paraíba	14,9	10,7	19,6	17,1	8,4	
Pernambuco	18,9	17,2	22,2	16,7	12,3	
Alagoas	22,8	22,9	21,1	25,8	24,7	
Sergipe	16,2	10,4	20,1	18,2	12,5	
Bahia	15,4	14,6	19,7	14,2	12,2	

Fonte: (IBGE, [2007]b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

20 A PMC não fornece informações por segmento/atividade, do comércio varejista para este Estado, apenas para Bahia, Pernambuco e Ceará.

Deduz-se, portanto, que o crédito, variável chave para o desempenho destas atividades, favoreceu o bom resultado do comércio nordestino até out./07. Outro fator estimulante é a execução dos programas de transferência de renda. No caso de Alagoas, por exemplo, destaque no comércio regional, cerca de R\$ 27 milhões foram aportados mensalmente via programas Bolsa Família e Auxílio Gás, beneficiando 1,3 milhão de pessoas – mais de 40% da população do Estado²¹.

Considerando o desempenho do comércio nos três maiores estados da Região (Bahia, Ceará e Pernambuco) constata-se que o comportamento do setor supermercadista não se distribui uniformemente entre eles.

As vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentaram bom desempenho regional em 2006 e início de 2007, embora no Ceará tenham ocorrido taxas de expansão declinantes e, a partir de agosto de 2007, índices negativos (Gráfico 12).

Tal situação pode ser explicada por um conjunto de fatores. Segundo dados da POF, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/03, feita pelo IBGE, os gastos com alimentação elevam-se nas faixas de população de menor renda. No Nordeste, esta condição é acentuada.

A elevação dos preços dos alimentos nos últimos meses e o peso deles nos gastos dos segmentos de consumo mais populares da Região podem ter contribuído para o arrefecimento da atividade supermercadista no Estado²².

Dados do Dieese confirmam esta hipótese. Em 2007, se comparado a 2006, o ganho real do salá-

rio mínimo foi menor, o que implica menor poder de compra dos assalariados. Ao reajuste menor do salário mínimo, somou-se ainda a elevação da inflação (INPC) no trimestre julho/setembro.

No caso da Bahia, os elevados índices de expansão da atividade, em 2006, que inflaram a base de comparação, também podem ter contribuído para redução das taxas registradas em 2007.

Considerando-se, ainda, o desempenho comercial nos três estados, no acumulado até outubro, destacaram-se positivamente as atividades artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, outros artigos de uso pessoal e doméstico, móveis e eletrodomésticos e veículos e motos, partes e peças (Tabela 21).

A ampliação da receita nominal da atividade artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos em Pernambuco (32%), Bahia (17,1%) e Ceará (12,2%) foi superior à apresentada no Brasil: 10,7% em relação aos dez primeiros meses de 2006.

Na atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico, cuja expansão nacional foi de 19,5% no acumulado até outubro, a Bahia obteve crescimento de 28,7%, Pernambuco 26,3% e Ceará 19,9%.

Esta situação coaduna-se com os resultados positivos apresentados no mercado de trabalho. Nos três estados: Bahia, Pernambuco e Ceará houve ampliação do saldo de empregos no acumulado do ano²³. Na Região Metropolitana de Salvador, segundo o Dieese, houve redução de 6,1% da taxa de desemprego enquanto que na Região Metropolitana de Recife esta se reduziu ao menor

21 Dados do Ministério de Desenvolvimento Social, levando em consideração, dados populacionais de 2007 do IBGE.

22 A partir do mês de junho os índices de inflação no subgrupo alimentos em domicílio da Região Metropolitana de Fortaleza passaram a figurar entre os maiores dentre as regiões pesquisadas, chegando, no mês de setembro, a ser o maior INPC das nove regiões pesquisadas. Dados do Dieese, do mês de dezembro, também confirmam a elevação do custo da alimentação: a capital cearense, em doze meses, apresentou a segunda maior elevação do custo da cesta básica (13,9%), sendo a primeira na capital potiguar (14,5%).

23 Nos últimos doze meses, até outubro, houve saldo positivo, entre contratações e desligamentos, de 55.599 novas vagas na Bahia, 37.158 no Ceará e 39.919 em Pernambuco - Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, CAGED.

Tabela 21 - Variações de Volume de Vendas e Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia (Jan. - Out./07)

Atividades	Jan. - Out. 07 /Jan. - Out. 06					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	15,4	16,6	14,6	16,7	12,9	14,2
1. Combustíveis e Lubrificantes	11,9	8,2	-7,4	-9,6	6,8	5,9
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	3,8	9,3	10,8	15,1	6,0	10,6
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	14,4	18,1	4,3	8,4	20,1	23,4
4. Móveis e Eletrodomésticos	17,6	14,1	15,8	14,2	18,8	16,1
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	9,5	12,2	27,8	32,0	12,4	17,1
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	2,3	4,3	6,9	7,8	18,8	20,0
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	74,4	42,9	12,2	2,0	-1,9	-14,5
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	19,8	19,9	22,6	26,3	26,6	28,7
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	20,9	20,0	26,3	27,8	22,4	20,8
10. Materiais de Construção	29,5	39,5	1,8	8,2	3,1	9,8

Fonte: (IBGE, [2007]b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

índice apurado desde 1998 (para o mês de outubro). Frise-se a influência positiva da construção civil na geração de novos postos de trabalho nesses estados.

Móveis e eletrodomésticos, com ampliação de 12,1% no Brasil, teve crescimento de 16,1% na Bahia, 14,2% em Pernambuco e 14,1% no Ceará. A destacar, também, a acentuada expansão da receita nominal no segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e material para construção no Ceará²⁴.

Analisando os setores em destaque nesses três estados, percebe-se a importância que as atividades conexas ao crédito, e o próprio crédito, têm no comércio regional.

Neste sentido, dados do Banco Central confirmam a melhoria das condições de crédito até outubro de 2007. No acumulado de janeiro a setembro de 2007/06, o volume de recursos movimentados no Brasil, através de cartões de crédito, elevou-se 21,4%.

No mês de outubro, houve expansão de 27% no saldo das operações de crédito ao setor privado, relativamente a out./06. No acumulado do ano, 23,71%. Em comparação a out./06, houve redução dos juros praticados (nono mês consecutivo de queda), elevação do prazo médio e redução da inadimplência total nas operações com recursos livres do sistema financeiro nacional.

²⁴ Na região metropolitana de Fortaleza, principal praça comercial do Estado, apesar do crescimento das atividades impulsionadas pelo crédito, houve a redução tanto da inadimplência entre os consumidores de todas as classes quanto do comprometimento da renda, se comparados os meses de outubro e novembro de 2007 a iguais meses de 2006.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados:** outubro 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **MDS em números:** dezembro 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/paginas/resolveUId/4da17c21bfec4f18bf02cc06e25f7747>>. Acesso em: 08 jan. 2008a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atividade econômica mês a mês:** novembro 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/caged/estatistica/Planilhas/2007/Novembro/9atividade.pdf>>. Acesso em: 09 jan 2008b.

CAGED. **Evolução de Emprego do CAGED:** outubro 2007. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2008b.

DIEESE. **Novamente, cesta básica sobe em 11 capitais:** dezembro 2007. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/rel/rac/racdez07.xml#>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego da região metropolitana de Recife** (nov./07). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedrmr1107.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2008a.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego da região metropolitana de Recife** (out./07). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedrmr1007.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2008b.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Salvador** (nov./07). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssa1107.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2008c.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Salvador** (out./07). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssa1007.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2008d.

FENABRAVE. **Dados de mercado:** outubro 2007. Disponível em: <http://www.tela.com.br/dados_mercado/vendasvarejo/index.asp?codItem=11&ws=f>. Acesso em: 08 jan. 2008.

IBGE. **Contagem da população:** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_14.pdf>. Acesso em: 08 jan 2008.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares:** 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 jan. 2008.

_____. **Pesquisa mensal de comércio:** outubro 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2007a.

_____. **Pesquisa mensal de comércio:** outubro 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: [dez. 2007]b.

_____. **SIDRA:** comércio. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2007c.

_____. **SIDRA:** orçamentos familiares. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2007d.

IFEP. **Pesquisa conjuntural do comércio varejista da região metropolitana de João Pessoa:** novembro 2007. Disponível em: <<http://www.fecomercio-pb.com.br/frcv.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO DO VAREJO. **Conjuntura e comércio varejista, dez. 2007.** Disponível em: <<http://www.idv.org.br/Site/>

[Page/Quote.aspx?CC=20f88f1a-4e95-4382-847c-626e3cd68eb8](http://www.idv.org.br/Site/Quote.aspx?CC=20f88f1a-4e95-4382-847c-626e3cd68eb8)>. Acesso em: 20 de dez. de 2007.

IPEDATA. **Salário mínimo real.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

IPDC. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza:** nov. 2007a.

_____. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza:** out. 2007b.

3.5 - Produção Agropecuária

3.5.1 - Agricultura

A presente edição faz uma análise da safra brasileira de grãos 2006/07 e traça uma expectativa para a safra 2007/08.

Confirmando a estimativa contida na edição nº. 14 desta Revista, a última safra brasileira de grãos atingiu o recorde histórico de 131,7 milhões de toneladas, 7,8% superior à safra 2005/06. Foi decisivo para este resultado o aumento da produtividade, influenciada pelas boas condições climáticas durante todo o ciclo das culturas. Para a soja, em particular, a elevação da produtividade foi decorrente também do maior uso de defensivos agrícolas, cujos preços ficaram mais atrativos em virtude da valorização do real. A área destinada ao plantio foi de 46,2 milhões de hectares, 3,6% inferior à safra passada. O Nordeste, porém, não acompanhou o desempenho nacional: a área plantada na safra totalizou oito milhões de hectares, incremento de 0,8%, e a produção 9,8 milhões de toneladas (0,2% superior à safra 2005/06). A estiagem, que reduziu a produção do Ceará e Maranhão em 51,9% e 21,2%, respectivamente, influenciou diretamente na produção regional. Contudo, o incremento de 26% na produção baiana (a maior do Nordeste) contribuiu para amenizar as perdas.

O Terceiro Levantamento de Intenção de Plantio para a Safra 2007/08 divulgado pela CONAB (2007b) prevê crescimento de 0,6% na área brasileira destinada ao plantio de grãos, atingindo 46,5 milhões de hectares. O volume de produção

deve chegar a 134,8 milhões de toneladas, 2,3% superior à safra (Tabela 22).

Os bons preços de mercado e os contratos de entrega futura das principais culturas de verão animaram os produtores a optar por um aumento de área. O Nordeste deverá contribuir com 8,3 milhões de hectares para o plantio de grãos, 3,3% superior ao da safra anterior. Acreditando-se em um ganho de produtividade decorrente da melhoria das condições climáticas, é esperada uma produção de 11,5 milhões de toneladas, incremento de 16,7%. A Região participará na safra 2007/08 com 17,8% da área destinada ao plantio de grãos e 8,9% da produção.

Algodão

A área brasileira destinada ao cultivo do algodão²⁵ na safra, conforme anunciado na edição nº. 14 desta Revista, foi de 1,1 milhão de hectares, 27,8% superior à da safra 2005/06, e a produção foi de 3,9 milhões de toneladas, 43,6% superior. Este número é recorde e consolida o Brasil como quinto maior produtor, atrás da China, EUA, Índia e Paquistão. Desse total, 1,5 milhão de toneladas corresponde a algodão em pluma (38,5%) e 2,4 milhões de toneladas de caroço de algodão (61,5%). O Nordeste confirmou disponibilidade de 353 mil hectares para o cultivo do algodão (+17,5%) e produção de 1,2 milhão de toneladas (+39,4%). Destaque para a Bahia, maior produtor regional, com aumento de área (25,6%), produ-

25 Algodão em caroço. Do volume total produzido, aproximadamente 39% equivalem a algodão em pluma e 61% a caroço de algodão.

Tabela 22 - Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos(*). Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	1.662,00	1.696,50	2,1	2.164	2.163	(0,0)	3.595,90	3.668,90	2,0
RR	41	41	0,0	3.761	3.785	0,6	154,2	155,2	0,6
RO	360	363,9	1,1	2.132	2.130	(0,1)	767,6	775,1	1,0
AC	74,1	73,8	(0,4)	1.260	1.262	0,2	93,4	93,1	(0,3)
AM	39,8	40,1	0,8	1.769	1.803	1,9	70,4	72,3	2,7
AP	6,4	6,4	0,0	813	969	19,2	5,2	6,2	19,2
PA	604,5	606	0,2	1.881	1.923	2,2	1.137,10	1.165,6	2,5
TO	536,2	565,3	5,4	2.551	2.479	(2,8)	1.368,00	1.401,40	2,4
NORDESTE	8.027,90	8.293,30	3,3	1.224	1.384	13,1	9.828,40	11.474,00	16,7
MA	1.357,00	1.368	0,8	1.694	1.744	3,0	2.298,30	2.386,10	3,8
PI	917	987,4	7,7	945	1.607	70,1	867,10	1586,9	83,0
CE	1.293	1.296,60	0,3	424	574	35,4	548,90	744,4	35,6
RN	190,2	189	(0,6)	537	631	17,5	102,20	119,2	16,6
PB	423,3	422,5	(0,2)	302	462	53,0	127,70	195,2	52,9
PE	632,1	631,9	(0,0)	437	473	8,2	276,00	298,6	8,2
AL	197,5	197,1	(0,2)	560	586	4,6	110,60	115,5	4,4
SE	204,4	204,9	0,2	1.379	1.358	(1,5)	281,80	278,2	(1,3)
BA	2.813,10	2.995,80	6,5	1.854	1.919	3,5	5.215,80	5.750	10,2
CENTRO-OESTE	14.228,70	14.526,10	2,1	3.071	3.127	1,8	43.697,90	45.418,40	3,9
MT	7.712,40	8.044,50	4,3	3.046	3.055	0,3	23.495,60	24.576,00	4,6
MS	2.815,20	2.814,70	(0,0)	2.987	3.013	0,9	8.410,20	8.479,30	0,8
GO	3.578	3.538,10	(1,1)	3.155	3.342	5,9	11.288,80	11.824,60	4,7
DF	123,50	128,80	4,3	4.075	4.180	2,6	503,30	538,40	7,0
SUDESTE	4.995,80	4.894,20	(2,0)	3.266	3.329	1,9	16.314,50	16.294	(0,1)
MG	2.950	2.856,90	(3,2)	3.322	3.431	3,3	9.799,40	9.802,40	0,0
ES	62,20	60,50	(2,7)	1.857	1.899	2,3	115,50	114,90	(0,5)
RJ	20,10	19,70	(2,0)	1.896	1.934	2,0	38,10	38,10	0,0
SP	1.963,40	1.957,10	(0,3)	3.240	3.239	(0,0)	6.362	6.338,60	(0,4)
SUL	17.298	17.102,70	(1,1)	3.371	3.386	0,4	58.313,40	57.905,60	(0,7)
PR	8.611	8.249,70	(4,2)	3.298	3.479	5,5	28.400,70	28.703,80	1,1
SC	1.458	1.463,00	0,4	4.419	4.475	1,3	6.440,80	6.547,30	1,7
RS	7.229,20	7.390,00	2,2	3.247	3.066	(5,6)	23.471,90	22.654,50	(3,5)
NORTE/NORDESTE	9.689,90	9.989,80	3,1	1.385	1.516	9,5	13.424,30	15.142,90	12,8
CENTRO-SUL	36.522,60	36.523,00	0,0	3.240	3.275	1,1	118.326	119.618,00	1,1
BRASIL	46.212,50	46.512,80	0,6	2.851	2.897	1,6	131.750,10	134.760,90	2,3

Fonte: (CONAB, 2007b). (*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

tividade (16,6%) e volume (46,5%), que atingiu 1,1 milhão de toneladas.

A irregularidade climática atrasou o plantio da safra 2007/08, principalmente em Goiás e oeste da Bahia. Ainda assim, é esperada uma expansão de 3,4% na área plantada, cerca de 1,1 milhão de hectares, e de 3,9% na produção - 4,1 milhões de toneladas. O Nordeste tende a cultivar 399,9

mil hectares (+13,3%) e produzir aproximadamente 1,4 milhão de toneladas (+16,2%), com destaque para o aumento de 13% em área e produção da Bahia, atingindo 1,3 milhão de toneladas. Estados nordestinos com menor expressão no cultivo do algodão, tais como Piauí e Maranhão, também prevêem aumento de produção na ordem de 130,7% e 54,7%, respectivamente, motivados,

Tabela 23 - Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var (%)	Safra 06/07	Safra 07/08	Var (%)	Safra 06/07	Safra 07/08	Var (%)
NORTE	0,7	0,7	-	3750	3.750	-	2,6	2,6	-
TO	0,7	0,7	-	3750	3.750	-	2,6	2,6	-
NORDESTE	353	399,9	13,3	3.447	3.535	2,6	1217,1	1.413,80	16,2
MA	7,3	11,3	54,8	3.750	3.750	0,0	27,4	42,4	54,7
PI	13,2	17,9	35,6	1.900	3.236	70,3	25,1	57,9	130,7
CE	7,3	7,3	0,0	500	500	0,0	3,7	3,7	0,0
RN	12,7	12,7	0,0	665	665	0,0	8,4	8,4	0,0
PB	5,1	5,1	0,0	370	370	0,0	1,9	1,9	0,0
PE	2,9	2,9	0,0	480	480	0,0	1,4	1,4	0,0
AL	11	11	0,0	405	405	0,0	4,5	4,5	0,0
BA	293,5	331,7	13,0	3.900	3.900	0,0	1144,7	1.293,60	13,0
CENTRO-OESTE	665,9	675,8	1,5	3.701	3.675	(0,7)	2.464,20	2.483,40	0,8
MT	542	552,8	2,0	3.705	3.670	(0,9)	2.008,10	2.028,80	1,0
MS	45,6	49	7,5	3.930	3.930	0,0	179,2	192,6	7,5
GO	76,7	74	(3,5)	3.540	3.540	0,0	271,5	262	(3,5)
DF	1,6		(100,0)	3.405		(100,0)	5,4		(100,0)
SUDESTE	64,5	50	(22,5)	3.038	2.852	(6,1)	195,9	142,5	(27,3)
MG	32,5	28	(13,8)	3.105	3.112	0,2	100,9	87,1	(13,7)
SP	32	22	(31,3)	2.970	2.520	(15,2)	95	55,4	(41,7)
SUL	12,7	7,5	(40,9)	2.190	2.268	3,6	27,8	17	(38,8)
PR	12,7	7,5	(40,9)	2.190	2.268	3,6	27,8	17	(38,8)
NORTE/NORDESTE	353,7	400,6	13,3	3.448	3.536	2,6	1219,7	1.416,40	16,1
CENTRO-SUL	743,1	733,3	(1,3)	3.617	3.604	(0,4)	2.687,90	2.642,90	(1,7)
BRASIL	1.096,80	1.133,90	3,4	3.563	3.580	0,5	3.907,30	4.059,30	3,9

Fonte: CONAB - Levantamento: Dez/2007.

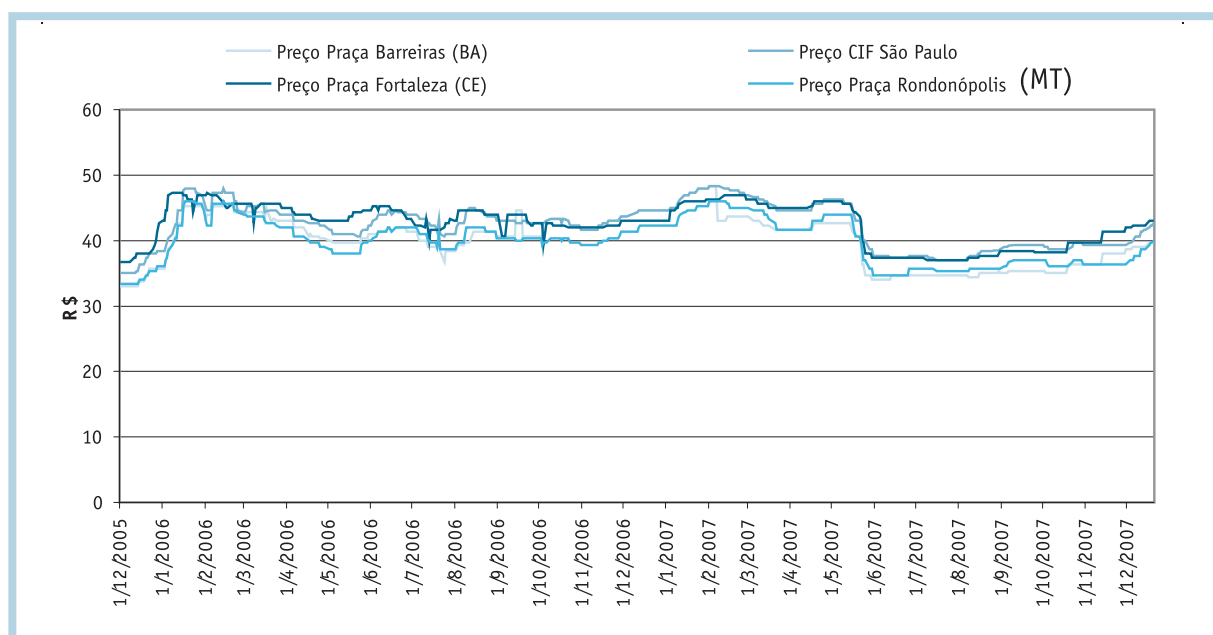


Gráfico 13 - Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Dezembro/2005 a Dezembro/2007

Fonte: (CMA, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE - Conjuntura Econômica.

em parte, pela produção de biodiesel em ambos os Estados (Tabela 23).

O mercado internacional do algodão ensaia uma recuperação nesse final de 2007. Os contratos por arroba na Bolsa de Nova York (NYBOT) para entrega em dez./07, mar./08 e mai./08 foram negociados²⁶ a US\$ 19,21, US\$ 21,88 e US\$ 22,33, respectivamente.

No mercado interno, o recorde de produção na safra contribuiu para ligeira queda nos preços a partir de junho, quando a colheita atinge seu pico, mantendo-se estável em todo o segundo semestre e encerrando o ano em níveis levemente inferiores ao mesmo período de 2006. A cotação da arroba da pluma de algodão foi de R\$ 42,66 (queda de 4,4% no ano) em São Paulo, R\$ 39,68 (-11,1%) em Barreiras (BA) e R\$ 42,99 (estável) em Fortaleza²⁷ (Gráfico 13). Na expectativa de valorização, os produtores restringiram a oferta, negociando apenas os tipos inferiores. A região Nordeste foi uma das mais prejudicadas com esta estratégia, obrigando o mercado a se abastecer no Centro-Oeste e acirrando a disputa pelo produto.

Arroz

A safra brasileira de arroz foi cultivada em 3 milhões de hectares, área 1,6% inferior à safra 2005/06, totalizando 11,3 milhões de toneladas, 3,5% abaixo da anterior. A baixa remuneração na época do plantio da safra 2006/07 contribuiu para a diminuição da área plantada; a redução na produtividade, provocada pelas condições climáticas desfavoráveis, influiu na queda do volume de produção. No Nordeste, apesar do ligeiro aumento de área (746,3 mil hectares), a estiagem prolongada, principalmente no Maranhão, Piauí e Ceará, reduziu a produção total em 6,1%, para um milhão de toneladas.

A expectativa para a safra 2007/08 é de um aumento em 0,8% na área destinada ao cultivo, cerca de três milhões de hectares, e de 5,7 % na produção que atingiria 12 milhões de toneladas de arroz. O acréscimo na área decorre do fato de o Rio Grande do Sul, maior produtor nacional de arroz (incremento de 10%), ter retomado o plantio em áreas afetadas pela escassez de chuva na safra anterior. A sensível redução na área destinada ao plantio na região Centro-Oeste (-14,7%) deve-se à migração dos produtores para outras culturas, tais como soja, milho e algodão. O Nordeste deve acompanhar a tendência nacional de aumentar em 0,8% a área, destinando 752,3 mil hectares à cultura. A produção, no entanto, deverá se expandir em 14,6%, atingindo 1,2 milhão de toneladas, expectativa esta creditada à melhoria nas condições climáticas, com conseqüente aumento da produtividade (Tabela 24).

Feijão

A baixa remuneração do feijão na época de plantio da segunda e terceira safras do ciclo, o retorno dos produtores ao cultivo do milho na região Centro-Sul e a insegurança quanto ao clima no Norte-Nordeste provocaram uma redução de 3,2% na área plantada em relação à safra 2005/06, sendo utilizados 4,1 milhões de hectares no cultivo da leguminosa. A produção total ficou em 3,3 milhões de toneladas (-3,8%) em função da queda de produtividade e da estiagem no Nordeste que produziu 800,8 mil toneladas, redução de 26,6%. A área nordestina destinada ao plantio foi de 2,3 milhões de hectares, 3,8% inferior ao ciclo 2005/06, declínio motivado pela redução de 12,8% na Bahia, cujos produtores migraram para o milho e a mamona.

Já implantada a primeira safra do feijão para o ciclo 2007/08, verifica-se decréscimo de 9,5%

²⁶ Preço de fechamento da NYBOT em 21 de dezembro de 2007.

²⁷ Valores referentes a 21 de dezembro de 2007.

Tabela 24 - Arroz. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	495,9	496,2	0,1	2.250	2.306	2,5	1.116,00	1.144,50	2,6
RR	23,3	22,3	(4,3)	5.100	5.143	0,8	113,7	114,7	0,9
RO	71,1	71	(0,1)	2.060	2.084	1,2	146,5	148	1,0
AC	22,1	22,1	0,0	1.310	1.326	1,2	29	29,3	1,0
AM	13,4	13,6	1,5	1.500	1.741	16,1	20,1	23,7	17,9
AP	2,9	2,9	0,0	780	1.164	49,2	2,3	3,4	47,8
PA	207,4	205,1	(1,1)	1.913	2.007	4,9	396,8	411,6	3,7
TO	156,7	159,2	1,6	2.601	2.599	(0,1)	407,6	413,8	1,5
NORDESTE	746,3	752,3	0,8	1.403	1.595	13,7	1.047,30	1.199,80	14,6
MA	511,4	511,9	0,1	1.390	1.358	(2,3)	710,8	695,2	(2,2)
PI	153,4	160,1	4,4	884	1.791	102,6	135,6	286,7	111,4
CE	32,5	32,5	0,0	2.186	2.575	17,8	71	83,7	17,9
RN	1,5	1,7	13,3	2.377	2.665	12,1	3,6	4,5	25,0
PB	6,9	7	1,4	690	1.298	88,1	4,8	9,1	89,6
PE	5	4,7	(6,0)	5.100	5.033	(1,3)	25,5	23,7	(7,1)
AL	3,2	3,2	0,0	4.378	4.260	(2,7)	14	13,6	(2,9)
SE	11,5	11,5	0,0	4.630	4.551	(1,7)	53,2	52,3	(1,7)
BA	20,9	19,7	(5,7)	1380	1.574	14,1	28,8	31	7,6
CENTRO-OESTE	442,6	377,5	(14,7)	2.667	2.744	2,9	1.180	1.035,70	(12,3)
MT	280,3	233,4	(16,7)	2.620	2.718	3,7	734,4	634,4	(13,6)
MS	42,1	38	(9,7)	5.020	4.979	(0,8)	211,3	189,2	(10,5)
GO	120	106	(11,7)	1.950	2.000	2,6	234	212	(9,4)
DF	0,2	0,1	(50,0)	3.653	1.300	(64,4)	0,7	0,1	(85,7)
SUDESTE	115	109,9	(4,4)	2.387	2.370	(0,7)	274,5	260,5	(5,1)
MG	85	82,8	(2,6)	2.200	2.181	(0,9)	187	180,6	(3,4)
ES	2,8	2,5	(10,7)	2.900	2.900	0,0	8,1	7,3	(9,9)
RJ	2,6	2,5	(3,8)	3.400	3.400	0,0	8,8	8,5	(3,4)
SP	24,6	22,1	(10,2)	2.870	2.900	1,0	70,6	64,1	(9,2)
SUL	1.167,60	1.254,80	7,5	6.593	6.628	0,5	7.697,70	8.316,80	8,0
PR	57,3	50,7	(11,5)	3.130	3.307	5,7	179,3	167,7	(6,5)
SC	155,9	154,3	(1,0)	7.050	7.120	1,0	1.099,10	1.098,60	(0,0)
RS	954,40	1049,8	10,0	6.726	6.716	(0,1)	6.419,30	7.050,50	9,8
NORTE/NORDESTE	1.242,20	1.248,50	0,5	1.741	1.878	7,9	2.163,30	2.344,30	8,4
CENTRO-SUL	1.725,20	1.742,20	1,0	5.305	5.518	4,0	9.153	9.613,00	5,0
BRASIL	2.967,40	2.991	0,8	3.813	3.998	4,9	11.315,90	11.957,00	5,7

Fonte: CONAB - Levantamento: Dez/2007.

na área nacional plantada, cerca de 1,4 milhão de hectares, com expectativa de colheita em torno de 1,5 milhão de toneladas, 2,4% inferior ao ciclo. Contribuem para a retração os baixos preços auferidos pelos produtores na primeira safra e a migração de muitos deles para culturas mais rentáveis, tais como milho e algodão. O Nordeste, que tradicionalmente concentra sua produção na segunda e terceira safras, aponta para um incremento em área e produção de 4,4% e 84%, respectivamente, sendo esperadas 335,8 mil toneladas,

em 577,6 mil hectares. Vale ressaltar o aumento na área destinada à produção da Bahia (64,1%) e Piauí (185,9%), conforme a Tabela 25.

A queda na produção na safra provocou uma escalada surpreendente nos preços do feijão durante 2007. A saca de 60kg do feijão carioca tipo 1 começou o ano cotada a R\$ 70,50 na praça de São Paulo e encerrou o período comercializada a R\$ 215,00, alta de 205%. No Nordeste, onde a redução na quantidade produzida da leguminosa

Tabela 25 - Feijão 1ª Safra. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	7,1	8	12,7	685	861	25,7	4,9	6,9	40,8
TO	7,1	8	12,7	685	861	25,7	4,9	6,9	40,8
NORDESTE	553,30	577,60	4,4	330	581	76,1	182,50	335,8	84,0
MA	40,5	38,4	(5,2)	380	413	8,7	15,4	15,9	3,2
PI	209,3	229,6	9,7	179	467	160,9	37,5	107,2	185,9
BA	303,5	309,6	2,0	427	687	60,9	129,6	212,7	64,1
CENTRO OESTE	79,8	75,6	(5,3)	1.768	1.946	10,1	141,1	147,2	4,3
MT	8,2	5,6	(31,7)	1.190	1.045	(12,2)	9,8	5,9	(39,8)
MS	5,8	3	(48,3)	1450	1.500	3,4	8,4	4,5	(46,4)
GO	52,5	53	1,0	1.740	2.000	14,9	91,4	106	16,0
DF	13,3	14	5,3	2.372	2.200	(7,3)	31,5	30,8	(2,2)
SUDESTE	320,4	282,7	(11,8)	1.208	1.180	(2,3)	387,2	333,6	(13,8)
MG	219,3	204,6	(6,7)	985	1.146	16,3	216	234,5	8,6
ES	8,7	8,3	(4,6)	760	750	(1,3)	6,6	6,2	(6,1)
RJ	3	2,7	(10,0)	850	850	0,0	2,6	2,3	(11,5)
SP	89,4	67,1	(24,9)	1.812	1.350	(25,5)	162	90,6	(44,1)
SUL	599,00	467,3	(22,0)	1.423	1.512	6,3	852,30	706,70	(17,1)
PR	401,5	304,3	(24,2)	1.390	1.528	9,9	558,1	465	(16,7)
SC	100,6	82,5	(18,0)	1.730	1.720	(0,6)	174	141,9	(18,4)
RS	96,90	80,5	(16,9)	1.240	1.240	0,0	120,2	99,8	(17,0)
NORTE/NORDESTE	560,40	585,60	4,5	334	585	75,1	187,40	342,7	82,9
CENTRO-SUL	999,20	825,60	(17,4)	1.382	1.438	4,1	1.380,60	1.187,50	(14,0)
BRASIL	1.559,60	1.411,20	(9,5)	1.005	1084	7,9	1.568,00	1.530,20	(2,4)

Fonte: CONAB - Levantamento: Dez/2007.

foi ainda mais significativa, a mesma saca chegou a R\$ 242,50 em Barreiras (BA), alta de 288% no ano, e R\$ 237,50 em Irecê (BA), valor 343,9% superior aos preços praticados no mesmo período de 2006 (Gráfico 14).

Esta alta volatilidade dos preços é desfavorável ao setor, gerando grandes distorções ao longo da cadeia produtiva. Explicam a volatilidade do setor o curto ciclo vegetativo, a alta perecibilidade do produto e a formação de preços exclusivamente no mercado interno, não havendo a possibilidade de escoamento da produção em momentos de excesso de oferta.

Milho

A área brasileira destinada ao plantio do milho na safra 2006/07 foi de 14,1 milhões de hectares, acréscimo de 8,4% sobre a anterior. A produção

ficou em 51,4 milhões de toneladas (+20,8%), fruto do recorde histórico na produtividade: 3.851 kg/ha. O aumento de área foi fortemente motivado pela decisão do governo norte-americano de aumentar a produção de álcool a partir do milho. O Nordeste, apesar de aumentar 3,9% a área plantada (o milho foi cultivado em 3 milhões de hectares), produziu apenas 3,1 milhões de toneladas, 4,2% inferior ao ciclo anterior. A causa desse baixo desempenho no Nordeste pode ser creditada à estiagem, que reduziu a produção do Ceará (54,7%), Pernambuco (56,8%) e Paraíba (58,1%). Para suavizar a queda, a Bahia (que representou 54,6% da produção regional) obteve 46,3% a mais em sua produção, fruto de ganho de produtividade.

A expectativa para a safra brasileira do milho no ciclo 2007/08 aponta para um incremento de

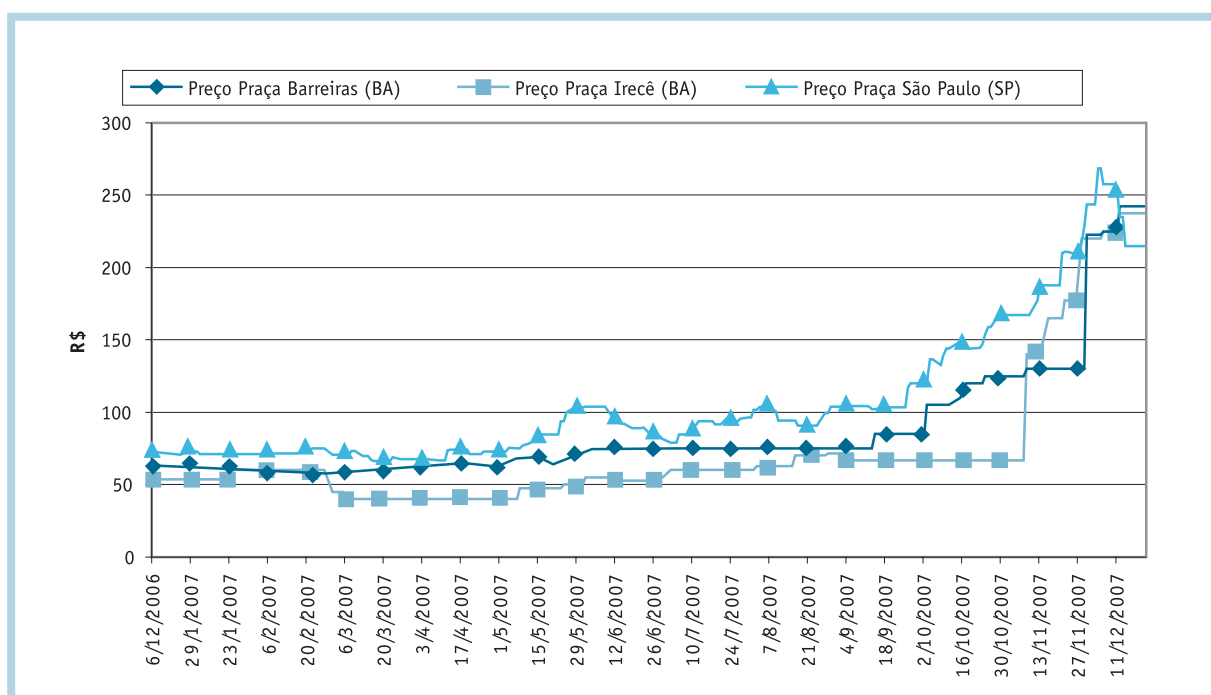


Gráfico 14 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Feijão Carioca Tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP), de Dezembro/06 a Dezembro/07

Fonte: (CMA, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE - Conjuntura Econômica.

1,5% na área cultivada, cerca de 14,3 milhões de hectares. A produção deverá atingir 52,3 milhões de toneladas, 1,8% maior que o ciclo anterior. O aumento da área está vinculado aos bons preços do produto, tendo em vista o crescimento da avicultura/suinocultura e das exportações. Acompanhando o ritmo nacional, a região Nordeste deve expandir sua área plantada para 3 milhões de hectares (1,5% superior). Tendo em vista a melhoria de produtividade, face à reduzida probabilidade de repetição das perversas condições climáticas que assolaram a Região no ciclo 2006/07, a produção deverá se elevar em 22,2%, atingindo 3,8 milhões de toneladas (Tabela 26).

O comportamento dos preços do milho nos mercados externo e interno apresentou relativa discrepância em 2007: enquanto as cotações na Bolsa de Mercadorias de Chicago (CBOT) desvalorizaram-se 9% no período entre março e no-

vembro de 2007, no Brasil houve valorização de 51% no mercado de balcão e 57% no mercado de lotes²⁸. Essa elevação nos preços internos é explicada pelo baixo estoque nos armazéns portuários, bom desempenho das exportações (a quebra da safra européia e o aumento da produção do etanol americano a partir do milho provocaram forte demanda no mercado brasileiro), maior demanda interna (bom desempenho da avicultura e suinocultura brasileiras), retração por parte dos vendedores e quebra da safra de trigo mundial. Após queda evidenciada no primeiro semestre de 2007, a cotação da saca de 60kg de milho, preço CIF São Paulo, variou de R\$ 18,70 em 01/julho para R\$ 33,00 em 20/dezembro, alta de 76,5% no período. A alta acumulada no ano é de 32%. O pico aconteceu na última semana de novembro e primeira semana de dezembro, quando a cotação atingiu R\$ 35,00, batendo o recorde do ano 2002 (Gráfico 15).

28 O referido mercado de lote do milho toma por base o preço da saca de 60kg do produto na praça de Campinas-SP.

Tabela 26 - Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	564,5	575,5	1,9	2.202	2.136	(3,0)	1.243,00	1.229,4	(1,1)
RR	12,2	12,2	0,0	2.000	2.000	0,0	24,4	24,4	0,0
RO	137,4	142,8	3,9	2.201	2.239	1,7	302,4	319,8	5,8
AC	37	37	0,0	1.520	1.511	(0,6)	56,2	55,9	(0,5)
AM	19,7	19,6	(0,5)	2.250	2.148	(4,5)	44,3	42,1	(5,0)
AP	2,1	2,1	0,0	880	855	(2,8)	1,8	1,8	0,0
PA	270,2	272,1	0,7	1.970	1.999	1,5	532,3	543,9	2,2
TO	85,9	89,7	4,4	3.278	2.693	(17,8)	281,6	241,5	(14,2)
NORDESTE	2.961,60	3.005,00	1,5	1.049	1.263	20,4	3.106,20	3.795,60	22,2
MA	367,1	358,7	(2,3)	1.218	1.373	12,7	447,1	492,5	10,2
PI	295,3	309,2	4,7	606	1.518	150,5	179	469,4	162,2
CE	673,9	677,3	0,5	498	734	47,4	335,6	497,1	48,1
RN	82,6	82,2	(0,5)	459	581	26,6	37,9	47,8	26,1
PB	195,1	193,7	(0,7)	363	604	66,4	70,8	117	65,3
PE	286,2	286,2	0,0	334	440	31,7	95,6	125,9	31,7
AL	83,7	83,4	(0,4)	550	605	10,0	46	50,5	9,8
SE	144,6	144,7	0,1	1.366	1.352	(1,0)	197,5	195,6	(1,0)
BA	833,1	869,6	4,4	2.037	2.070	1,6	1.696,70	1.799,80	6,1
CENTRO-OESTE	3.259,70	3.373,20	3,5	3.986	4.057	1,8	12.994,10	13.685,80	5,3
MT	1.592,30	1.615,00	1,4	3.683	3.653	(0,8)	5.864,90	5.898,90	0,6
MS	838,2	848	1,2	3.521	3.555	1,0	2.951	3.014,70	2,1
GO	785	861,4	9,7	4.952	5.173	4,5	3.887,50	4.455,90	14,6
DF	44,2	48,8	10,4	6.567	6.482	(1,3)	290,3	316,30	9,0
SUDESTE	2.405	2.333	(3,0)	4.306	4.431	2,9	10.353,20	10.336,60	(0,2)
MG	1.398,50	1.328,00	(5,0)	4.474	4.711	5,3	6.256,80	6.255,70	(0,0)
ES	37,8	37,1	(1,9)	2.400	2.470	2,9	90,7	91,60	1,0
RJ	10,7	10,7	0,0	2.200	2.250	2,3	23,5	24,10	2,6
SP	957,60	956,9	(0,1)	4.159	4.144	(0,4)	3.982,20	3.965,20	(0,4)
SUL	4.864,50	4.983,30	2,4	4.867	4.670	(4,0)	23.673,40	23.272,60	(1,7)
PR	2.772,50	2.833,20	2,2	4.996	4.829	(3,3)	13.851	13.682,90	(1,2)
SC	706,30	735	4,1	5.470	5.500	0,5	3.863,50	4.042,50	4,6
RS	1.385,70	1.415,10	2,1	4.300	3.920	(8,8)	5.958,50	5.547,20	(6,9)
NORTE/NORDESTE	3.526,10	3.580,50	1,5	1.233	1.403	13,8	4.349,20	5.025,00	15,5
CENTRO-SUL	10.528,80	10.689,20	1,5	4.466	4.425	(0,9)	47.020,70	47.295,00	0,6
BRASIL	14.054,90	14.269,70	1,5	3.655	3.667	0,3	51.369,90	52.320,00	1,8

Fonte: CONAB - Levantamento: Dez/2007.

No Nordeste, o milho valorizou-se em média 38,5% na praça de Fortaleza (CE), sendo 63,6% apenas no segundo semestre, quando atingiu R\$ 36,00 por saca de 60 kg na primeira semana de dezembro, valor que se mantém estável até o dia 20/dezembro. A praça de Barreiras (BA) também apresentou valorização no ano, com a cotação indo de R\$ 23,00 em jan./07 para R\$ 26,00 em dez./07, alta de 13%. No segundo semestre, a

alta foi de 83,1%, recuperando as perdas registradas durante o primeiro semestre do ano.

A expectativa dos preços para a safra 2007/08 divide produtores e consumidores. Aqueles apostam numa trajetória ascendente para o preço do milho, acreditando nos efeitos do fenômeno *La Niña* no Hemisfério Sul, no aumento das demandas externas e internas, na manutenção do cres-

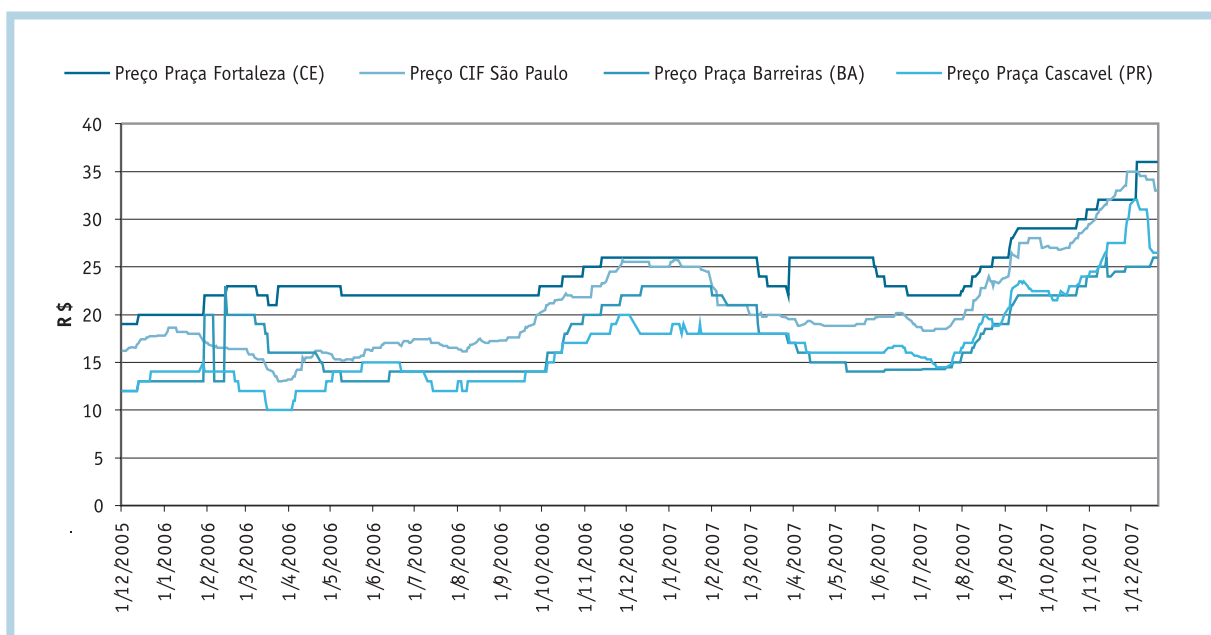


Gráfico 15 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Fortaleza (CE), Barreiras (BA), Preço CIF São Paulo e Cascavel (PR), de Dezembro/2005 a Dezembro/2007

Fonte: (CMA, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE - Conjuntura Econômica.

cimento da avicultura e suinocultura, na restrição das vendas durante o período de colheita e na desvalorização do real frente ao dólar; os consumidores, por sua vez, apostam em clima favorável no Hemisfério Sul, no crescimento da demanda por etanol nos EUA abaixo do esperado e na valorização do real frente ao dólar.

Soja

A edição nº. 14 desta Revista analisou o ciclo 2006/07 da soja brasileira. Para o ciclo 2007/08, estima-se aumento em 1,3% na área de plantio, para 21 milhões de hectares, mas uma leve redução na quantidade produzida (0,5%, atingindo 58,1 milhões de toneladas), em decorrência da produtividade do Rio Grande do Sul, que, beneficiada pelas excelentes condições climáticas no ciclo passado, não deverá se repetir.

O Nordeste deverá incorporar 6,7% a mais em sua área, ou 1,6 milhão de hectares. Sua produção deverá crescer 10,1%, atingindo 4,3 milhões de toneladas, com destaque para o aumento de

produção do Piauí (36,6%), recuperando-se das perdas da safra anterior (Tabela 27).

Após grande volatilidade nos preços internacionais, a soja fechou 2007 cotada a US\$ 25,52 por saca de 60kg na CBOT, valorização de 73,1% frente a 2006, quando era negociada a US\$ 14,74, demonstrando solidez na demanda (o aumento dos preços internacionais do petróleo tem incrementado a demanda por soja enquanto substituto - biodiesel), nervosismo sobre o clima na Argentina e o forte movimento especulativo.

O mercado interno continuou a recuperar, em 2007, parte das perdas que sofreu desde o primeiro semestre de 2004. O Índice CEPEA/ESALQ fechou o ano cotado a R\$ 44,19 para a saca de 60kg, valor 38,1% superior ao mesmo período de 2006. As praças de Barreiras (BA) e Balsas (MA) seguiram a tendência nacional: a cotação fechou o ano a R\$ 39,00 (+52,9%) e R\$ 40,80 (+56,9%), respectivamente (Gráfico 16).

Tabela 27 - Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORTE	410,6	430,2	4,8	2.630	2.637	0,3	1.079,90	1.134,60	5,1
RR	5,5	5,5	0,0	2.800	2.800	0,0	15,4	15,4	0,0
RO	90,4	88,4	(2,2)	3.070	2.992	-2,5	277,5	264,5	(4,7)
PA	47	47,5	1,1	2.989	2.983	-0,2	140,5	141,7	0,9
TO	267,7	288,8	7,9	2.415	2.469	2,2	646,5	713	10,3
NORDESTE	1.454,90	1.553,10	6,7	2.658	2.740	3,1	3.867,20	4.256,00	10,1
MA	384,4	401,5	4,4	2.820	2.820	0,0	1.084,00	1.132	4,4
PI	219,7	240,6	9,5	2.212	2.760	24,8	486	664,1	36,6
BA	850,8	911	7,1	2.700	2.700	(0,0)	2.297,20	2.459,70	7,1
CENTRO-OESTE	9.105,60	9.368,00	2,9	2.910	2.954	1,5	26.494,80	27.673,10	4,4
MT	5.124,80	5.441,00	6,2	2.997	3.026	1,0	15.359,00	16.465	7,2
MS	1.737,10	1.750,00	0,7	2.810	2.800	(0,4)	4.881,30	4.900,00	0,4
GO	2.191,40	2.125,00	(3,0)	2.790	2.900	3,9	6.114,00	6.163	0,8
DF	52,3	52	(0,6)	2.686	2.810	4,6	140,5	146,1	4,0
SUDESTE	1.468,80	1.495,70	1,8	2.727	2.726	(0,0)	4.005,40	4.078,00	1,8
MG	930,4	930,4	0,0	2.760	2.773	0,5	2.567,90	2.580,00	0,5
SP	538,4	565,3	5,0	2.670	2.650	(0,8)	1.437,50	1.498,00	4,2
SUL	8.247,40	8.111,60	(1,6)	2.782	2.585	(7,1)	22.943,90	20.968,90	(8,6)
PR	3.978,50	3.920,90	(1,4)	2.995	3.038	1,4	11.915,00	11.911,70	(0,0)
SC	376,9	366,7	(2,7)	2.930	2.800	(4,4)	1104,3	1.026,80	(7,0)
RS	3.892	3.824	(1,7)	2.550	2.100	(17,6)	9.924,60	8.030,40	(19,1)
NORTE/NORDESTE	1.865,50	1.983,30	6,3	2.652	2.718	2,5	4.947,10	5.390,60	9,0
CENTRO-SUL	18.821,80	18.975,30	0,8	2.839	2.778	(2,2)	53.444	52.720	(1,4)
BRASIL	20.687,30	20.958,60	1,3	2.823	2.773	(1,8)	58.391,20	58.110,60	(0,5)

Fonte: CONAB - Levantamento: Dez/2007.

Apesar da valorização do real frente ao dólar em 2007, os excelentes ganhos de produtividade e a redução nos custos de produção contribuíram para uma melhoria na rentabilidade do setor. O ano de 2008 parece promissor para a soja, diante da perspectiva de crescimento da economia mundial, que manterá elevada a demanda pela *commodity*.

Mamona

Apesar do incremento aproximado de 5,2% na área destinada ao plantio da safra 2006/07, a produção brasileira de mamona recuou 9,8%, para 93,7 mil toneladas em 155,6 mil hectares. O aumento da área foi fruto da expectativa gerada em torno do Programa Brasileiro de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Porém, as condições climáticas desfavoráveis e a desconfiança do produtor com relação ao PNPB provocaram redução

na produtividade e, conseqüentemente, na produção. A Bahia, maior produtor nacional, contribuiu com 77,6% da produção brasileira, totalizando 72,7 mil toneladas, 2,9% inferior abaixo da safra 2005/06, apesar da expansão de 12% em sua área, cerca de 121,1 mil hectares. Os demais estados nordestinos também apresentaram quedas significativas em sua produção.

Para 2007/08 é esperado um incremento aproximado de 19,8% na área brasileira destinada ao plantio da mamona, utilizando-se 186,4 mil hectares. A produção deverá crescer 65,8%, atingindo 155,4 mil toneladas. O otimismo em relação ao PNPB explica a expectativa de aumento da área plantada; o ganho de produtividade, motivado pelas melhores condições climáticas, se reflete no aumento da produção. O Nordeste contribuirá em média com aumento de 20% na

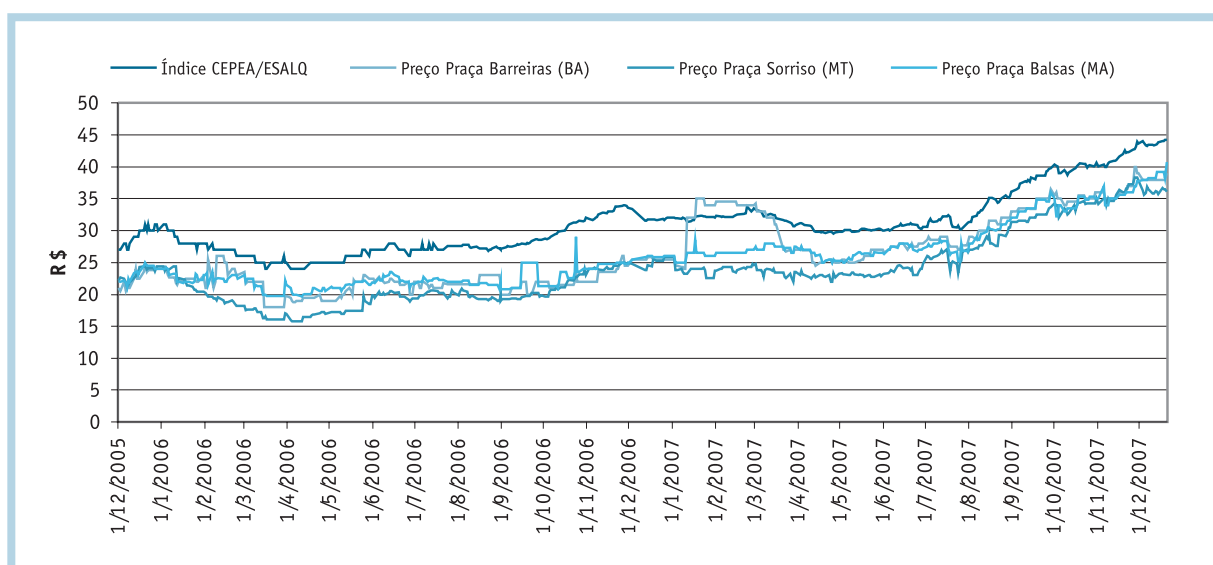


Gráfico 16 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de Dezembro/2005 a Dezembro/2007

Fonte: (CMA, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

área cultivada, chegando a 181,4 mil hectares. A produção nordestina deverá atingir 147,7 mil toneladas, 70% superior ao ciclo 2006/07, das quais 126,1 mil toneladas (+ 73,5%) oriundas da Bahia (Tabela 28).

O Planejamento 2008 da safra de mamona do Governo do Ceará, porém, prevê cultivo de 40 mil hectares e produtividade média de 900 kg/ha, gerando produção de 36 mil toneladas. Para tanto, tem concedido incentivo aos produtores, tais como garantia de preço mínimo subsidiado,

semente e calcário para correção do solo. O plantio deverá ocorrer até o mês de fevereiro, quando haverá uma posição consolidada. Caso essa previsão se confirme, a produção nordestina atingirá 183,7 mil toneladas, com aumento de 111,4% em relação à safra anterior.

Cabe notar que o PNPB estabeleceu a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel a partir de janeiro de 2008 (GONÇALVES, 2007). Como requisito para obtenção do Selo Combustível Social, no mínimo 50% da matéria-prima terá de vir da

Tabela 28 - Mamona. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%	Safra 06/07	Safra 07/08	Var%
NORDESTE	151,2	181,4	20,0	574,7	814,2	41,7	86,9	147,7	70,0
PI	13,4	14,5	8,2	335,8	744,8	121,8	4,5	10,8	140,0
CE	9,6	10,2	6,3	614,6	676,5	10,1	5,9	6,9	16,9
RN	0,7	0,6	-14,3	571,4	666,7	16,7	0,4	0,4	0,0
PE	6,4	6,7	4,7	531,3	522,4	-1,7	3,4	3,5	2,9
BA	121,1	149,4	23,4	600,3	844,0	40,6	72,7	126,1	73,5
SUDESTE	4,3	4,9	14,0	1534,9	1530,6	-0,3	6,6	7,5	13,6
MG	2,4	3,0	25,0	1500,0	1500,0	0,0	3,6	4,5	25,0
SP	1,9	1,9	0,0	1578,9	1578,9	0,0	3,0	3,0	0,0
SUL	0,1	0,1	0,0	2000,0	2000,0	0,0	0,2	0,2	0,0
PR	0,1	0,1	0,0	2000,0	2000,0	0,0	0,2	0,2	0,0
NORDESTE	151,2	181,4	20,0	574,7	814,2	41,7	86,9	147,7	70,0
CENTRO-SUL	4,4	5,0	13,6	1545,5	1540,0	-0,4	6,8	7,7	13,2
BRASIL	155,6	186,4	19,8	602,2	833,7	38,4	93,7	155,4	65,8

Fonte: CONAB - Levantamento: Dez/2007.

agricultura familiar (em se tratando de empresa instalada no semi-árido nordestino). Considerando o consumo médio anual de óleo diesel em 5,6 bilhões de litros, a demanda nordestina por biodiesel para 2008 será de 112 milhões de litros. Para produzir tal quantidade, partindo do pressuposto que toda essa demanda será suprida por óleo de mamona, o Nordeste terá de produzir aproximadamente 129 mil toneladas de baga de mamona²⁹ apenas para o consumo interno, ou seja, a produção projetada atenderia à demanda e ainda geraria um excedente de 18,7 mil toneladas (ou 54,7 mil toneladas, em se confirmando a produção cearense). Esse excesso de oferta pode ser direcionado internamente a outras regiões deficitárias ou para exportação.

Café

A safra 2006/07 de café foi cultivada em 2,2 milhões de hectares, produzindo 42,5 milhões de sacas, das quais 33 milhões de café arábica (77,7%) e 9,5 milhões de café robusta (22,3%). Esses valores refletem uma redução de 2,9% na área de plantio em relação à safra 2005/06 e incremento de 28,8% na produção, em virtude da bianualidade positiva. O Nordeste produziu 2,6 milhões de sacas (6,1% da produção brasileira), em 97,8 mil hectares (4,4% da área total), distribuídos nas regiões baianas do Oeste, Planalto e Atlântico.

A Quarta Estimativa da CONAB para a Safra 2007/08 de Café (CONAB, 2007b), divulgada em dez./07, prevê 2,1 milhões de hectares para plantio, 3,7% inferior à safra 2006/07. A produção deverá atingir 33,7 milhões de sacas, sendo 23,5 milhões de café arábica e 10,3 milhões de café

robusta. Quando comparada à da safra 2006/07, essa produção caiu 20,6%. Porém, a safra 2007/08 será afetada pela bianualidade negativa, o que conduz à distorção nos valores de produção, se comparada com a safra imediatamente anterior. Comparando-se, então, à safra 2005/06 (também afetada pela bianualidade negativa) observa-se avanço de 2,3%. Contribuiu também para a queda de produção na atual safra a estiagem entre março e setembro, que afetou a floração. O Nordeste deverá produzir 1,8 milhão de sacas em 95 mil hectares, mantendo-se a região baiana do Planalto de Vitória da Conquista como o maior produtor regional (Tabela 29).

A bianualidade negativa, associada às condições climáticas desfavoráveis e ao aumento na demanda, provocou uma pressão para cima na cotação da saca de 60kg de café na Bolsa de Nova York (NBOT): o contrato futuro para mai./08 fechou o ano cotado a US\$ 139,00. O mercado interno ensaiou uma recuperação nos preços a partir do segundo semestre, mas não conseguiu reverter as perdas verificadas até o mês de mai./07. O nível de preços permanece ainda inferior àquele registrado em 2005. O Índice CEPEA/ESALQ para café arábica fechou o ano cotado a R\$ 260,98 (queda de 11,2%) e R\$ 205,93 (-7,1%) para o café conilon. No Nordeste, a praça de Vitória da Conquista (BA) registrou no fechamento do ano a cotação de R\$ 225,00 para o tipo bica corrida (-2,2%), R\$ 235,00 para o bebida dura (-14,5%) e R\$ 245,00 para o café despulpado (-18,3%) (Gráfico 17). Convém destacar a ascensão do café conilon, que apresentou sua maior proximidade em relação ao café arábica durante o ano de 2007.

29 Segundo o Ministério das Minas e Energia (MME), a relação entre massa e volume do óleo de mamona é de 0,9248 kg/L. Ou seja, 1 litro de óleo de mamona é igual a 0,9248 kg do mesmo óleo.

Tabela 29 - Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2006/2007 e 2007/2008(*)

UF/Região	Área (em mil ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 06/07			Safr 07/08			Var. %
	Safr 06/07	Safr 07/08	Var. %	Arábica	Robus- ta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.012	1.016	0,4%	21.957	30	21.987	15.450	36	15.486	-29,6%
Sul e Centro-Oeste	507,1	506,6	-0,1%	12.043	-	12.043	6.825	-	6.825	-43,3%
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	155,0	155,3	0,2%	4.313	-	4.313	3.061	-	3.061	-29,0%
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	349,8	354,5	1,3%	5.601	30	5.631	5.564	36	5.600	-0,6%
Espírito Santo	473,3	471,4	-0,4%	2.128	6.881	9.009	2.016	7.567	9.583	6,4%
São Paulo	212,1	168,7	-20,5%	4.470	-	4.470	2.632	-	2.632	-41,1%
Paraná	100,3	97,4	-2,9%	2.248	-	2.248	1.622	-	1.622	-27,8%
Bahia	97,8	95,0	-2,9%	1.725	526	2.251	1.315	517	1.832	-18,6%
Oeste	11,5	20,8	81,0%	449	-	449	385	-	385	-14,2%
Planalto	71,0	47,8	-32,7%	1.277	-	1.277	930	-	930	-27,1%
Atlântico	15,3	26,4	72,9%	-	526	526	-	517	517	-1,7%
Rondônia	162,6	153,3	-5,7%	-	1.263	1.263	-	1.482	1.482	17,3%
Mato Grosso	32,2	16,2	-49,7%	25	225	250	11	141	152	-39,2%
Pará	20,9	15,1	-27,6%	-	280	280	-	266	266	-5,0%
Rio de Janeiro	13,8	14,0	1,8%	255	9	264	269	12	281	6,4%
Outros	27,5	25,5	-7,3%	207	283	490	162	242	404	-17,6%
BRASIL	2 152,4	2 073,1	-3,7%	33 015	9 497	42 512	23 477	10 263	33 740	-20,6%

Fonte: (CONAB, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica. (*) Os dados para a safra 2007/2008 são previsões.

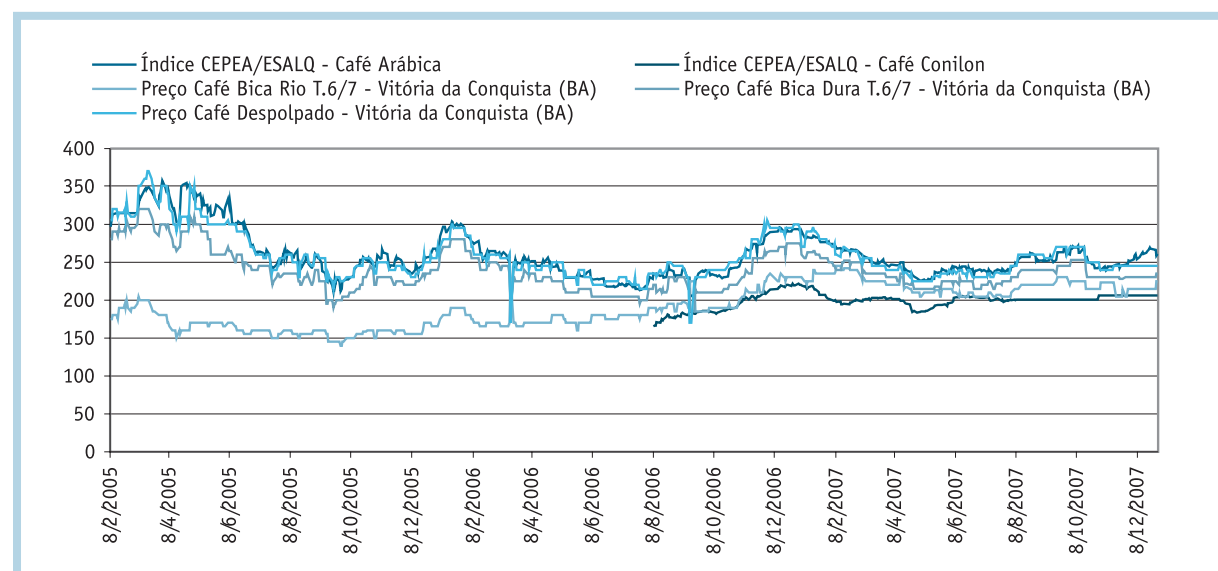


Gráfico 17 - Evolução dos Preços da Saca de 60kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despoldado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conilon, de Fevereiro/2005 a Dezembro/2007

Fonte: (CMA, 2007; CEPEA; ESALQ, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.5.2 - PECUÁRIA

O Brasil, durante 2007, aumentou de forma consistente suas exportações de carne bovina. Os países ricos da União Européia absorveram aproximadamente 50% do total exportado no período 2000/05. Em 2007, a Rússia foi o importador mais expressivo, absorvendo 32% do total exportado de janeiro a outubro. Isto se deve ao crescimento da indústria de *fast food* naquele país, em especial da rede americana McDonald's. A citada rede tem preferência pela carne brasileira, entre outras importadas do Mercosul, devido ao baixo índice de contaminação apresentado e à padronização do produto (CNA, 2007a).

No que diz respeito aos custos de produção da pecuária, levantamentos da CNA (2007a) apontam para uma alta de 8,9% dos custos totais acumulados nos nove primeiros meses do ano. No mesmo período, a arroba do boi gordo valorizou 16,4%, compensando parcialmente as perdas sofridas pelos produtores no primeiro semestre. Dentre os insumos, a maior alta foi para os adubos e corretivos, aumento médio acumulado de 22,7% no País. Em segundo lugar, os medicamentos, cuja alta atingiu 14,9% até setembro. Os únicos insumos que registraram recuo de preço no período foram aqueles utilizados para a reprodução animal (- 0,8%) e as máquinas e implementos agrícolas (- 0,2%).

3.5.3 - Agronegócio

3.5.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

Conforme o número 82 do boletim Indicadores Rurais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2007b), no qual é divulgado o desempenho do agronegócio do País, nos primeiros nove meses do corrente ano o crescimento registrado para o Produto Interno Bruto do agronegócio foi de 4,4%. Após dois anos de resultados desfavoráveis, o agronegócio demonstra sinais de recuperação.

As duas subdivisões básicas do agronegócio tiveram comportamentos positivos: enquanto a agricultura acumulou aumento de 3,3%, a pecuária, ao contrário do que vinha acontecendo no ano anterior, experimentou crescimento maior, totalizando 7,3% no acumulado do ano em seu PIB (Gráfico 19 e Tabela 31). O resultado favorá-

vel observado na pecuária é consequência principalmente do bom desempenho ocorrido nos setores de lácteos e produção de frangos.

Ao se analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da porteira”), o que pode ser feito colocando-se à parte três dos quatro segmentos de análise do agronegócio (produção de insumos, indústria e distribuição), e focando a atenção apenas nas suas produções, percebe-se que a agricultura cresceu 7,5% e a pecuária 8,1% nos primeiros nove meses do ano (Tabela 30 e Gráfico 18).

A indústria de beneficiamento de produtos agrícolas, também parte integrante do agronegócio, continua seu movimento de expansão, com

crescimento acumulado de 1,5% nos primeiros nove meses de 2007. Continuou fraco o desempenho da indústria do açúcar, que acumulou resultado negativo de 30% no corrente ano, consequência da queda de seus preços no mercado mundial. Tal retrocesso não chegou a comprometer o crescimento da indústria processadora vegetal, que apesar do ocorrido, cresceu 0,8% em 2007. Por outro lado, a indústria de abate de animais, aquecida pelo aumento das exportações, acumulou crescimento de 9,5% no período, rompendo a tendência de queda observada no início do ano.

O processo de recuperação de preços dos produtos do agronegócio continuou de forma intensa. Nos primeiros nove meses de 2007 (Tabela 32), apenas cinco preços da agricultura (batata, cana-de-açúcar, feijão³⁰, mandioca e sisal) regis-

traram redução. A cebola, cujo preço no último número deste periódico havia registrado queda, sofreu leve crescimento (1,8%). O aumento do *quantum* e do preço da maior parte dos produtos agrícolas e pecuários permitiu aumento de 13,6% no Valor Bruto da Produção (VBP), se comparado a 2006, passando de R\$ 180,5 para R\$ 205 bilhões em 2007.

Em termos absolutos, os produtos agrícolas com maiores reduções no VBP foram o café (R\$ 2.345 milhões) e o feijão (R\$ 440 milhões). A soja, com um aumento de produção de 6,1% de 2006 para 2007, aliado a um incremento nos preços, aumentou sua receita em 22,6%. Os destaques entre os produtos com crescimento do VBP ficaram com a soja (R\$ 5,6 bilhões), o milho (R\$ 5,6 bilhões) e a cana-de-açúcar (R\$ 2 bilhões).

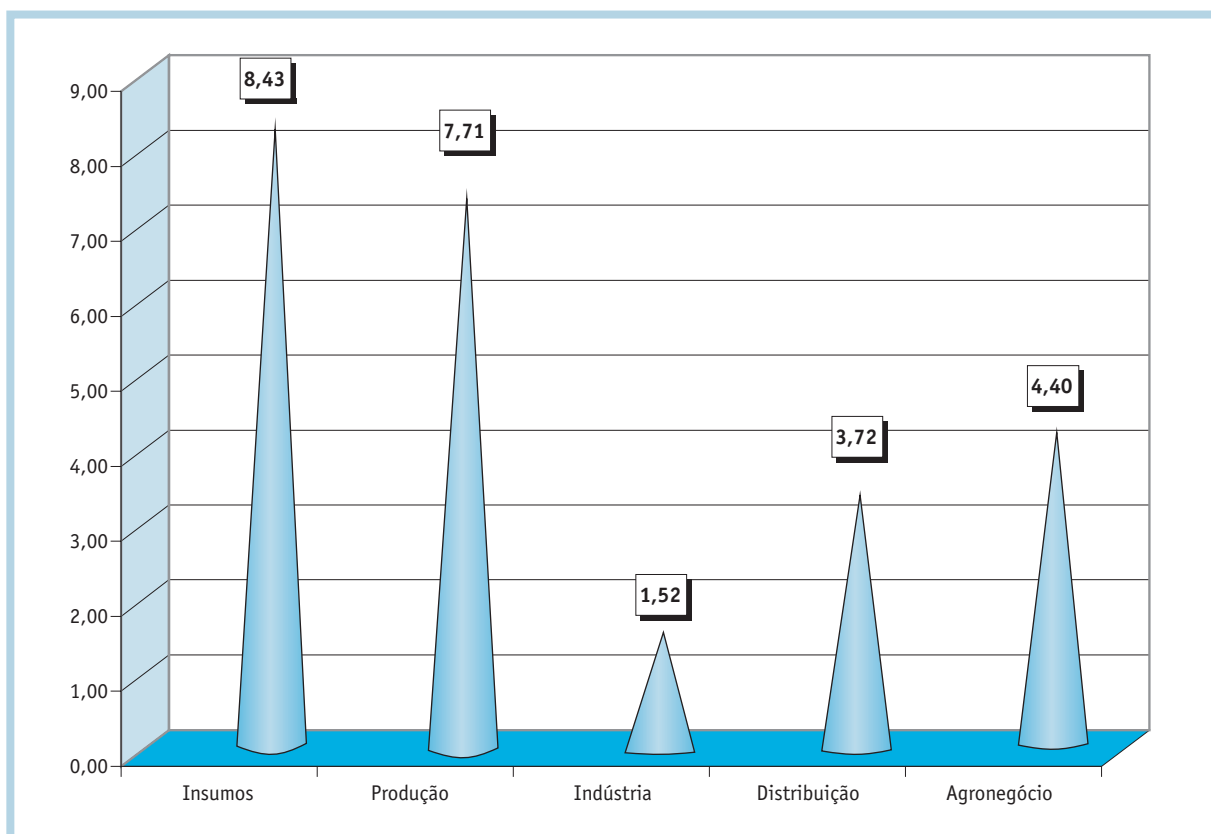


Gráfico 18 - Brasil - PIB do Agronegócio - Variação (%) Acumulada em 2007

Fonte: (CNA, 2007b).

30 O item 3.5.1 menciona a alta do preço do feijão Carioca tipo 1, que foi expressiva nos meses de novembro e dezembro de 2007, fenômeno que não foi captado por este indicador, que mediu a evolução da produção e dos preços de todos os tipos de feijão até setembro de 2007.

Tabela 30 - Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2006-2007 (%)

AGROPECUÁRIA					
2006/2007	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Outubro	0,08	-0,02	0,53	0,46	0,33
Novembro	0,38	0,30	0,56	0,42	0,43
Dezembro	-0,07	-0,07	0,37	0,12	0,14
Janeiro	0,05	0,24	0,10	0,16	0,15
Fevereiro	0,12	0,25	0,05	0,16	0,14
Março	0,82	0,99	0,04	0,36	0,45
Abril	0,92	0,79	0,26	0,52	0,54
Maio	0,87	0,66	0,11	0,30	0,38
Junho	1,04	0,81	0,05	0,10	0,35
Julho	1,59	1,41	0,32	0,87	0,89
Agosto	1,47	1,22	0,35	0,61	0,76
Setembro	1,26	1,09	0,23	0,58	0,66
Acumulado em 2007	8,43	7,71	1,52	3,72	4,40
AGRICULTURA					
2006/2007	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Outubro	0,22	-0,01	0,56	0,53	0,41
Novembro	0,94	0,84	0,68	0,71	0,74
Dezembro	0,55	0,47	0,57	0,55	0,55
Janeiro	0,13	0,39	0,15	0,26	0,23
Fevereiro	0,25	0,34	0,00	0,10	0,12
Março	0,96	0,95	0,01	0,25	0,35
Abril	0,93	0,57	0,20	0,34	0,38
Maio	1,09	0,72	0,07	0,20	0,32
Junho	1,10	0,56	0,23	0,25	0,37
Julho	1,76	1,27	-0,12	0,10	0,38
Agosto	1,64	1,21	0,20	0,33	0,56
Setembro	1,44	1,22	0,09	0,40	0,53
Acumulado em 2007	9,68	7,46	0,83	2,25	3,29
PECUÁRIA					
2006/2007	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Outubro	-0,13	-0,04	0,35	0,27	0,11
Novembro	-0,48	-0,38	-0,22	-0,29	-0,34
Dezembro	-1,02	-0,77	-0,91	-0,96	-0,89
Janeiro	-0,06	0,03	-0,18	-0,09	-0,06
Fevereiro	-0,07	0,13	0,34	0,31	0,20
Março	0,60	1,05	0,22	0,63	0,71
Abril	0,91	1,10	0,68	0,97	0,96
Maio	0,53	0,57	0,37	0,54	0,52
Junho	0,95	1,15	-1,06	-0,26	0,30
Julho	1,32	1,59	3,17	2,78	2,19
Agosto	1,20	1,25	1,28	1,29	1,26
Setembro	0,98	0,92	1,05	1,01	0,98
Acumulado em 2007	6,53	8,05	5,97	7,38	7,27

Fonte: (CNA, 2007b). Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio da pecuária.

Tabela 31 - Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2006 e 2007 (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Atividades	Anos		Variação	
	2006	2007	(%)	Abs.
Agricultura	84,97	87,77	3,29	2,80
Pecuária	64,82	69,54	7,28	4,72
Agropecuária	149,80	161,36	7,72	11,56
Agronegócio	540,06	563,88	4,41	23,82
Outros Segmentos	390,26	390,26	0,00	0,00

Fonte: (CNA, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Entre os produtos pecuários, os maiores aumentos de VPB ficaram com o frango (R\$ 3,9 bilhões) e o leite (R\$ 2,9 bilhões). Problemas climáticos na Austrália e Argentina ocasionaram diminuição na oferta de leite destes países, levando ao aumento das exportações brasileiras de leite em pó, o que provocou elevação nos preços do produto no mercado interno.

Em termos relativos, as maiores quedas foram registradas nos produtos agrícolas café (-20,8%) e feijão (-9,7%). Nenhum dos produtos pecuários registrou recuo em seu VBP; antes se observou taxas de crescimento que variaram de 1,4% (carne bovina) a 22,7% (frango).

A estimativa para o Valor Bruto da Produção da agropecuária brasileira em 2007, por incorporar mais produtos que aquela feita pela CNA (Tabela 32), é de R\$ 205 bilhões, prevendo uma elevação de 13,6% em relação a 2006 (R\$ 180,5 bilhões). A agricultura deverá responder por 60,7% desse valor (R\$ 124,3 bilhões), cabendo o restante (39,3%) à pecuária (R\$ 80,6 bilhões). Em relação ao ano anterior, estima-se elevação de 15,2% no faturamento agrícola e de 11,1% no faturamento pecuário nacionais.

Estima-se que o Valor Bruto da Produção Agropecuária do Nordeste, em 2007, alcance R\$ 29,1 bilhões, o que representaria avanço de 1,6% sobre 2006 (R\$ 448 milhões) (Tabela 33). Esse crescimen-

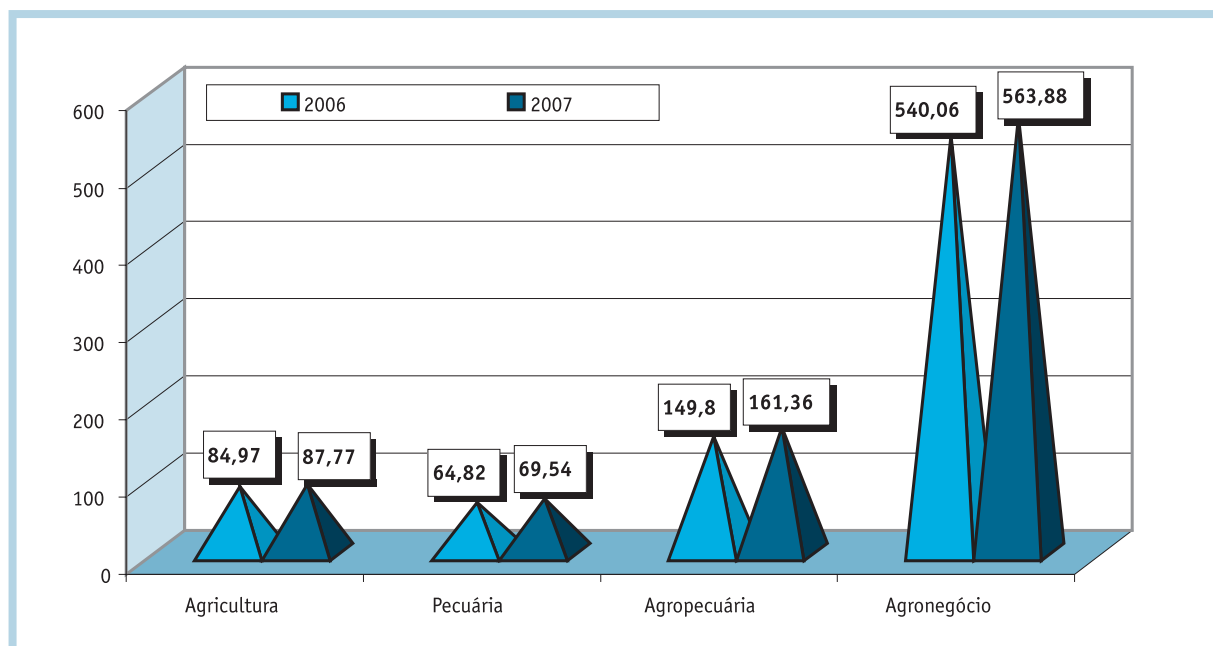


Gráfico 19 - Brasil - PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2006)

Fonte: (CNA, 2007b).

Tabela 32 - Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) - 2006 e 2007

Produtos	Produção			Preços Médios Reais (base outubro/2007, pelo IGP - DI)			Valor Bruto da Produção (VBP) R\$ Milhões		Variação	
	Unidade	2006	2007	Unidade	2006	2007	2006	2007	%	Abs.
Agrícolas							107.915,8	124.313,5	15,19	10.358,4
Algodão em Caroço	mil t	2.723,0	3.908,0	kg	1,02	1,04	2.777,5	4.064,3	46,33	978,5
Amendoim	mil t	268,0	226,0	kg	1,01	1,25	270,7	282,5	4,36	5,0
Arroz	mil t	11.722,0	11.316,0	kg	0,49	0,54	5.743,8	6.110,6	6,39	168,4
Banana	mi cach de 10 dúzias	713,0	718,0	dúzia	0,69	0,74	4.919,7	5.313,2	8,00	216,0
Batata Inglesa	mil t	3.126,0	3.465,0	kg	0,70	0,65	2.188,2	2.252,3	2,93	-164,3
Cacau (em amêndoa)	mil t	204,0	219,0	15 kg	51,58	60,50	701,5	883,3	25,92	-22,1
Café Beneficiado	mil sacas de 60kg	42.512,0	32.625,0	60 kg	265,19	273,68	11.273,8	8.928,8	-20,80	-1.449,1
Cana-de-açúcar	mil t	457.984,0	514.875,0	t	42,04	41,36	19.253,6	21.295,2	10,60	2.556,4
Cebola	mil t	1.168,0	1.226,0	kg	0,56	0,57	654,1	698,8	6,83	-163,0
Feijão	mil t	3.471,0	3.339,0	kg	1,31	1,23	4.547,0	4.107,0	-9,68	-128,9
Fumo	mil t	908,0	927,0	kg	5,02	5,30	4.558,2	4.913,1	7,79	-28,4
Laranja	milhões de caixas	442,5	447,9	cx	10,26	11,16	4.540,1	4.998,6	10,10	1.769,4
Mamona	mil t	104,0	94,0	kg	0,60	0,64	62,4	60,2	-3,53	21,0
Mandioca	mil t	26.662,0	27.447,0	t	177,43	170,99	4.730,6	4.693,2	-0,79	57,7
Milho	mil t	42.515,0	51.370,0	kg	0,28	0,34	11.904,2	17.465,8	46,72	3.890,6
Sisal	mil t	247,0	256,0	kg	1,13	1,00	279,1	256,0	-8,28	-33,4
Soja	mil t	55.027,0	58.392,0	kg	0,45	0,52	24.762,2	30.363,8	22,62	3.381,8
Tomate	mil t	3.278,0	3.321,0	kg	0,93	1,12	3.048,5	3.719,5	22,01	66,5
Trigo	mil t	2.234,0	3.802,0	kg	0,36	0,47	804,2	1.786,9	122,20	-802,7
Uva	mil t	1.228,0	1.342,0	kg	0,73	1,58	896,4	2.120,4	136,54	39,0
Pecuários							72.579,1	80.637,7	11,10	4.585,5
Carne Bovina, Eq.Cab.	mil t	8.950	9.200	15 kg	54,26	53,50	32.375,1	32.813,3	1,35	1.695,7
Frango	mil t	9.335	9.802	kg	1,84	2,15	17.176,4	21.074,3	22,69	1.194,7
Leite	milhões de litros	25.062	26.065	litro	0,52	0,61	13.032,2	15.899,7	22,00	1.081,3
Ovos	mil cx. de 30 dúzias	74.894	79.029	dúzia	1,63	1,76	3.662,3	4.172,7	13,94	136,9
Suínos	mil t	2.870	2.940	15 kg	33,10	34,07	6.333,1	6.677,7	5,44	476,9
Total							180.494,9	204.951,2	13,55	14.944,0

Fonte: (CNA, 2007b).

to viria da pecuária (+7,5%), uma vez que a agricultura teve queda na produção (-1,1%). Com esse desempenho, o faturamento da atividade agropecuária nordestina passaria a representar 13,7% do total esperado para o Brasil (R\$ 212,8 bilhões).

O faturamento de onze lavouras temporárias e dez permanentes, assim como o de todos os produtos pecuários, deverá aumentar. Nas lavouras temporárias, os destaques positivos, em termos relativos, são amendoim, batata, abacaxi e trigo, todos com variação do VBP acima de 25%. Em termos absolutos destacam-se a soja, o abacaxi e a batata inglesa.

Nas lavouras permanentes, os destaques relativos positivos são a tangerina (+71,4%), o gua-

raná (+30,0%) e a laranja (+21,3%); em termos absolutos, destacam-se a banana, a laranja e a manga que, juntos, terão um aumento de VBP de R\$ 380,2 milhões. Esse resultado, no entanto, é anulado pela queda de VBP de doze lavouras. A seca que assola a Região provocou perdas na lavoura e no rebanho. Houve tanto queda de preços como de quantidades das principais lavouras permanentes, provocando um recuo de 4,7% no VBP total destas culturas. Dentre os produtos das lavouras permanentes de maior peso no VBP, o café (- 57,1%) e a uva (- 24,7%) experimentaram as maiores reduções no faturamento.

Quase todos os produtos pecuários apresentaram aumento nas quantidades e nos preços entre 2006/07. Em termos relativos, o maior aumento

Tabela 33 - Nordeste - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) - 2006 e 2007

Produtos	Unidade	Quantidade (1) 2006	2007	Preço (abril/2007) 2006	2007	VBP (milhões de reais) 2006	2007
Lavoura Temporária (a)							
Brasil						86.959,1	104.541,4
Nordeste						13.153,6	13.266,6
Abacaxi	Mil Frutos	700.000	754.018	0,53	0,68	374,2	512,7
Algodão Herbáceo (em caroço)	Tonelada	887.338	1.109.525	1,23	1,03	1.088,3	1.142,8
Alho	Tonelada	7.468	5.694	1,91	1,86	14,2	10,6
Amendoim (em casca)	Tonelada	11.119	14.169	1,08	1,34	12,0	19,0
Arroz (em casca)	Tonelada	1.109.130	1.038.289	0,68	0,63	755,7	654,1
Batata - Doce	Tonelada	190.384	190.384	0,41	0,39	77,8	75,0
Batata - Inglesa	Tonelada	169.596	277.385	1,05	0,95	177,8	263,5
Cana-de-açúcar	Tonelada	64.417.583	67.844.327	0,04	0,04	2.701,0	2.713,8
Cebola	Tonelada	251.966	331.229	1,13	0,83	285,3	274,9
Fava (em grão)	Tonelada	12.345	12.345	1,43	1,39	17,6	17,2
Feijão (em grão)	Tonelada	1.027.464	856.655	1,52	1,36	1.561,7	1.165,1
Fumo (em folha)	Tonelada	33.310	33.842	3,05	3,60	101,6	121,9
Mamona (baga)	Tonelada	85.817	86.345	0,87	0,61	74,7	52,5
Mandioca	Tonelada	9.676.228	10.139.639	0,19	0,18	1.825,8	1.825,1
Melancia	Tonelada	455.225	455.225	0,28	0,28	128,8	125,5
Melão	Tonelada	332.879	332.879	0,72	0,71	240,8	234,9
Milho (em grão)	Tonelada	3.159.586	3.198.840	0,45	0,45	1.424,2	1.439,5
Soja (em grão)	Tonelada	3.466.628	3.908.416	0,47	0,50	1.635,2	1.954,2
Sorgo Granífero (em grão)	Tonelada	127.510	134.804	0,29	0,29	37,4	38,9
Tomate	Tonelada	517.784	543.117	1,19	1,15	618,8	624,6
Trigo (em grão)	Tonelada	1.915	1.915	0,37	0,46	0,7	0,9
Lavoura Permanente (b)							
Brasil						26.858,1	27.108,2
Nordeste						6.790,1	6.468,2
Abacate	Tonelada	11.571	11.571	0,88	0,86	10,2	10,0
Algodão Arbóreo (em caroço)	Tonelada	675	358	1,16	1,13	0,8	0,4
Banana	Tonelada	2.833.638	2.749.574	0,44	0,51	1.247,5	1.402,3
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	30.916	30.916	1,70	1,94	52,5	60,0
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	135.925	148.703	3,97	3,90	540,0	579,9
Café (beneficiado)	Tonelada	181.164	141.299	4,56	2,51	826,1	354,0
Caqui	Tonelada	60	60	2,52	2,45	0,2	0,1
Castanha-de-caju	Tonelada	236.140	181.387	1,17	1,14	277,2	206,4
Côco-da-baía	Mil Frutos	1.295.982	1.293.917	0,44	0,38	570,6	491,7
Dendê (côco)	Tonelada	155.651	155.651	0,18	0,17	27,7	27,1
Figo	Tonelada	84	84	2,72	2,67	0,2	0,2
Goiaba	Tonelada	156.886	156.886	0,49	0,48	77,3	75,5
Guaraná (semente)	Tonelada	1.405	1.885	1,34	1,30	1,9	2,5
Laranja	Tonelada	1.786.009	1.676.392	0,32	0,42	580,4	704,1
Limão	Tonelada	66.191	66.191	0,88	0,93	58,3	61,3
Mamão	Tonelada	879.288	879.288	0,80	0,84	700,5	742,2
Manga	Tonelada	702.925	702.925	0,77	0,91	537,9	639,7
Maracujá	Tonelada	244.343	244.343	1,09	1,02	266,4	249,2
Marmelo	Tonelada	70	70	3,68	3,58	0,3	0,3
Palmito	Tonelada	3.911	3.911	1,74	1,69	6,8	6,6
Pimenta-do-reino	Tonelada	3.988	4.347	5,23	4,23	20,9	18,4
Sisal ou Agave (fibra)	Tonelada	247.558	251.398	1,01	1,00	249,1	251,4
Tangerina	Tonelada	44.338	44.338	0,67	1,15	29,7	51,0
Urucum (semente)	Tonelada	3.071	3.071	1,65	1,60	5,1	4,9
Uva	Tonelada	245.521	279.880	2,86	1,89	702,6	529,0
Agricultura (c)							
Brasil						113.817,3	131.649,5
Nordeste						19.943,7	19.734,9
Pecuária (d)							
Brasil						72.986,1	81.101,4
Nordeste						8.734,2	9.391,5
Carne Bovina	Tonelada	1.142.915	1.174.840	3,71	3,57	4.165,5	4.190,3
Frango	Tonelada	702.926	738.091	1,87	2,15	1.453,7	1.586,9
Leite	Milhões de Litros	3.025	3.146	0,53	0,61	1.589,9	1.919,1
Ovos	Mil Cx. de 30	12.283	12.961	1,49	1,76	646,6	760,4
Suínos	Dúzias	401.800	411.600	2,26	2,27	878,5	934,9
Agropecuária							
Brasil						186.803,5	212.750,9
Nordeste						28.677,9	29.126,3
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura Temporária (a)						15,13	12,69
Lavoura Permanente (b)						25,28	23,86
Agricultura (c = a + b)						17,52	14,99
Pecuária (d)						11,97	11,58
Agropecuária (c + d)						15,35	13,69

Fontes: (CNA, 2007b; IBGE, 2007a, 2007b; FNP, 2006). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Obs:

(1) As quantidades foram obtidas do LSPA (07/2007) e de CNA (2007b). Para os produtos não contemplados no LSPA utilizou-se a PAM-2005.

(2) Os preços foram obtidos de CNA (2007b), SIGMAN (2007) e PAM (2005), corrigidos para jul/2007.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional em 2005, cfe. a PAM-2005.

(4) As quantidades de carne de bovinos, aves e suínos do NE foram calculadas com base na participação regional estimada por FNP-2006.

Tabela 34 - Nordeste - Estimativa da Participação de Estados Selecionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2007

milhões de reais

Estados	Lavouras			%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
	Temporárias	%	Permanentes							
AL	1.237,2	9,33	92,0	1,42	1.329,2	6,74	442,8	4,71	1.772,0	6,08
BA	5.599,3	42,21	3.904,9	60,37	9.504,2	48,16	3.175,3	33,81	12.679,5	43,53
CE	890,5	6,71	504,1	7,79	1.394,6	7,07	1.248,3	13,29	2.642,9	9,07
RN	526,3	3,97	252,2	3,90	778,5	3,94	413,5	4,40	1.192,0	4,09
MA	1.733,5	13,07	88,1	1,36	1.821,6	9,23	1.068,6	11,38	2.890,2	9,92
PB	776,8	5,86	242,8	3,75	1.019,5	5,17	467,0	4,97	1.486,5	5,10
PE	1.455,7	10,97	791,5	12,24	2.247,2	11,39	1.627,8	17,33	3.875,0	13,30
PI	648,1	4,89	101,1	1,56	749,2	3,80	567,7	6,04	1.316,9	4,52
SE	399,3	3,01	491,6	7,60	890,9	4,51	380,5	4,05	1.271,4	4,37
BA+CE+MA+PE	9.679,0	73,0	5.288,5	81,8	14.967,5	75,8	7.120,1	75,8	22.087,6	75,8
Demais	3.587,7	27,0	1.179,7	18,2	4.767,3	24,2	2.271,4	24,2	7.038,8	24,2
Nordeste	13.266,6	100,00	6.468,2	100,00	19.734,9	100,00	9.391,5	100,00	29.126,3	100,00

Fontes: (CNA, 2007b; IBGE, 2007a; FNP, 2006). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Obs: No cálculo do VPB dos estados foram considerados, para os produtos, os mesmos preços do Nordeste e não os preços estaduais.

no faturamento é o do leite: 20,7%. Também em termos absolutos, a maior contribuição é dada por este produto, que contribui com 50,1% do aumento do VBP da pecuária.

Os estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará, conjuntamente, respondem por 76% do fa-

turamento agropecuário regional, alcançando R\$ 22 bilhões (Tabela 34). A Bahia apresenta, isoladamente, a maior participação (43,5%) no VPB ou em qualquer um dos seus segmentos (lavouras ou pecuária).

3.5.3.2 - Balança Comercial do Agronegócio

Nos dez primeiros meses deste ano, o saldo da balança comercial do agronegócio nordestino alcançou US\$ 2.914 milhões, determinado por exportações de US\$ 3.999,2 milhões e importações de US\$ 1.085,2 milhões (Tabela 35). Com esses resultados, reduziu-se de 7,6% para 7% a participação nordestina no saldo do agronegócio nacional, considerado o mesmo período nos anos 2006/07. A razão é que as importações do agronegócio regional cresceram significativamente mais (48,5%) do que as do agronegócio nacional (31,1%).

O agronegócio continua contribuindo positivamente para o resultado final da balança comer-

cial brasileira: enquanto os saldos das balanças comerciais totais do Brasil e do Nordeste registraram queda de 9,9% e 51,3%, respectivamente, os saldos das balanças comerciais do agronegócio cresceram 18,6% para o Brasil e 8,4% para o Nordeste. Nos primeiros dez meses de 2007, as exportações dos agronegócios do Brasil e do Nordeste cresceram mais do que as exportações totais respectivas, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior. De igual modo, as importações de ambos os agronegócios aumentaram mais do que as importações totais.

O saldo comercial do agronegócio de cinco dos nove estados nordestinos apresentou crescimento, com destaque para Sergipe (90,7%), que também foi o estado cujas exportações mais cresceram no período (63,2%), chamando atenção o suco de laranja congelado: vendas de US\$ 65,1 milhões ante US\$ 32,1 milhões, em 2006. Já o Piauí apresentou o maior aumento nas importações do agronegócio (111,4%), com destaque para couros e peleteria (US\$ 4,3 milhões). Também cha-

mou atenção o avanço da Paraíba (81,6%), principalmente devido às suas importações de fibras e produtos têxteis (US\$ 65,3 milhões).

Esses desempenhos não alteraram significativamente a ordem dos principais estados nos três indicadores: exportações, importações e saldo. Bahia, Ceará e Alagoas se destacam pela participação nas exportações e no saldo; e Pernambuco, Bahia e Ceará nas importações.

Tabela 35 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2006 e 2007

Dados de Janeiro a Outubro de Cada Ano (US\$ mil)

Região/Estado	2006			2007		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	113.645.762	75.479.405	38.166.356	132.366.939	97.994.187	34.372.752
Brasil – Agroneg.(b)	40.895.970	5.377.841	35.518.129	48.846.034	7.051.909	41.794.125
Nordeste – Total (c)	9.449.122	7.141.571	2.307.551	10.664.171	9.539.689	1.124.482
Nordeste – Agroneg. (d)	3.418.322	730.949	2.687.372	3.999.180	1.085.179	2.914.001
Alagoas	435.043	18.086	416.957	518.644	22.928	495.716
Bahia	1.446.683	189.547	1.257.136	1.773.155	334.741	1.438.414
Ceará	583.072	180.032	403.040	634.053	254.375	379.677
Maranhão	238.029	13.658	224.370	237.549	24.026	213.523
Paraíba	103.440	44.092	59.348	120.344	80.054	40.290
Pernambuco	307.456	222.792	84.664	358.101	301.492	56.609
Piauí	32.674	2.154	30.520	36.482	4.554	31.928
Rio Grande do Norte	226.928	39.152	187.776	247.401	34.483	212.918
Sergipe	44.997	21.436	23.561	73.451	28.526	44.925
VARIACÕES 2006/2007						
Brasil – Total				16,5	29,8	-9,9
Brasil – Agroneg.				19,4	31,1	18,6
Nordeste – Total				12,9	33,6	-51,3
Nordeste – Agroneg.				17,0	48,5	8,4
Alagoas				19,2	26,8	18,9
Bahia				22,6	76,6	14,4
Ceará				8,7	41,3	-5,8
Maranhão				-0,2	75,9	-4,8
Paraíba				16,3	81,6	-32,1
Pernambuco				16,5	35,3	-33,1
Piauí				11,7	111,4	4,6
Rio Grande do Norte				9,0	-11,9	13,4
Sergipe				63,2	33,1	90,7
RELAÇÕES						
b/a	36,0	7,1	93,1	36,9	7,2	121,6
d/c	36,2	10,2	116,5	37,5	11,4	259,1
d/b	8,4	13,6	7,6	8,2	15,4	7,0

Fonte: (BRASIL, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

BNB. **Revista Conjuntura Econômica**, Fortaleza, n. 14, jul./set. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2007a.

_____. **Revista Conjuntura Econômica**. Fortaleza, n. 14, jul./set. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2007b.

BNB-ETENE. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários: SIGMAN**. Fortaleza: BNB, 2007. Acesso em: 11 nov. 2007. Banco de dados de uso restrito.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Brasília: Ministério da Agricultura, 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

CEPEA; ESALQ. **Indicador de algodão**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/11_novembro/Algodao.htm>. Acesso em: 21 dez. 2007a.

_____. **Indicador de café**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/12_dezembro/Cafe.htm>. Acesso em: 27 dez. 2007b.

_____. **Indicador de milho**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/11_novembro/Milho.htm>. Acesso em: 21 dez. 2007c.

_____. **Indicador de soja**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/11_novembro/Soja.htm>. Acesso em: 21 dez. 2007d.

CMA. **Trading analysis information**. São Paulo: CMA, 2007.

CNA. **Indicadores pecuários**, n. 52, nov. 2007. Brasília: CNA, 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007a.

_____. **Indicadores rurais**, n. 82, nov. 2007. Brasília: CNA, 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007b.

CONAB. **Quarto levantamento da safra de café 2007/2008**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/4_levantamento_200708.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2007a.

_____. **Terceiro levantamento de intenção de plantio da Safra 2007/2008**: dez. 2007. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/01levsafra.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2007b.

FGV. **Preços agropecuários**. Disponível em: <<http://www.fgvdados.com.br>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

FNP. **Anualpec 2006**. São Paulo: Instituto FNP, 2006.

GONÇALVES, M. F. et al. A Gestão do programa de biodiesel no Ceará. In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2., 2007, Cruz das Almas-BA. **Anais...** Cruz das Almas, 2007.

IBGE. **Levantamento sistemático da produção agrícola.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 14 nov. 2007a.

_____. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 15 nov. 2007b.

4 - Emprego e Rendimento

4.1 - Emprego

O desempenho do mercado de trabalho está intrinsecamente associado ao comportamento do PIB real. No acumulado dos três primeiros trimestres de 2007, o PIB expandiu-se 5,3%, permitindo redução da taxa de desocupação média. De fato, de janeiro a novembro de 2007, essa taxa ficou em 9,4%, conforme a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE). É o menor índice no intervalo de análise desde o início da pesquisa em março de 2002³¹. Nas duas regiões metropolitanas nordes-

tinas pesquisadas, a taxa de desocupação média tem sido superior à média nacional, como mostra o Gráfico 20.

Cumpramos ressaltar que, ainda assim, no período de janeiro a novembro, esta é a menor taxa média de desocupação registrada em Recife (12,2%) e a segunda menor de Salvador (14%).

A melhoria da taxa de desemprego tem sido concomitante ao crescimento da população ocupada.

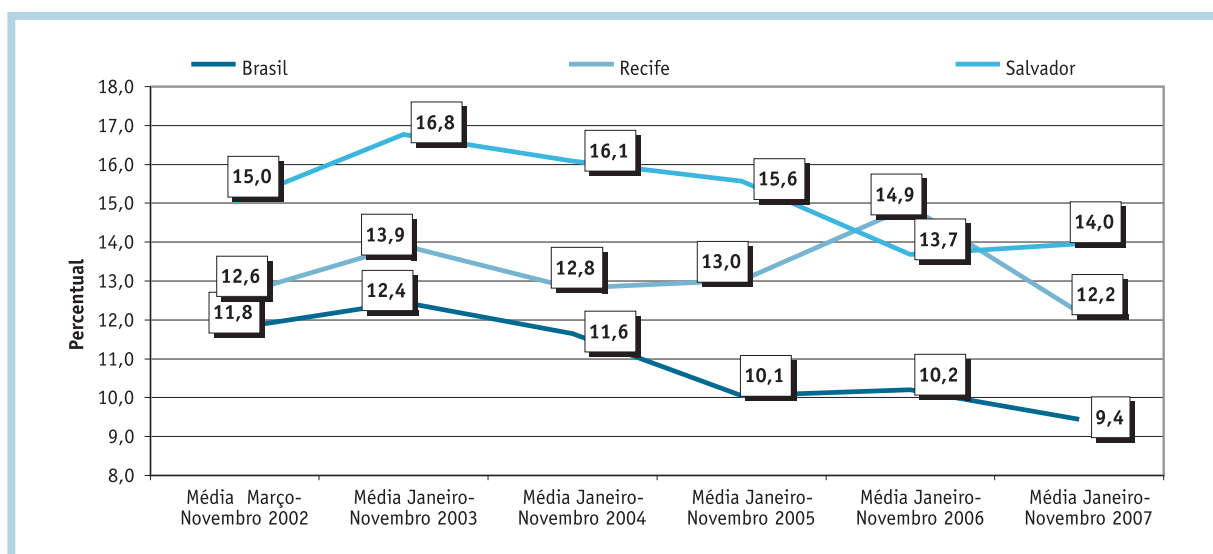


Gráfico 20 - Taxa de Desocupação na Semana de Referência, das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, por Regiões Metropolitanas, Segundo os Meses da Pesquisa - Mar.2002-Nov.2007

Fonte: (IBGE, 2008).

³¹ A Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE) foi iniciada em 1980, sendo submetida à revisão completa em 1982. Em 2001, passou por novo processo de revisão metodológica e a nova série principia em março de 2002.

Em novembro, a população brasileira ocupada foi estimada em 21,5 milhões, total superior em 3,5% ao do mesmo mês de 2006. Para Salvador, a estimativa de crescimento foi de 4,5%, alcançando 1,5 milhão de pessoas. Recife, por sua vez, apresentou pequeno declínio da população ocupada (-2,5%) que somou 1,3 milhão de trabalhadores.

Historicamente, a taxa de desemprego de dezembro cai em torno de um ponto percentual em relação a novembro. Como a taxa mensal de novembro das seis regiões metropolitanas pesquisadas foi de 8,2%, se a tendência for mantida, o índice de dez./07 ficará em torno dos 7,2%.

O cenário auspicioso no mercado também se reflete na formalização do trabalho e melhoria na precariedade do emprego. O número de trabalhadores com carteira assinada é recorde na série. Em novembro de 2007, 48% da população ocupada tinham carteira assinada. De janeiro a novembro, a média foi de 47%. No mesmo período de 2006, essa taxa era de 46,1%.

Nas duas capitais nordestinas pesquisadas pelo IBGE, as taxas médias de janeiro a novembro de trabalhadores com carteira assinada em relação à população ocupada foram de 40,1% em Recife e 43% em Salvador contra, respectivamente, 37,7% e 42%, no mesmo período de 2006.

Outro aspecto a ser ressaltado se refere à melhoria dos vínculos da população ocupada. Caiu o percentual de trabalhadores sub-remunerados³² na população ocupada. A média entre janeiro e novembro de 2006/07 passou de 17,4% para 17,1%.

A análise da sub-remuneração em Recife e Salvador leva a conclusões semelhantes. Nos 11 meses iniciais de 2006, o percentual de trabalhadores sub-remunerados em Recife era de 36,2% e declinou para 34,4%, em 2007. Já em Salvador, o indicador caiu de 32,2% para 32%.

Também se reduziu o percentual de trabalhadores cujas horas trabalhadas são inferiores a 40 horas semanais, sendo que no conjunto das regiões metropolitanas foi de apenas 3,2%.

Sondagem do Banco Central (2008) prevê expansão de 4,5% no PIB, em 2008, de modo que as perspectivas permanecem favoráveis às melhorias das condições de trabalho.

No longo prazo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (TAXA..., 2008) estima que a taxa de desemprego no Brasil se situe em torno de 4,2% em 2010, patamar que se assemelha ao verificado nos anos oitenta.

4.2 - Rendimento

O aquecimento da atividade econômica que se refletiu na expansão da população ocupada e declínio da taxa de desocupação também trouxe impactos positivos no rendimento médio real habitualmente auferido. No gráfico 21 pode-se observar o aumento ocorrido no período janeiro-

novembro que vem se realizando desde 2005. Entre 2007 e 2006, nas áreas pesquisadas pela PME, o rendimento real se expandiu 3,3%. Nas capitais nordestinas, este incremento foi menor: Recife teve 2,6% de aumento e Salvador apenas 2,5%.

³² Considerando-se como sub-remunerado o trabalhador cuja remuneração por hora trabalhada implicaria um rendimento inferior ao salário mínimo em uma jornada semanal de 40 horas.

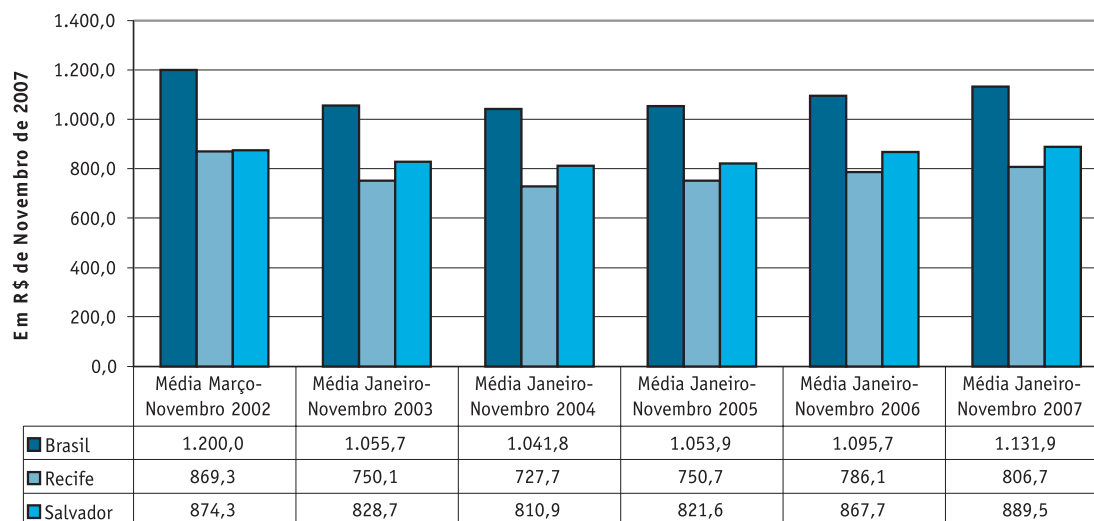


Gráfico 21 - Rendimento Médio Real do Trabalho Principal, Habitualmente Recebido por Mês, pelas Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas no Trabalho Principal da Semana de Referência, por Regiões Metropolitanas, Segundo os meses da Pesquisa - Mar.2002- Nov.2007.

Fonte: (IBGE, 2008).

As negociações salariais (DIEESE, 2008) do primeiro semestre de 2007 revelam que entre 280 categorias analisadas, 87,5% obtiveram reajustes salariais superiores ao INPC-IBGE. Em 2006, no mesmo período, eram 81,9% das negociações que tinham obtido cifras superiores à inflação.

As negociações salariais foram mais favoráveis ao trabalhador empregado na indústria; 92,8%

delas redundaram em aumentos reais e menos de 1% ficou abaixo da variação do INPC-IBGE. Parte destes ganhos decorre de aumento de produtividade. Isto pode ser evidenciado no Nordeste, por exemplo, onde o acumulado de janeiro a novembro da produção industrial expandiu-se em 2,5%, com aumento de 1,4% do pessoal ocupado assalariado.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus:** relatório de mercado, 04 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

DIEESE. **Balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2007**, ano 3, n. 36, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.com.br>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego:** mar. 2002-nov. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

TAXA de desemprego deve cair pela metade nos próximos quatro anos, estima Ipea. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.globo.com>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

4.3 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2007) para o Brasil revelam que o saldo de empregos formais em 2007 foi de 1.617.392. Esse saldo, diferença entre o total de admissões e demissões, é o maior saldo da série do Caged desde 1997. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um incremento de 31,6% no saldo de novos empregos celetistas no Brasil.

Este incremento reflete a situação de crescimento favorável da atividade econômica puxada, principalmente, pela demanda interna, como já discutida nesta análise de conjuntura. A consequência mais importante dessa dinâmica econômica é uma extensa reformalização do mercado de trabalho, ao contrário dos anos noventa e começo da atual década, período caracterizado por um marcante processo de informalização e deterioração das condições de trabalho. Reforça-se, aqui, especificamente, o cenário já comentado nos dois itens anteriores, em que se constata decréscimo da taxa de desocupação, acompanhada de maior formalização e menor sub-remuneração.

Não houve um setor econômico particular responsável por este recorde. Todos os setores apresentaram saldo positivo no fluxo de empregos formais em 2007. Contudo, juntos, serviços (587.103), comércio (405.091) e indústria de transformação (394.584) somam 85,7%. Os setores cujos saldos em 2007 apresentaram maior participação no estoque total de empregos (posição s/ dez./06) foram: construção civil (12,6%), comércio (6,4%) e indústria de transformação (6%).

Além das medidas de incentivo do Governo Federal, o comportamento da construção civil (+176.755 novos postos formais) foi favorecido pela expansão do crédito para o setor imobiliário e investimentos do PAC-habitação que ultrapassam R\$ 41,8 bilhões (BALANÇO..., 2008).

O setor de comércio, cujas vendas se expandiram 9,1% no acumulado de 12 meses, até outubro, somou saldo líquido de 405.091 novos postos, superior em 20% ao obtido em 2006. Já a indústria de transformação, impulsionada pelo segmento de bens de capital, teve saldo 57,6% superior ao de 2006 (IBGE, 2008).

Tabela 36 - Brasil e Nordeste Evolução do Emprego Formal por Estado em 2007 - Saldo

Nível Geográfico	Administração Pública	Construção Civil	Extrativa Mineral	Serviços	Serv. Ind. de Util. Pública	Indústria de Transformação	Comércio	Agropecuária	Todas as Atividades
Brasil	15.252	176.755	9.762	587.103	7.752	394.584	405.091	21.093	1.617.392
Nordeste	2.120	25.467	1.370	64.957	3.376	47.324	57.950	1.746	204.310
Maranhão	56	3.259	281	5.122	193	2.875	4.620	-228	16.178
Piauí	79	-817	59	4.029	1.049	375	2.872	255	7.901
Ceará	1.005	3.531	48	10.408	-21	13.340	11.156	255	39.722
R. G. do Norte	60	813	223	2.478	610	6.818	5.944	-1.942	15.004
Paraíba	-8	1.690	3	2.491	363	5.479	4.154	-2.015	12.157
Pernambuco	-46	5.820	24	16.838	562	9.995	10.758	2.397	46.348
Alagoas	-38	-137	90	1.832	425	-3.974	1.729	-432	-505
Sergipe	3	1.809	2	2.179	-12	1.984	2.018	802	8.785
Bahia	1.009	9.499	640	19.580	207	10.432	14.699	2.654	58.720

Fonte: (BRASIL, 2008).

Nota: Saldo = Contratações menos Desligamentos.

O Nordeste, apesar de ter tido desempenho inferior ao da economia nacional, tanto na indústria como na agropecuária, apresentou resultado positivo em 2007, com saldo de 204.310 postos, o equivalente a 12,6% do saldo nacional.

A evolução do saldo nordestino em 2007, relativamente a 2006, foi de 22,4%. Também como na economia nacional, serviços (64.957), comércio (57.950) e indústria de transformação (47.324) foram os segmentos responsáveis pela maior parcela do saldo de postos de trabalho (83,3%). Cumpre ressaltar, que destes três setores, apenas um teve saldo ligeiramente menor em 2007 que em 2006 – o segmento de comércio (-1,9%).

Os estados nordestinos, com exceção de Alagoas, apresentaram saldos positivos no ano, com destaque em números absolutos para os mais ricos: Bahia (58.720), Pernambuco (46.348) e Ceará (39.722). Quando se compara 2007 com 2006, seis dos nove estados registraram variação positiva, ou seja, obtiveram saldos em 2007 superiores aos de 2006. São eles: Bahia (134%), Pernambuco (19,2%), Ceará (18,4%), Maranhão (17,8%), Sergipe (15,8%) e Piauí (4,8%). Para o excepcional crescimento do saldo baiano colaborou, sobretudo, a expansão da construção civil (508,9%) e dos serviços industriais de utilidade pública (456,9%).

REFERÊNCIAS



BALANÇO do PAC, ano 1. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Caged, out. 2007. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2007.

IBGE. **Pesquisa mensal de comércio**: out. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Balança Comercial Brasileira

As exportações alcançaram US\$ 15.768 milhões, em outubro de 2007, representando incremento de 11,3% em relação a setembro (US\$ 14.166 milhões) e de 24,3% sobre out./06 (US\$ 12.689 milhões). Trata-se de recorde histórico mensal, superando o valor exportado no mês de agosto deste ano (US\$ 15.100 milhões).

Já as importações somaram US\$ 12.330 milhões, resultado mensal igualmente recorde. Esse valor superou em 15,3% as importações de setembro (US\$ 10.696 milhões) e em 41,1% as de outubro de 2006 (US\$ 8.738 milhões).

O saldo da balança comercial totalizou US\$ 3.438 milhões em outubro de 2007, com recuo de 0,9% sobre o mês anterior (US\$ 3.470 milhões) e de 13% sobre out./06 (US\$ 3.951 milhões). No mesmo período, a corrente de comércio atingiu US\$ 28.098 milhões, valor recorde mensal. Sobre setembro de 2007 (US\$ 24.862 milhões), a expansão foi de 13%. Já na comparação com outubro de 2006 (US\$ 21.427 milhões), houve crescimento de 31,1%.

No acumulado de janeiro a outubro de 2007, as exportações totalizaram US\$ 132.367 milhões, valor recorde histórico para o período, com aumento de 16,5% sobre igual acumulado de 2006. Apesar do valor recorde histórico para o acumulado dos dez primeiros meses do ano, as

exportações vêm apresentando taxas de crescimento cada vez menores desde 2005, sob essa mesma base de comparação.

As importações somaram US\$ 97.994 milhões nos dez primeiros meses do ano, cifra recorde para o período. Esse valor representou crescimento de 29,8% sobre o mesmo acumulado de 2006 (a maior taxa já registrada pelas importações sob essa base de comparação). Ao contrário das exportações, as importações vêm crescendo a taxas mais robustas desde 2006, considerando-se a mesma base de comparação (Gráfico 22).

Dessa forma, o saldo da balança comercial totalizou US\$ 34.373 milhões, 9,9% inferior ao em 2006, considerando-se o acumulado de janeiro a outubro. O saldo comercial, embora positivo, vem apresentando taxas de crescimento cada vez menores, tornando-se negativa este ano.

A corrente de comércio entre janeiro e outubro deste ano somou US\$ 230.361 milhões (recorde histórico para o período), com variação de 21,8% sobre igual acumulado de 2006: a segunda maior variação ao longo de dez anos, sob essa base de comparação, ficando atrás apenas de 2004 (29,7%).

Dados preliminares do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (BRASIL, 2008)

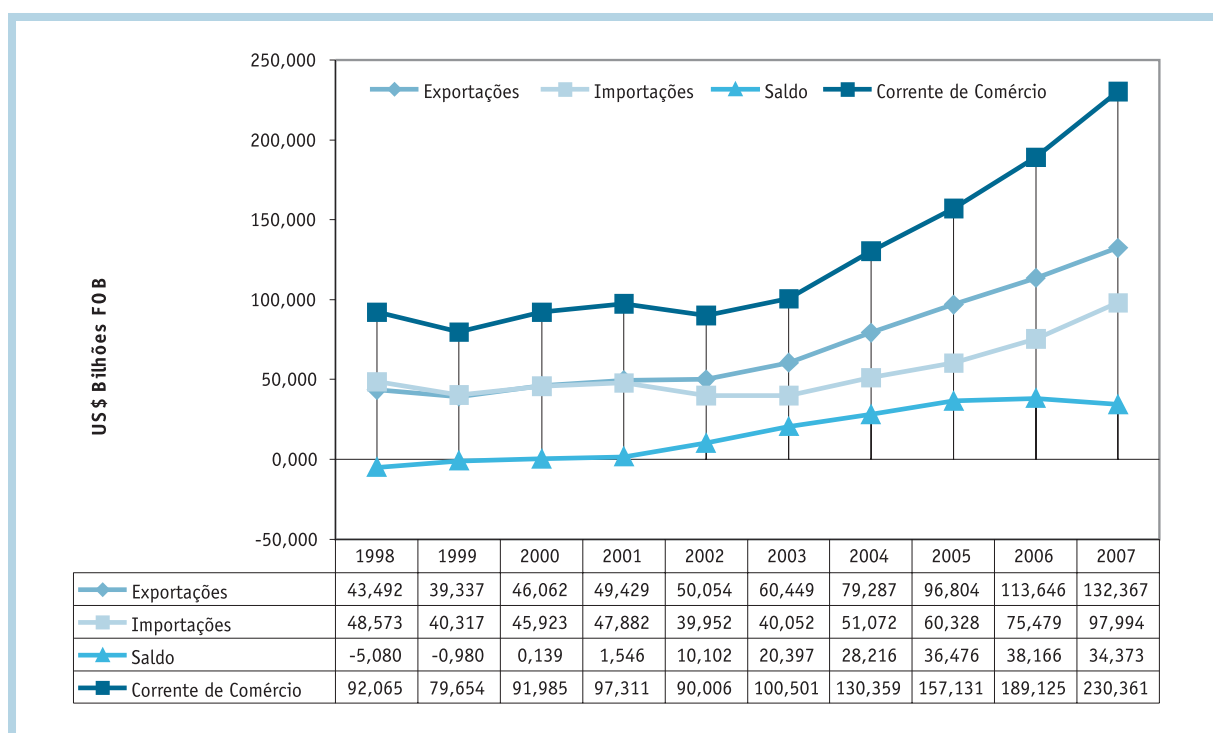


Gráfico 22 - Brasil. Balança Comercial Brasileira. Acumulado Jan.-Out. (1998 a 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

revelam que a balança comercial brasileira deve fechar o ano com saldo de US\$ 40 bilhões, ou seja, 14% inferior ao saldo comercial de 2006. Para 2008, a expectativa do Banco Central (2007) é de superávit de US\$ 32 bilhões.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), por sua vez, prevê saldo de US\$ 30 bilhões

para 2008, refletindo a maior velocidade de crescimento das importações. A entidade estima que as exportações passarão de US\$ 160,6 bilhões este ano para US\$ 168 bilhões no próximo ano. Já as importações passariam de US\$ 120,6 bilhões para US\$ 159 bilhões (BRANDÃO JR, 2007).

5.1.1 - Exportações

De acordo com os dados divulgados pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX, 2007), o desempenho das exportações brasileiras de janeiro a outubro deste ano deveu-se principalmente ao crescimento de 9,3% dos preços, ao passo que o *quantum* exportado apresentou elevação de 6,9%.

Verificando-se os índices de preços por classe de produtos, destacam-se os produtos básicos e

semimanufaturados, que apresentaram o melhor desempenho, com aumento de 11,8% igualmente. Já os manufaturados tiveram crescimento de 7,5% em termos de preços de exportação.

No que tange às quantidades exportadas, as maiores altas foram registradas também pelos produtos básicos (12,8%). Em seguida aparecem os produtos manufaturados, com 4,8%, e os semimanufaturados, com alta de apenas 2,3% (Tabela 37).

Tabela 37 - Brasil. Variação dos Índices de Preço e Quantum das Exportações (Jan.- Out. 2007/ 2006)

	Preço	Quantum
Exportação Total	9,3	6,9
Básicos	11,8	12,8
Semimanufaturados	11,8	2,3
Manufaturados	7,5	4,8

Fonte: (FUNCEX, 2007).

A análise das exportações brasileiras por fator agregado revela que as vendas externas de produtos básicos apresentaram a maior variação pela média diária dentre as demais categorias de produtos, na comparação com jan.out./06 (25,4%). Referidos produtos foram os únicos a apresentar aumento de participação nas exportações nacionais, passando de 29,6%, em 2006, para 32,1%, em 2007, considerando-se os dez primeiros meses do ano.

De fato, o que se verifica através da análise do (Gráfico 23) é que ao longo de dez anos, os produtos básicos vêm aumentando sua participação na pauta de exportações nacional, evoluindo de 26,1% (1998) para 32,1% (2007), ao passo que os produtos manufaturados e semimanufaturados apresen-

taram queda, especialmente no caso dos produtos manufaturados, cuja participação caiu de 56,8%, em 1998, para 52,3%, em 2007 (Gráfico 23).

Dentre os principais produtos básicos exportados destacaram-se nesse período: milho em grãos (289,3%); bovinos vivos (219,3%); minérios de cobre e seus concentrados (102,8%); tripas e buchos de animais (60,6%); uvas frescas (71,1%); carne de frango (44,3%); e carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada (15,3%). Por outro lado, as exportações de mármore e granitos apresentaram variação negativa (-3,5%), conforme a Tabela 38.

As previsões para as exportações de milho em grão é de que haverá crescimento nos próximos

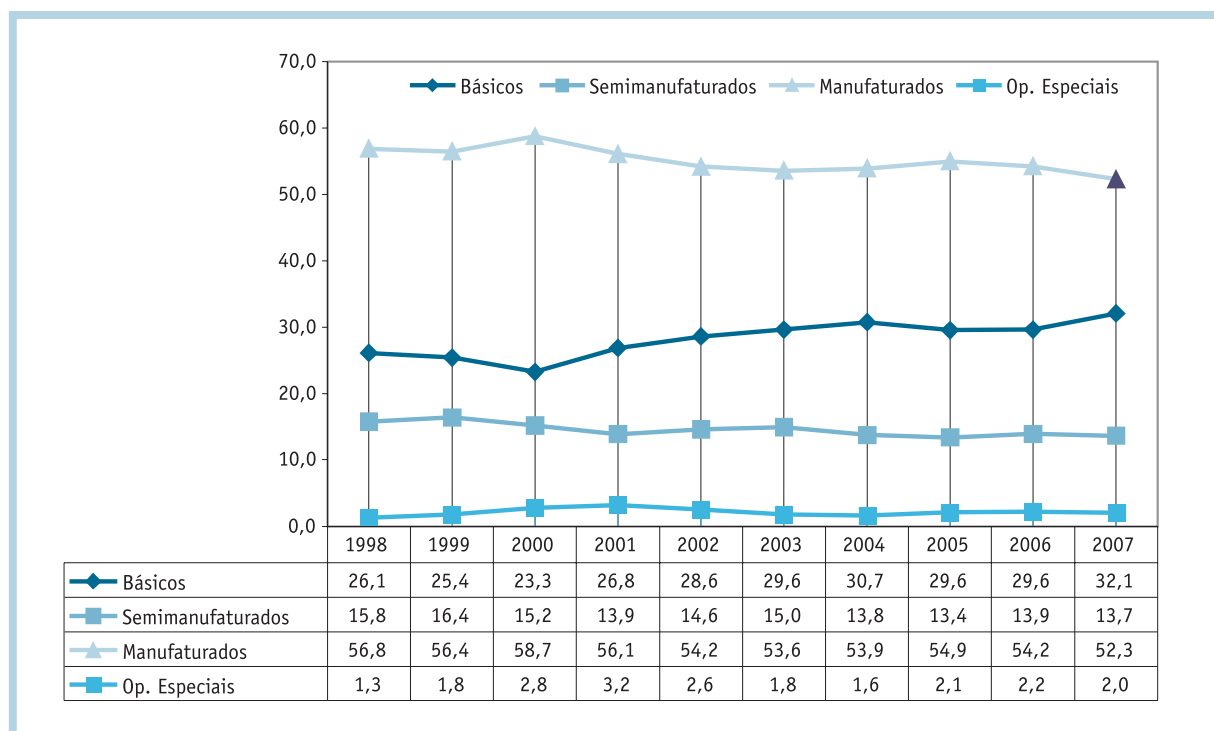


Gráfico 23 - Brasil. Exportação Brasileira por Fator Agregado. Jan-Out (1998/2007). (Part.%)

Fonte: (BRASIL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica

Tabela 38 - Brasil: Exportação por Fator Agregado, em US\$ Milhões FOB (Jan.-Out.2007/2006)

Exportações	Jan.-Out./07	Jan.-Out./06	Var.% 2007/2006 p/média diária	Part.%	
				2007	2006
Básicos	42.443	33.678	25,4	32,1	29,6
Industrializados	87.263	77.450	12,1	65,9	68,2
Semimanufaturados	18.069	15.826	13,6	13,7	13,9
Manufaturados	69.194	61.624	11,7	52,3	54,2
Operações Especiais	2.661	2.517	5,2	2,0	2,2
Total	132.367	113.645	15,9	100,0	100,0

Fonte: (BRASIL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

três anos, em função da alta do preço do produto, estimulando o seu comércio. A expectativa é que as vendas externas de milho do Brasil, terceiro maior exportador mundial, passem de 11 milhões de toneladas para 14 milhões de toneladas em 2010 (BRASIL, 2007e). O uso do milho como fonte para produção de etanol alterou completamente a curva de demanda mundial pelo grão. As exportações brasileiras de milho estão atrás dos Estados Unidos e da Argentina. Historicamente, os Estados Unidos respondem por cerca de 70% das exportações mundiais do grão, mas a tendência é que em dez anos esta participação se restrinja a 50%, devido à crescente demanda interna pelo produto (BRASIL, 2007c). Assim, amplia-se o espaço para as exportações brasileiras. Contudo, é necessário que o país invista em biotecnologia, buscando aumentar a produtividade e baixar o custo de produção. Por outro lado, o aumento do preço do milho poderá afetar o consumidor interno, exercendo pressão sobre seus derivados, como óleo e farinha, e a ração utilizada pelos avicultores e suinocultores, podendo inflacionar o custo da carne suína e de frango.

Já as expectativas para as exportações de carne, o segundo maior setor do agronegócio brasileiro, apontam para uma diminuição das vendas em 2008. Recentemente, após realizar uma série de visitas e estudos sobre as condições fitossanitárias do gado brasileiro, a União Européia decidiu restringir suas compras aqui. A nova restrição é resultado de mais de dois anos de embates. Segun-

do comunicado da UE, mesmo após vários alertas, as autoridades brasileiras fracassaram em adotar medidas apropriadas para corrigir os problemas e atender às exigências européias. Na prática, o governo brasileiro terá que estabelecer critérios e selecionar quem poderá exportar para os 27 países do bloco. Estima-se que das 10 mil fazendas no Brasil, apenas 300 conseguirão ser habilitadas (CHADE, 2007).

A primeira consequência no Brasil deverá ser o aumento de preço do gado das regiões aprovadas para a UE. A medida deverá criar um diferencial de preços, uma vez que as fazendas habilitadas a fornecer para a UE terão custos maiores, o que justifica o preço superior em relação às outras que não estão aptas.

Quanto às vendas externas de semimanufaturados, verifica-se que elas tiveram incremento de 13,6%. A participação desses produtos nas exportações nacionais permaneceu relativamente estável entre janeiro e outubro de 2007 (13,7%), comparado a igual período de 2006 (13,9%). Os principais itens foram os seguintes: estanho em bruto (133,1%); mates de níquel (120,8%); catodos de níquel (89,6%); catodos de cobre (77%); ferro-ligas (64,4%); óleo de soja em bruto (60,8%); madeira laminada (41%); e ouro (22,8%). Já os desempenhos negativos ficaram por conta das exportações de: zinco em bruto (-20,3%); açúcar de cana em bruto (-15,5%); e borracha sintética e borracha artificial (-1,4%).

As exportações de manufaturados cresceram 11,7%. No entanto, esse crescimento não foi suficiente para aumentar a participação dessa categoria de produtos no total exportado pelo país — sua participação caiu de 54,2%, em 2006, para 52,3%, em 2007, no acumulado dos dez primeiros meses do ano. Esses produtos detêm, historicamente, a maior participação na pauta de exportação nacional.

No rol dos manufaturados exportados destacaram-se as vendas de: plataformas de perfuração de petróleo (de US\$ 3,5 mil para US\$ 656,9 milhões); suco de laranja não congelado (73,2%); suco de laranja congelado (56%); aviões (40,9%); máquinas e aparelhos para uso agrícola (37,6%); compostos de funções nitrogenadas (37%); pneumáticos (34,9%); gasolina (32,1%); motores, geradores e transformadores elétricos (27,9%); óleo de soja refinado (27,1%); hidrocarbonetos e seus derivados halogenados (26,6%); polímeros de etileno (26,3%); e tratores (25,9%).

As exportações brasileiras de suco de laranja continuam crescendo e mesmo com a quebra prevista de 10% na produção, essa expansão deve ser mantida até o fim da safra (BATISTA, 2007). Maior produtor e exportador mundial do suco, o Brasil responde por cerca de 80% das exportações mundiais do produto. A safra brasileira de laranja, inicialmente prevista em 447 milhões de caixas, deve recuar para 413 milhões de caixas. De certa forma, o cenário é de pouca oferta de suco, uma vez que a seca, em São Paulo e no Triângulo Mineiro, também deve atingir a produção brasileira do próximo ano.

Segundo alguns analistas de mercado, os Estados Unidos, segundo maior produtor mundial, iriam colher nessa safra entre 180 e 198 milhões de caixas de laranja. Contudo, o Departamento de Agricultura do Estados Unidos (Usda) anunciou uma produção de 168 milhões de caixas. A quebra da safra deve pressionar os preços do suco no

mercado internacional e beneficiar a indústria brasileira, ou seja, o crescimento menor na produção da Flórida traz certo alívio ao setor brasileiro.

Já as exportações de alguns produtos manufaturados apresentaram variação negativa: aparelhos transmissores ou receptores (-25,7%); motores para veículos automóveis e suas partes (-11,1%); óleos combustíveis (-5,7%); álcool etílico (-3,2%); e açúcar refinado (-0,5%).

No período jan.-out./07, o Brasil ampliou suas exportações para todos os principais blocos econômicos, de acordo com a Tabela 39. Comparado com o mesmo período de 2006, a maior variação ocorreu nas vendas para a União Européia (29%). Com isso a sua participação na pauta de exportações do Brasil passou de 22,4% para 24,9%.

Para o Mercosul as vendas aumentaram 23,1% e a participação do bloco passou de 10,1% para 10,8%. A Argentina, principal parceiro do Brasil no Mercosul, ampliou suas compras de produtos brasileiros em 21,3%, aumentando de 8,5% para 8,9% sua participação no total das exportações brasileiras. Com a eleição da presidente Cristina Kichner, na Argentina, espera-se uma prioridade maior em relação ao comércio bilateral e maior empenho no processo de dinamização do Mercosul.

Quanto à Ásia, com o crescimento de 21,5% das vendas brasileiras para os países dessa região, ampliou-se de 15,3% para 16% a participação asiática nas exportações do País. A China, principal parceira brasileira, responde por 7% do total ante 6,3%, considerado o período jan.-out./2007/06 (Tabela 39).

O Oriente Médio também ampliou suas compras de produtos brasileiros em 21,4%, o que implicou a elevação de sua participação de 3,9% para 4,1%. O outro bloco econômico para o qual as exportações brasileiras apresentaram bom desempenho foi o africano, com expansão de 16,4%. Porém, a

Tabela 39 - Brasil. Exportação – Principais Blocos Econômicos. Jan.-Out.-2007/2006 (milhões FOB)

	Janeiro/ Dezembro		Var.% 2007/06 p/ Média Diária	Part. %	
	2007	2006		2007	2006
União Européia	33.018	25.466	29,0	24,9	22,4
Aladi	29.803	25.995	14,1	22,5	22,9
- Mercosul	14.237	11.510	23,1	10,8	10,1
- Argentina	11.820	9.698	21,3	8,9	8,5
- Demais da Aladi	15.566	14.485	7,0	11,8	12,7
EUA*	20.950	20.778	0,3	15,8	18,3
Ásia	21.192	17.362	21,5	16,0	15,3
- China	9.282	7.171	28,8	7,0	6,3
África	7.080	6.052	16,4	5,3	5,3
Oriente Médio	5.411	4.435	21,4	4,1	3,9
Europa Oriental	3.469	3.080	12,1	2,6	2,7
Demais	11.444	10.477	8,7	8,6	9,2
Total	132.367	113.645	15,9	100,0	100,0

Fonte: (BRASIL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Inclui Porto Rico.

participação relativa dessa região nas exportações totais do Brasil permaneceu estável (5,3%).

Já as vendas para os países da Europa Oriental cresceram 12,1% entre janeiro e outubro de 2007, comparativamente a igual período de 2006, enquanto sua participação na pauta brasileira permaneceu estável em 2,6%.

Com relação aos países da Aladi, exceto Mercosul, no período jan.-out./2007-06 houve incre-

mento de 7% nas vendas, mas sua participação nas exportações totais do Brasil diminuiu de 12,7% para 11,8%.

Finalmente, as exportações brasileiras para os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) cresceram apenas 0,3%, implicando queda de participação de 18,3% para 15,8%.

5.1.2 - Importações

Segundo os dados da Funcex, as importações brasileiras, de janeiro a outubro de 2007, tiveram incremento de 23,3% do *quantum* e de 5,1% nos preços dos produtos importados. No período, registrou-se aumento de 54,4% no volume de importação de bens de consumo duráveis e de 35,3% em bens de capital. Em terceiro lugar aparecem bens intermediários (20,6%), seguidos

de combustíveis (19%) e bens de consumo não-duráveis (17,9%).

Quanto aos preços de importação, constata-se que o maior incremento ocorreu nos preços dos bens de consumo não-duráveis (12,7%), seguido de bens intermediários (6,4%) e combustíveis (4,5%). Por outro lado, os bens de capital

e os bens de consumo duráveis apresentaram variação negativa no acumulado de janeiro a outubro deste ano comparado ao mesmo período de 2006 (Tabela 40).

A análise das importações brasileiras por categoria de uso no período de janeiro a outubro de 2007, na comparação com igual período de 2006, revela que todas as categorias apresentaram ampliação dos gastos. Considerando que as importações totais tiveram crescimento de 29,8% nesse período, constata-se que todas as categorias apresentaram expansão superior, exceto matérias-primas e intermediários (29,1%) e combustíveis e lubrificantes (25,2%).

O maior incremento ocorreu nas importações de bens de consumo (33,7%), cuja participação no total subiu de 12,8% para 13,2%. Ampliaram-se as compras de bens duráveis (34,2%) e de bens não-duráveis (33,1%). Entre os bens duráveis, os principais acréscimos foram em: utensílios domésticos (74,7%); automóveis de passageiros (61,4%); móveis e outros equipamentos para casa (47,2%); objetos de adorno e uso pessoal (32,3%); e máquinas e aparelhos para uso doméstico (18,4%). Já no rol dos bens não-duráveis, sublinham-se os seguintes: vestuário e confecções (75,4%); produtos de tocador (39,7%); produtos farmacêuticos (35,1%); bebidas e tabacos (28,4%); e produtos alimentícios (19,4%), como registrado na Tabela 41.

A categoria bens de capital manteve sua participação relativa na pauta de importações brasi-

leira estável em 20,8%. Entre os principais itens, destacaram-se os aumentos nas aquisições de: partes e peças para bens e equipamentos para agricultura (151,9%); máquinas e ferramentas (106,2%); partes e peças para bens de capital para indústria (98,7%); ferramentas (38,5%); equipamento fixo de transporte (35,8%); maquinaria industrial (34,3%); acessórios de maquinaria industrial (33,6%); equipamento móvel de transporte (31,8%); e máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico (28,7%).

Conforme levantamento da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a importação de bens de capital é generalizada: praticamente todos os setores da economia brasileira estão aproveitando o dólar barato para importar máquinas e equipamentos e se modernizar (LANDIN, 2007). Dentre os 38 setores analisados, apenas três reduziram suas compras de bens de capital no exterior, de janeiro a outubro deste ano, comparativamente a igual período de 2006 (rodoviário, vidro e naval). Essa importação generalizada é um bom sinal para a oferta futura de bens industriais no país, uma vez que revela que o investimento produtivo não está concentrado em poucos setores.

Os setores de mineração e construção civil registraram o aumento mais expressivo de compras de máquinas no exterior, respondendo por quase 40% do crescimento. No caso dos minérios, especificamente, o poder de compra do setor cresce em função do aumento dos preços internacionais.

Tabela 40 - Brasil. Variação (%) dos Índices de Preço e Quantum das Importações (Jan.-Out. 2007/ 2006)

	Preço	Quantum
Importação Total	5,1	23,3
Bens de Capital	-1,4	35,3
Intermediários	6,4	20,6
Bens de Consumo Duráveis	-1,2	54,4
Bens de Consumo Não-Duráveis	12,7	17,9
Combustíveis	4,5	19,0

Fonte: (FUNCEX, 2007).

Tabela 41 - Brasil. Importação por Categoria de Uso. Jan./ Out. - 2007/2006. (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/ Outubro		Var.(%) 2007/2006 p/ Média Diária	Part. (%)	
	2007	2006		2007	2006
Bens de Capital	20.392	15.609	30,0	20,8	20,7
Matérias-primas e Intermediários	48.802	37.632	29,1	49,8	49,9
Bens de Consumo	12.955	9.646	33,7	13,2	12,8
- Não-duráveis	6.334	4.737	33,1	6,5	6,3
- Duráveis	6.621	4.909	34,2	6,8	6,5
. Automóveis	2.416	1.477	62,8	2,5	2,0
Combustíveis e Lubrificantes	15.845	12.592	25,2	16,2	16,7
- Petróleo	9.469	7.741	21,7	9,7	10,3
- Demais	6.376	4.851	30,8	6,5	6,4
Total	97.994	75.479	29,2	100,0	100,0

Fonte: (BRASIL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Por outro lado, os dados de importação de bens de capital sugerem que os setores exportadores e intensivos em mão-de-obra têm menos recursos para aproveitar o câmbio e comprar equipamentos importados. As compras de máquinas e acessórios têxteis no exterior cresceram apenas 8,9%. No caso da indústria de couro, a alta foi de 5,5%.

A categoria mais relevante da pauta de importações nacional, matérias-primas e intermediários, manteve sua participação de 49,8% do total importado pelo País. O incremento de 29,1% nas importações dessa categoria deveu-se fundamentalmente à ampliação nas compras de: matérias-primas para agricultura (82,7%); produtos alimentícios (55,6%); materiais de construção (46,3%); partes e peças para equipamentos de transporte (43%); alimentos para animais (36,1%); acessórios de equipamento de transporte (32,1%) e produtos químicos e farmacêuticos (28,3%).

Quanto a combustíveis e lubrificantes, o aumento das importações decorreu da elevação tanto das quantidades quanto dos preços de petróleo e óleos combustíveis. O preço do barril voltou a bater recordes. Em Nova York, a cotação atingiu US\$ 90, com valorização de 10% só em outubro (BRASIL, 2007d). Ampliaram-se as expectativas

do preço do barril ultrapassar US\$ 100 (aproximando-se da cotação máxima em termos reais, atingida em abril de 1980, quando o barril foi cotado acima de US\$ 95, a preços atuais). Dentre os motivos estão: a possibilidade de conflito no Oriente Médio (a revolução xiita no Irã e o início da guerra entre este país e o Iraque); as preocupações com as reservas americanas (os estoques estão 4% abaixo do nível registrado no mesmo período do ano passado); e, principalmente, o descompasso entre oferta e demanda mundiais.

O crescimento na procura pelo petróleo, contrastando com a baixa capacidade de expansão rápida de oferta, dados os longos períodos de maturação dos investimentos nessa atividade, tem sido uma das principais explicações para a tendência de alta nos mercados de petróleo. De 1998 pra cá, seu preço foi multiplicado por sete. O crescimento mundial fez com que a procura pelo produto se aproximasse da capacidade de produção, de forma que a OCDE (que congrega os 30 países mais ricos) estimou que, neste ano, a demanda mundial deverá atingir 85,7 milhões de barris, contra oferta um pouco inferior a 85,1 milhões.

Se for efetivada, a tendência de elevação acentuada nos preços do petróleo poderá con-

taminar a expectativa de crescimento mundial, já afetada negativamente pela crise do mercado imobiliário dos EUA.

No Brasil, a descoberta de grande reserva de petróleo leve (de melhor qualidade e mais fácil de refinar) e gás na bacia de Santos eleva o Brasil ao patamar de grande produtor mundial. Segundo a Petrobrás, o campo de Tupi, tem um volume estimado de 5 bilhões a 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural. O volume pode representar até 60% das reservas atuais (LAGE, 2007). A exploração experimental do campo pode ocorrer a partir de 2010 ou 2011 com 100 mil barris por dia, e a comercial, talvez, em 2014.

Atualmente, boa parte do petróleo brasileiro é do tipo pesado e não atende às necessidades de consumo doméstico, pois dele se extrai pouco óleo diesel. O País é obrigado a exportar o petróleo pesado com desconto e importar óleo leve para auxiliar no refino. Com a nova descoberta, o Brasil reduziria as importações de petróleo leve, consolidando a sua auto-suficiência na produção de pe-

tróleo, levando-o à autonomia também em gás, já que hoje, metade do gás consumido é importada da Bolívia (REHDER; BRITO, 2007).

A descoberta pode trazer também ganho tecnológico, uma vez que a reserva se encontra na camada pré-sal, em profundidades maiores que as hoje exploradas. Para explorá-la, serão necessários mais investimentos e tecnologia. Segundo a Petrobrás, o petróleo abaixo da camada de sal é de boa qualidade, óleo leve de maior valor comercial.

Informações preliminares revelam que as importações totais, em 2007, (US\$ 120,6 bilhões) superaram em 32% o valor total importado em 2006. O efeito do crescimento acelerado das importações divide opiniões no País. De um lado, estão os que apóiam o ingresso de mercadorias porque elas ajudariam a conter a inflação e ainda permitiriam modernizar o parque industrial. Por outro lado, há críticos³³ que destacam uma suposta concorrência desleal e os efeitos negativos para certos setores da indústria instalada no Brasil.

33 Entre os críticos, a principal reclamação aparece entre os setores que sofrem concorrência direta com os importados, como a indústria calçadista, têxtil e moveleira.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus**: relatório de mercado, 21 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

BATISTA, Fabiana. **Quebra nos EUA fará exportação de suco crescer**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.

BRANDÃO JR., Nilson. Superávit pode cair pela metade em 2008. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Alice web**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2007a.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2007b.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2007c.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Milho ganha força no exterior impulsionado pelo etanol. **Jornal do Brasil**, 19 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007d.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Petróleo nas alturas. **Folha de**

São Paulo, 22 out. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007e.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Previsão: exportações de milho do Brasil e Argentina crescerão até 2010. **Folha de São Paulo**, 21 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007f.

CHADE, Jamil. UE restringe importação de carne do Brasil. **O Estado de São Paulo**, 20 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior**, ano XI, n. 11, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

LAGE, Janaína. País entra na elite do petróleo, diz governo. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.

LANDIM, Raquel. Importação de bens de capital é generalizada. **Valor Econômico**, 17 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.

REHDER, Marcelo; BRITO, Agnaldo. País se torna auto-suficiente “de fato”, diz economista. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.

5.2 - Balança Comercial Nordeste

5.2.1 - Exportações

Dentre as cinco regiões brasileiras, o Nordeste apresentou a quarta maior taxa de crescimento das exportações (12,5%), alcançando US\$ 10.630 milhões no período janeiro a outubro de 2007, comparativamente ao meso período do ano anterior. Esse resultado ficou aquém do ritmo observado para o Brasil como um todo (16,4%). O desempenho regional foi influenciado pelas vendas externas da Bahia, que cresceram apenas 5,6%. A pauta baiana representa 55,6% do total das exportações nordestinas.

Situação bem diferente foi a registrada nas importações nordestinas que totalizaram US\$ 9.539 milhões, aumento de 33,5% ante 29,8% do Brasil. Esse expressivo crescimento se refletiu diretamente no saldo comercial regional que pra-

ticamente reduziu-se à metade (queda de 52,7% em relação a janeiro-outubro de 2006), somando US\$ 1.091 milhões. A corrente de comércio, por sua vez, expandiu-se 21,5%, totalizando US\$ 20.170 milhões (Tabela 42).

A análise da pauta de exportações do Nordeste revela que os capítulos da NCM³⁴ mais expressivos em valor, entre janeiro e outubro de 2007, foram: produtos químicos orgânicos; cobre e suas obras; combustíveis, óleos e ceras minerais; alumínio e suas obras; veículos automotores, tratores etc; ferro fundido, ferro e aço; pastas de madeira ou outras matérias fibrosas; açúcares e produtos de confeitaria; frutas, cascas de cítricos e de melões; plásticos e suas obras; calçados, polainas etc. e suas partes; se-

Tabela 42 - Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial do Nordeste em Janeiro/Outubro 2007 e 2006 US\$ 1,00

Estados/Região	Exportações			Importações			Saldo da Balança Comercial		
	Janeiro/Outubro		Variação (%)	Janeiro/Outubro		Variação (%)	Janeiro/Outubro		Variação (%)
	2007 (A)	2006 (B)		2007 (C)	2006 (D)		2007 (E)	2006 (F)	
Bahia	5.919.145.901	5.603.021.135	5,64	4.543.133.332	3.724.920.020	21,97	1.376.012.569	1.878.101.115	-26,73
Maranhão	1.823.216.489	1.422.227.715	28,19	1.761.633.268	1.246.233.292	41,36	61.583.221	175.994.423	-65,01
Ceará	947.428.741	800.376.962	18,37	1.146.017.085	898.181.695	27,59	-198.588.344	-97.804.733	103,05
Pernambuco	708.477.785	587.926.374	20,50	1.387.531.399	857.780.864	61,76	-679.053.614	-269.854.490	151,64
Alagoas	575.057.457	481.464.354	19,44	169.335.513	73.528.727	130,30	405.721.944	407.935.627	-0,54
Rio Grande do Norte	300.975.415	289.665.009	3,90	122.436.102	109.302.695	12,02	178.539.313	180.362.314	-1,01
Paraíba	187.298.077	162.209.457	15,47	253.375.922	129.927.760	95,01	-66.077.845	32.281.697	-304,69
Sergipe	124.299.917	62.344.659	99,38	120.168.663	80.067.821	50,08	4.131.254	-17.723.162	-123,31
Piauí	45.079.649	39.886.756	13,02	36.057.680	21.628.214	66,72	9.021.969	18.258.542	-50,59
Região Nordeste	10.630.979.431	9.449.122.421	12,51	9.539.688.964	7.141.571.088	33,58	1.091.290.467	2.307.551.333	-52,71

Fonte: (BRASIL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

34 A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

mentes e frutos oleaginosos, grãos etc. e minérios escórias e cinzas. Esses capítulos representaram 71,4% da pauta nordestina nos dez meses iniciais de 2007 (Gráfico 24).

As exportações nordestinas foram direcionadas preponderantemente para a União Européia (29,5%), Estados Unidos (21,5%), Ásia (12,9%), Mercosul (10,4%) e ALADI – exclusive Mercosul (9,9%). Além dos Estados Unidos, destacaram-se como países compradores de produtos nordestinos a Holanda (9,9%), a Argentina (9,5%) e a China (7,7%).

Em relação às participações de cada estado nas exportações da Região, apenas dois tiveram queda: Bahia e Rio Grande do Norte. A grande maioria apresentou expansão, destacando-se Sergipe cuja participação dobrou (Gráfico 25).

A análise do comércio internacional nordestino, por Estado, revela que as exportações baianas alcançaram US\$ 5.919 milhões.

Na pauta baiana, entre janeiro e outubro deste ano, os destaque são: produtos químicos orgânicos (24,9%), pastas de madeira e outras matérias fibrosas (15,9%), cobres e suas obras (13,1%). Estes três produtos representam 38,1% da pauta baiana (Gráfico 26).

O capítulo cobre e suas obras apresenta como os maiores mercados consumidores para o produto nordestino a Holanda (37,9%) e a China (22%). O cobre é utilizado principalmente nas indústrias de fios e cabos elétricos que absorvem mais 50% do metal. O restante é utilizado em ligas especiais, tubos, laminados e extrudados. Estima-se que o crescimento do consumo mundial de cobre, em 2008, mantenha-

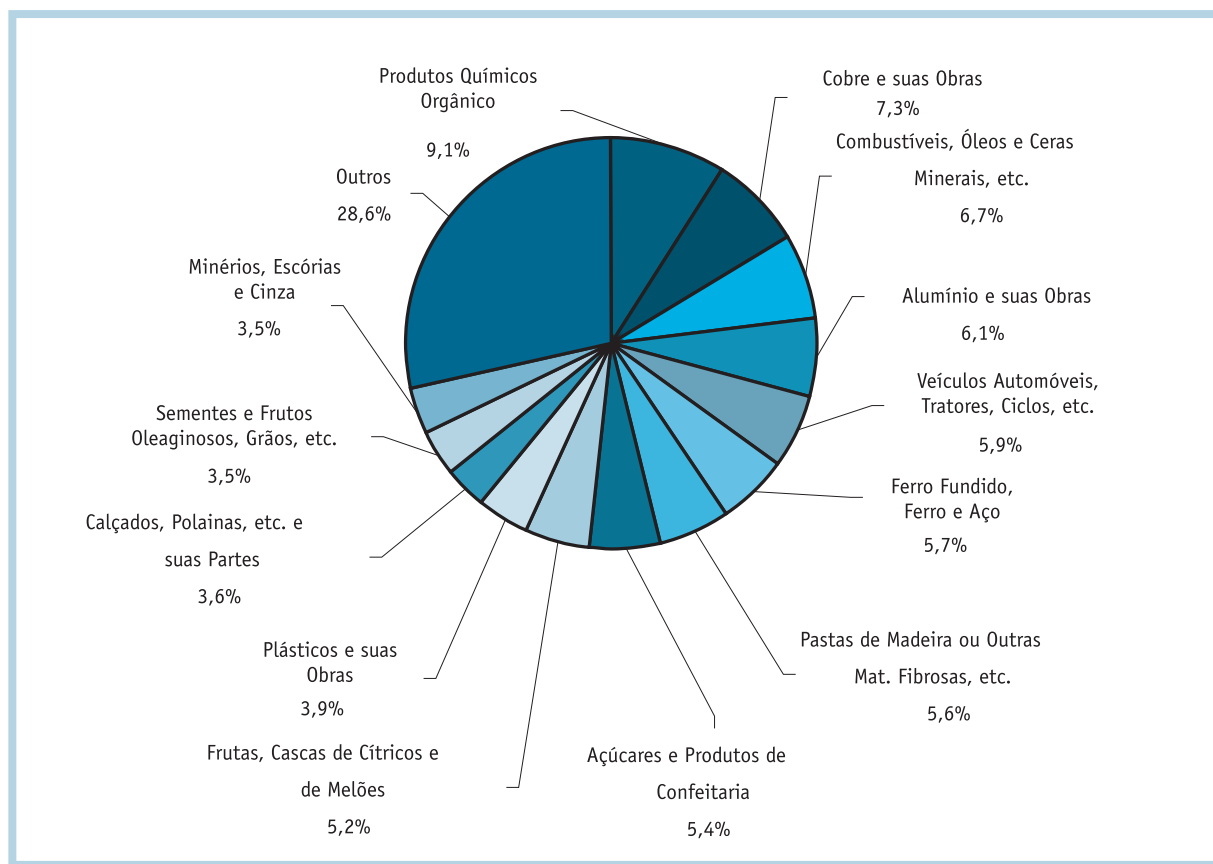


Gráfico 24 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste (Jan./Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

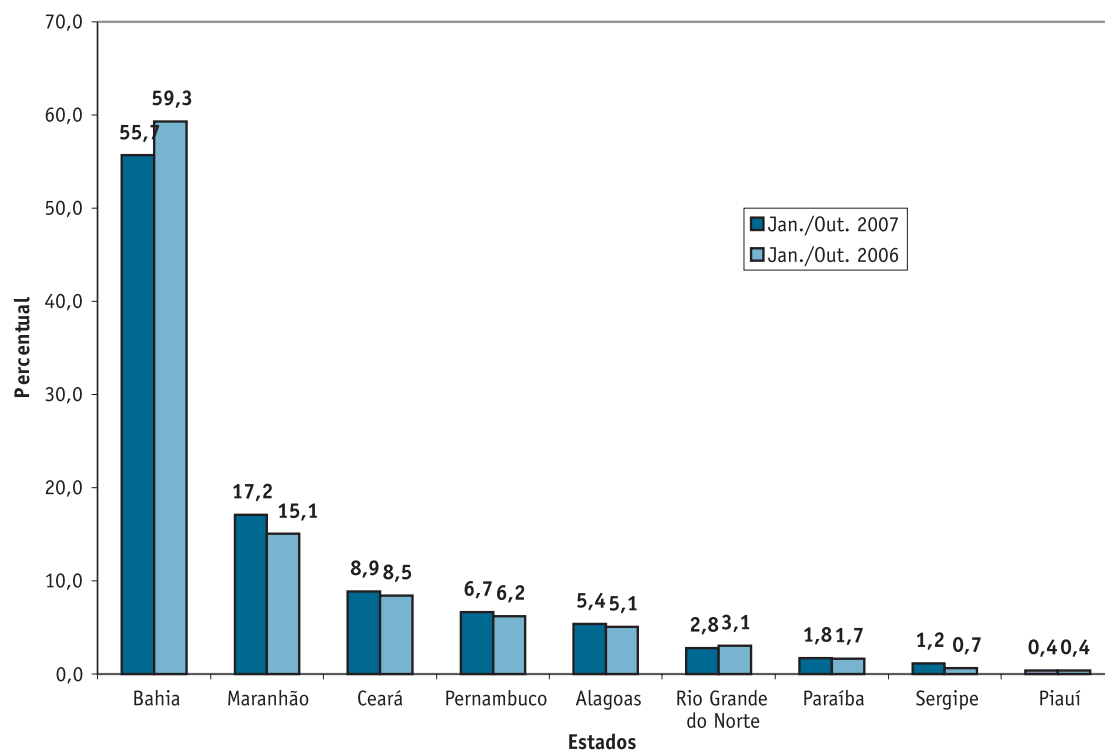


Gráfico 25 - Participação dos Estados na Pauta de Exportação da Região Nordeste (Jan./Out. 2007 e 2006)

Fonte: (BRASIL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

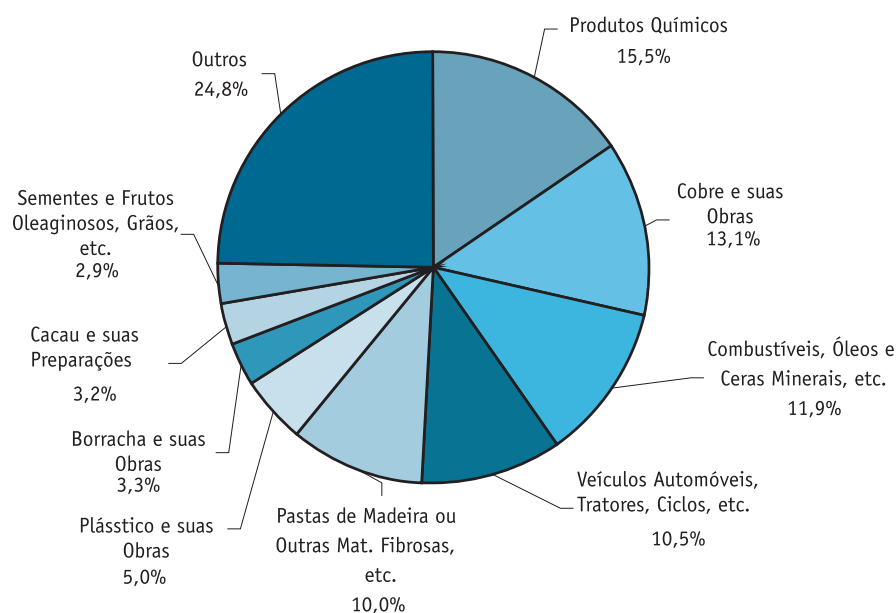


Gráfico 26 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

se na média da década de 1990, ou seja, 3% a.a., logo, há perspectiva de expansão das exportações desta área, no ano vindouro (ANDRADE, 2007).

As vendas de automóveis no mercado internacional, por sua vez, registraram declínio de 16,8%. Este resultado pode ser decorrente tanto da apreciação da moeda nacional como do aquecimento expressivo do mercado interno, favorecido pela ampliação da oferta de crédito. De fato, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE, 2007) de outubro, houve aumento de 23,7% na comercialização de automóveis no Brasil no intervalo jan.-out./07, comparativamente aos mesmos meses de 2006. No Nordeste, para os três estados com informações disponíveis, as elevações foram também expressivas: 20,8% no Ceará, 22,4% na Bahia e 26,2% em Pernambuco.

O Maranhão apresentou tanto a segunda maior participação nas exportações nordestinas como a segunda maior taxa de expansão (28,2%) no intervalo de tempo considerado nesta análise. Do faturamento de US\$ 1.823 milhões a quase

totalidade é originária de produtos da indústria extrativa mineral: alumínio e suas obras (34,1%), ferro fundido, ferro e aço (25,7%) e minérios, escórias e cinzas (18,7%), como detalhado no Gráfico 27. Todos estes grupos tiveram elevação nas vendas, com ênfase para minérios, escórias e cinzas (77,5%). Os minerais exportados pelo Maranhão têm sido demandados fortemente pela economia chinesa, a qual, nos primeiros nove meses de 2007, expandiu-se 11,5% e há expectativa de manutenção de alto crescimento em 2008. Portanto, a demanda pelos produtos do setor mineral maranhense deve permanecer.

O Ceará (Gráfico 28) exportou US\$ 947,4 milhões, significando aumento de 18,3%. Sua participação nas exportações da Região cresceu 0,4%, atingindo 8,9%. As vendas externas concentraram-se em três capítulos que apresentaram forte incremento no intervalo de tempo em análise: calçados, polainas etc e suas partes (27%); frutas cascas de cítricos e melões (38%) e peles, exceto peleteria e couros (10,6%).

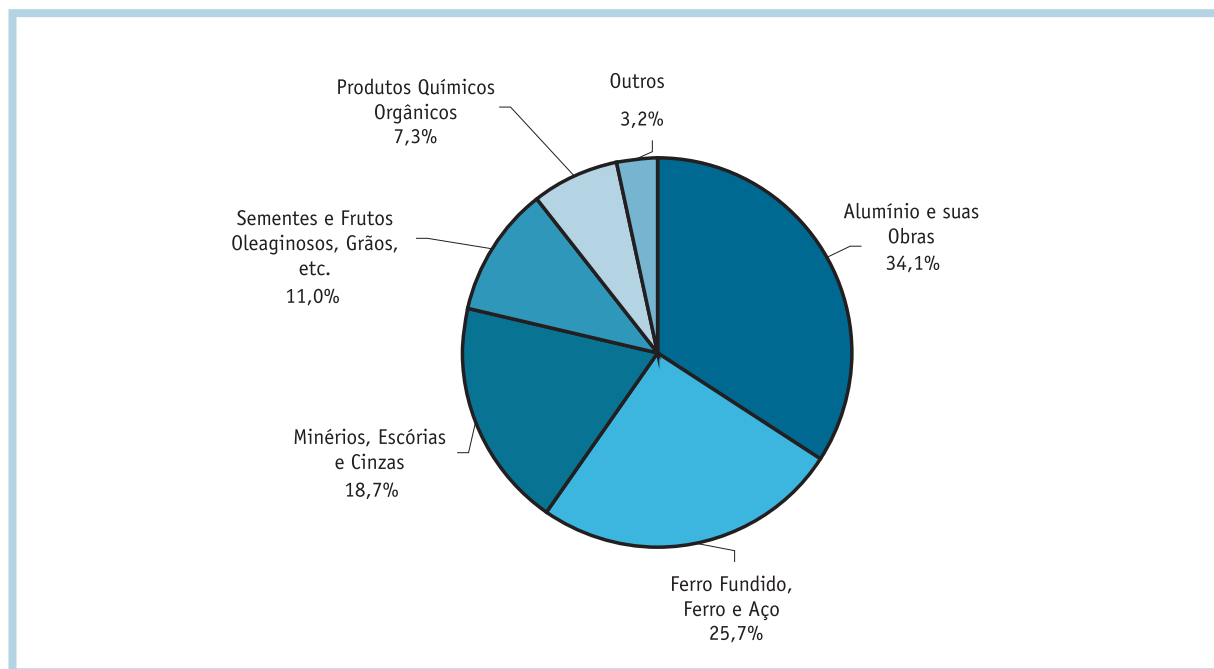


Gráfico 27 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão (Jan./Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

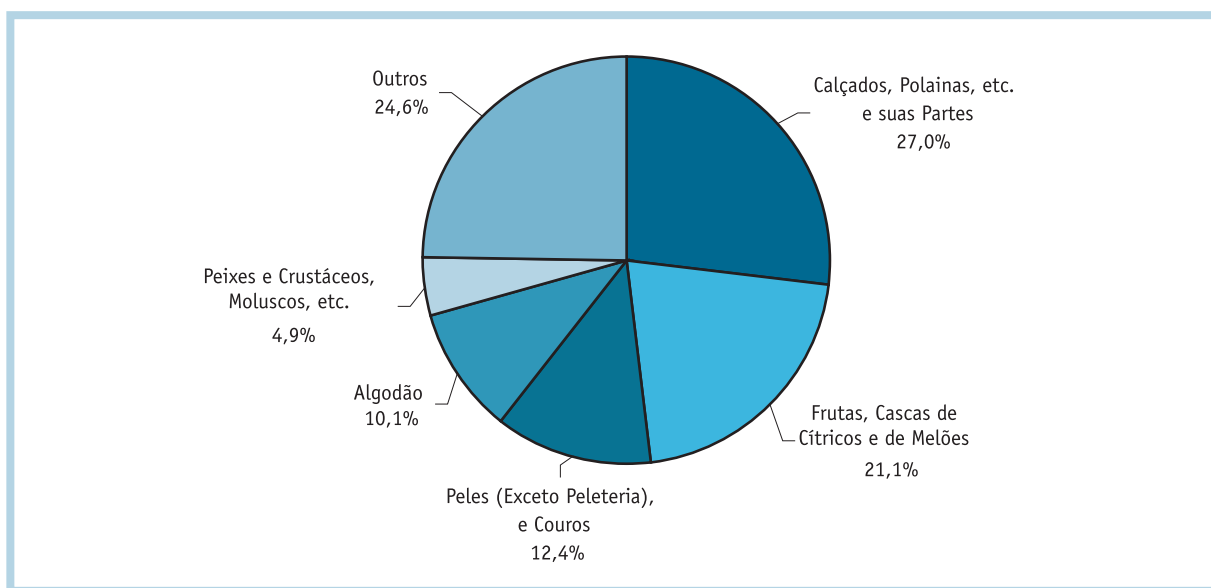


Gráfico 28 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará (Jan./Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O setor calçadista é importante gerador de empregos formais no Estado, são cerca de 44.000 empregos diretos. Como o custo de mão-de-obra local é expressivamente mais baixo que a média nacional do setor, o Ceará tem abocanhado parcela cada vez maior das exportações de calça-

dos nacionais - cerca de 14,9% em 2007 contra 12,1% no ano anterior.

Cumprе ressaltar que a maior retração nas vendas externas cearenses foi no capítulo peixes e crustáceos, moluscos etc., o qual vem sendo

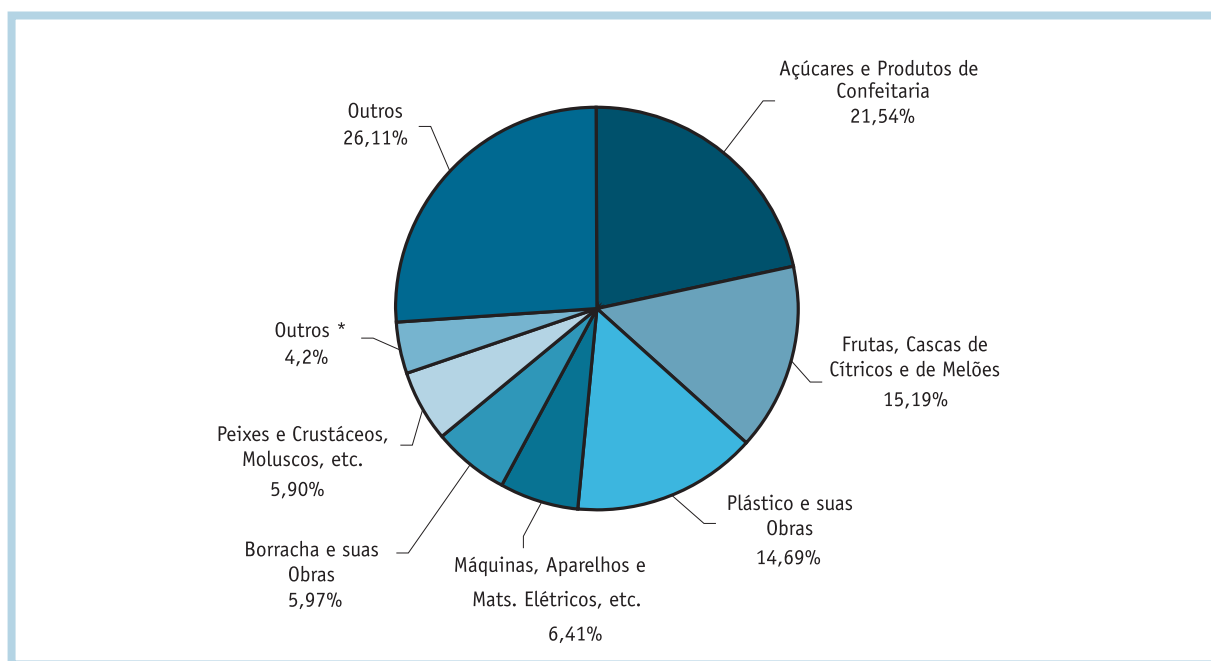


Gráfico 29 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco (Jan./Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Consumo de bordo.

afetado tanto pela valorização do real, como pelo aumento da oferta mundial de camarão. Os carcinicultores têm-se voltado para o mercado interno, ainda que o País apresente baixo consumo *per capita* de frutos do mar.

As exportações de Pernambuco alcançaram US\$ 708,4 milhões entre janeiro e outubro de 2007, 20,5% a mais sobre o mesmo período de 2006. Foi o segundo maior incremento dentre os estados da Região. Esse bom desempenho elevou sua participação nas exportações nordestinas de 6,2% para 6,7%. Sua pauta de exportações nesse período concentrou-se em capítulos (Gráfico 29) que apresentaram altas taxas de crescimento relativamente aos dez meses iniciais de 2006: açúcares e produtos de confeitaria (21,7%); frutas, cascas de cítricos e melões (59,7%); plásticos e suas obras (170,3%).

O Vale do Submédio São Francisco é o maior pólo brasileiro exportador de frutas. As cultu-

ras de uvas de mesa e mangas são o principal elemento da economia de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. A região responde por cerca de 95% das exportações brasileiras de uvas de mesa e mangas, o que equivale a aproximadamente US\$ 300 milhões por ano (MANGAS..., 2007). Na pauta de exportações pernambucana nos dez meses iniciais de 2007, uvas (US\$ 81,5 milhões) e mangas (US\$ 24,5 milhões) foram destaques. O estado vizinho, a Bahia, faturou US\$ 106,4 milhões em frutas exportadas.

A pauta de exportações alagoana é a de menor diversificação do Nordeste - 89% correspondem a derivados de cana-de-açúcar, como é o caso dos açúcares e produtos de confeitaria e bebidas e derivados de álcool (Gráfico 30).

No Rio Grande do Norte, a exportação de frutas foi também expressiva, com o capítulo de frutas, cascas de cítricos e melões representando 42,9% da pauta potiguar (Gráfico 31). Os produtos mais

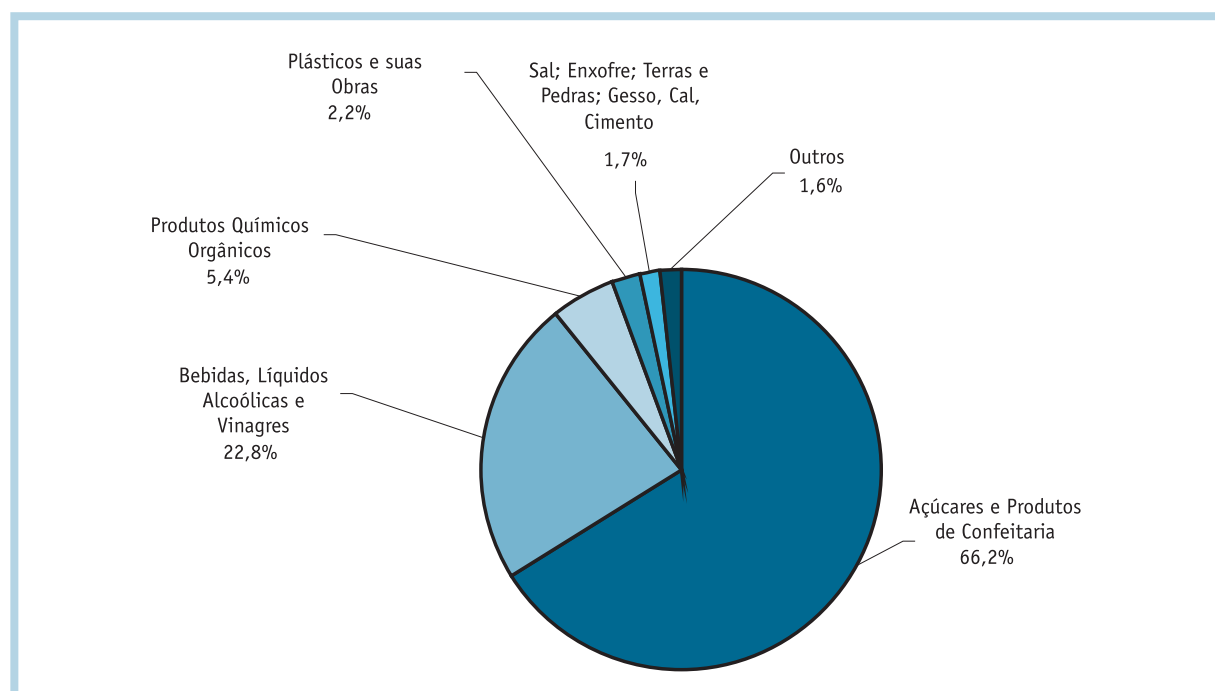


Gráfico 30 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas (Jan./Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

vendidos no exterior foram melões (US\$ 56,9 milhões), castanha de caju (US\$ 33,5 milhões) e banana (US\$ 23,4 milhões).

A Paraíba exportou US\$ 187,2 milhões, representando expansão de 15,4% relativamente a jan.-out./06. Destacaram-se o crescimento de

dois capítulos do setor têxtil (outros artefatos têxteis e tecidos especiais com expansão conjunta de 72%) e de calçados (23,8%) que representam, conjuntamente, 51,8% da pauta de exportação do Estado (Gráfico 32).

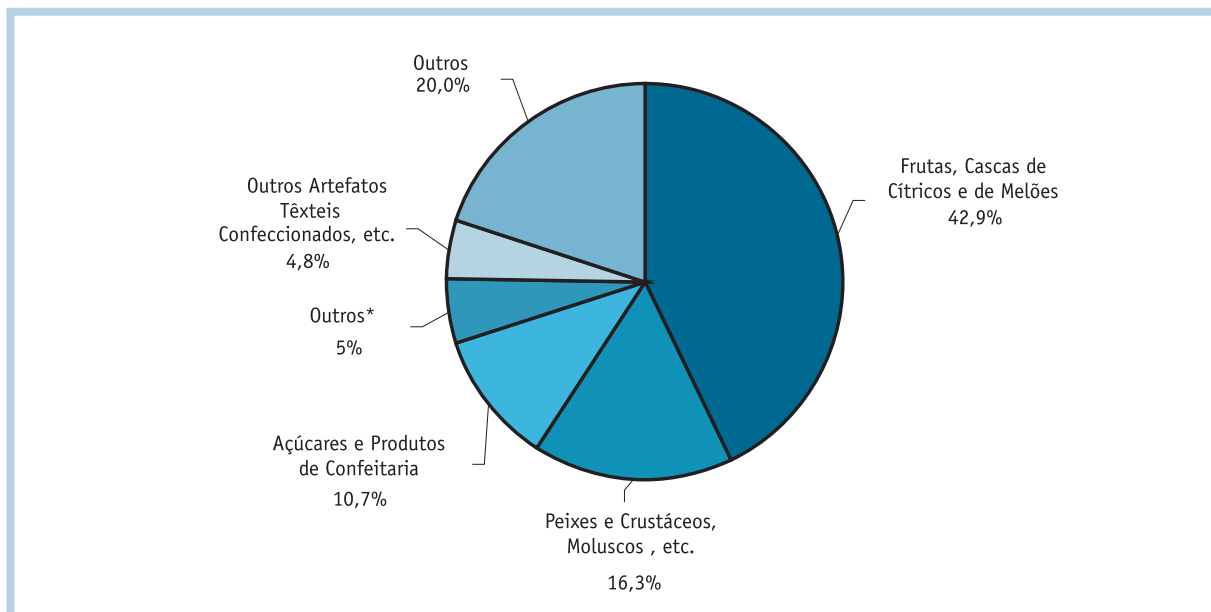


Gráfico 31 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte (Jan./ Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a) Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.
(*) Consumo de Bordo

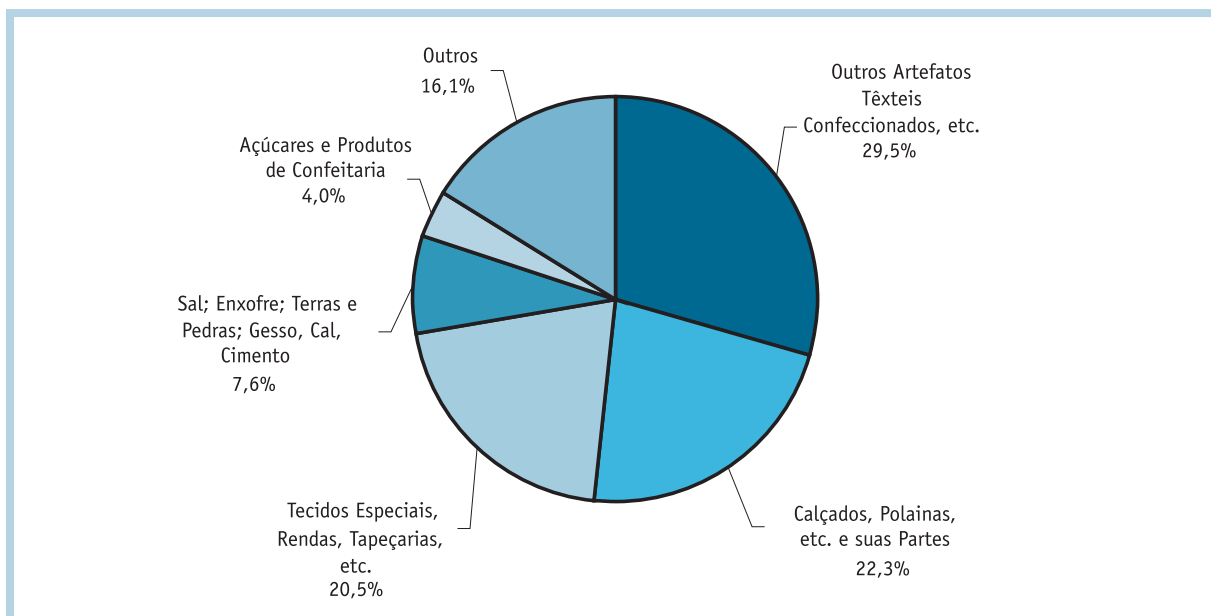


Gráfico 32 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba (Jan./Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O setor calçadista na Paraíba, conforme Eduardo Souto, vice-presidente do Sindicato da Indústria de Calçados da Paraíba (Sindicalçados), vem crescendo a uma média de 30% ao ano, impulsionado principalmente pelas pequenas empresas, que têm maior

facilidade de adaptação. Atualmente, o Estado possui três pólos calçadistas importantes: Campina Grande, Patos e João Pessoa. Um quarto pólo está se formando na região de Sousa (SETOR..., 2007).

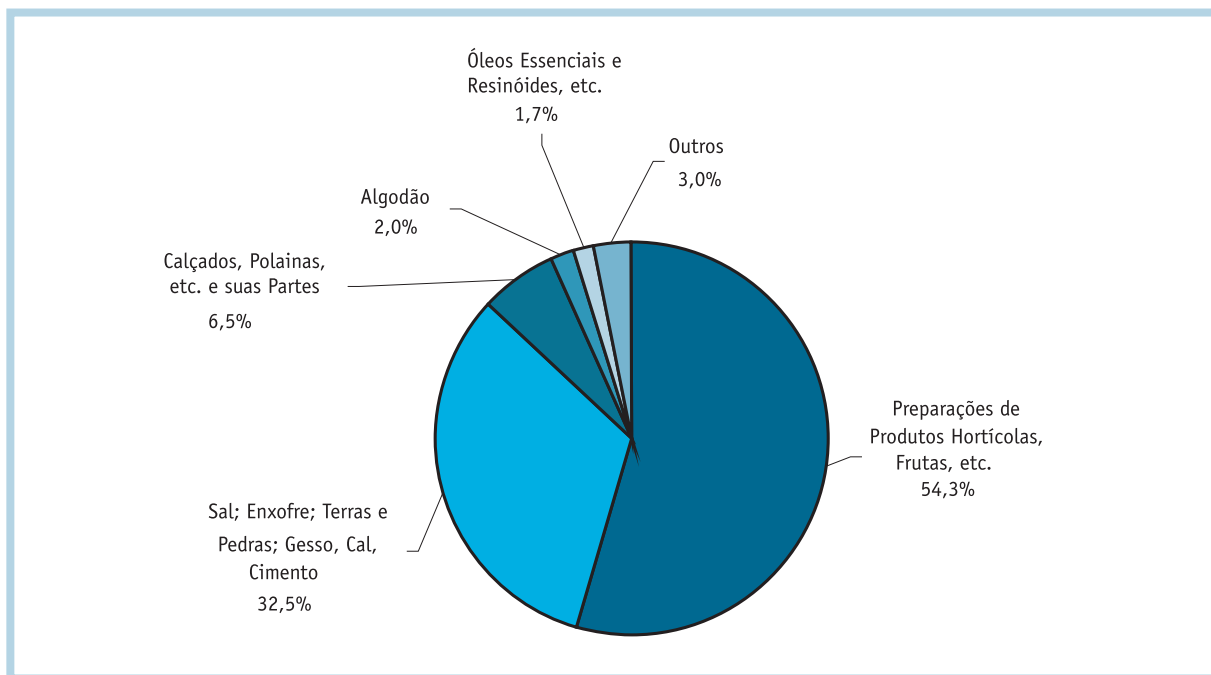


Gráfico 33 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe (Jan./Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a) Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

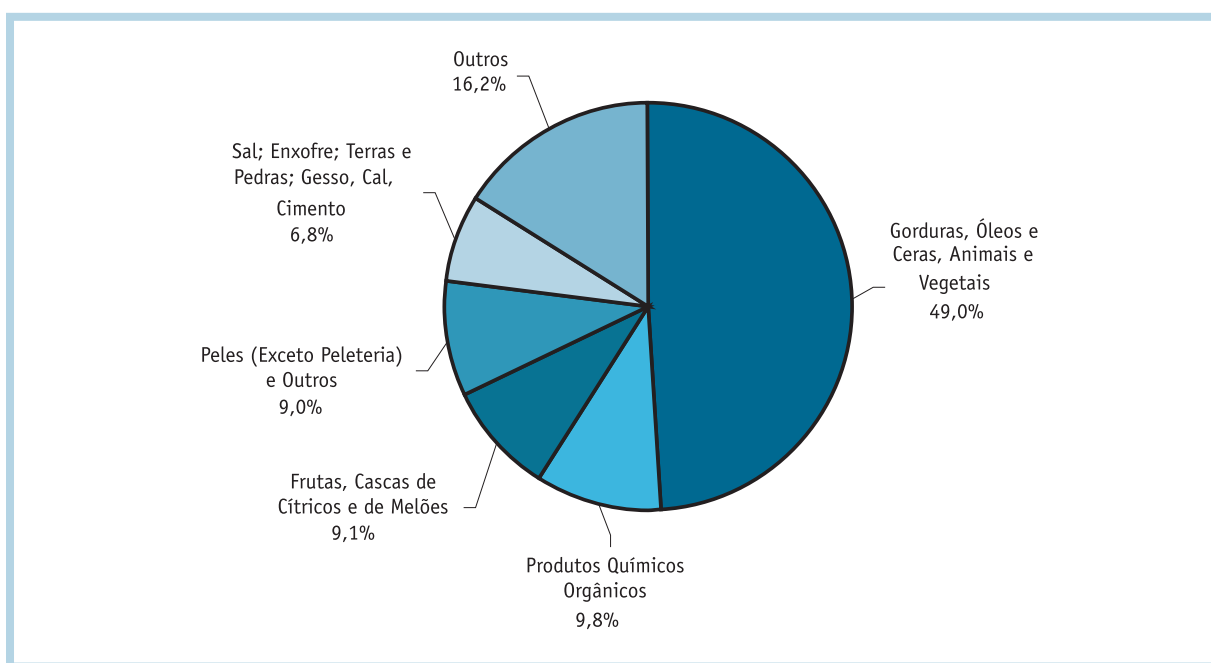


Gráfico 34 - Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí (Jan./ Out. 2007)

Fonte: (BRASIL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Sergipe (Gráfico 33) registrou a maior taxa de crescimento das exportações no Nordeste (99,3%). O excelente desempenho foi favorecido pela forte expansão do capítulo preparação de produtos hortícolas, frutas etc. (94,2%), onde se sobressaiu a exportação de suco de laranja e do capítulo sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento, merecendo ressaltar as vendas de cimento. O aumento da venda de sucos foi favorecido pela perda de 75% da safra anual na

Califórnia (EUA) afetada por geadas em janeiro de 2007 (GEADA..., 2007).

O Piauí exportou US\$ 45 milhões, sendo 49% em cera de carnaúba, cujas vendas expandiram-se 67,5%. Cumpre salientar que a quantidade vendida aumentou apenas 5,4%, ocorrendo, assim, expressiva recuperação do preço do produto, vendido, em média, por US\$ 2,74 dólares entre janeiro e outubro de 2006 e a US\$ 4,36, no mesmo período de 2007 (Gráfico 34).

5.2.2 - Importações

No período de janeiro a outubro de 2007, as importações nordestinas (US\$ 9.539 milhões) expandiram-se 33,5% relativamente a igual período de 2006. O crescimento acelerado foi favorecido pela taxa de câmbio efetiva real que, no acumulado de 12 meses (até novembro de 2007), apreciou-se 15,2% (FUNCEX, 2008).

Na classificação por categoria de uso, constata-se que as compras do exterior da região concentraram-se em: bens de capital (17,3%), intermediários (44,6%) e combustíveis e lubrificantes (30,2%).

A análise dos principais capítulos importados revela que, além de combustíveis e lubrificantes, reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (9,8%), minérios, escórias e cinzas (9,7%) e veículos automóveis, tratores e ciclos (6,2%) foram destaques em participação na pauta de importações do Nordeste.

Cumpre ressaltar que o aumento da participação do item combustíveis e lubrificantes foi influenciado pela elevação do preço do barril de petróleo, conforme já explicado antes (v. item 5.1).

Os destaques de maiores taxas de expansão foram registrados nos capítulos de produtos químicos orgânicos (94,2%), reatores nucleares, cal-

deiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (51,5%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (48,4%). Desta maneira, observa-se que, nas importações nordestinas, predominaram produtos de setores que podem colaborar para a formação bruta de capital fixo e, portanto, elevar a oferta regional ou ainda, em insumos intermediários como o sulfeto de minério de cobre.

Por estado, a Bahia permanece como maior importador nordestino, apesar de sua participação cair de 52,2% entre janeiro e outubro de 2006 para 47,6% no mesmo período de 2007. Também são expressivas as participações do Maranhão (18,5%), Pernambuco (14,5%) e Ceará (12%). Alagoas (1,8%) e Paraíba (2,7%) apresentaram o maior crescimento na participação no total das importações nordestinas. No primeiro estado foram destaques as importações de máquinas agrícolas, adubos e fertilizantes ao passo que na Paraíba cresceram as compras de máquinas usadas no setor têxtil e da matéria-prima algodão – importante setor exportador paraibano (Gráfico 35).

Saliente-se ainda a concentração das importações nordestinas em poucas empresas. Entre janeiro e outubro de 2007, cinco empresas foram responsáveis por 49,9% das compras inter-

nacionais da região: Petrobrás (23,3%), Caraíba Metais (9,7%), Braskem (7,4%), Ford (6,3%) e M&G Polímeros Brasil S.A. (3,2%). As quatro pri-

meiras empresas são também as quatro maiores exportadoras nordestinas, o que revela o papel do comércio intraindústria no Nordeste.

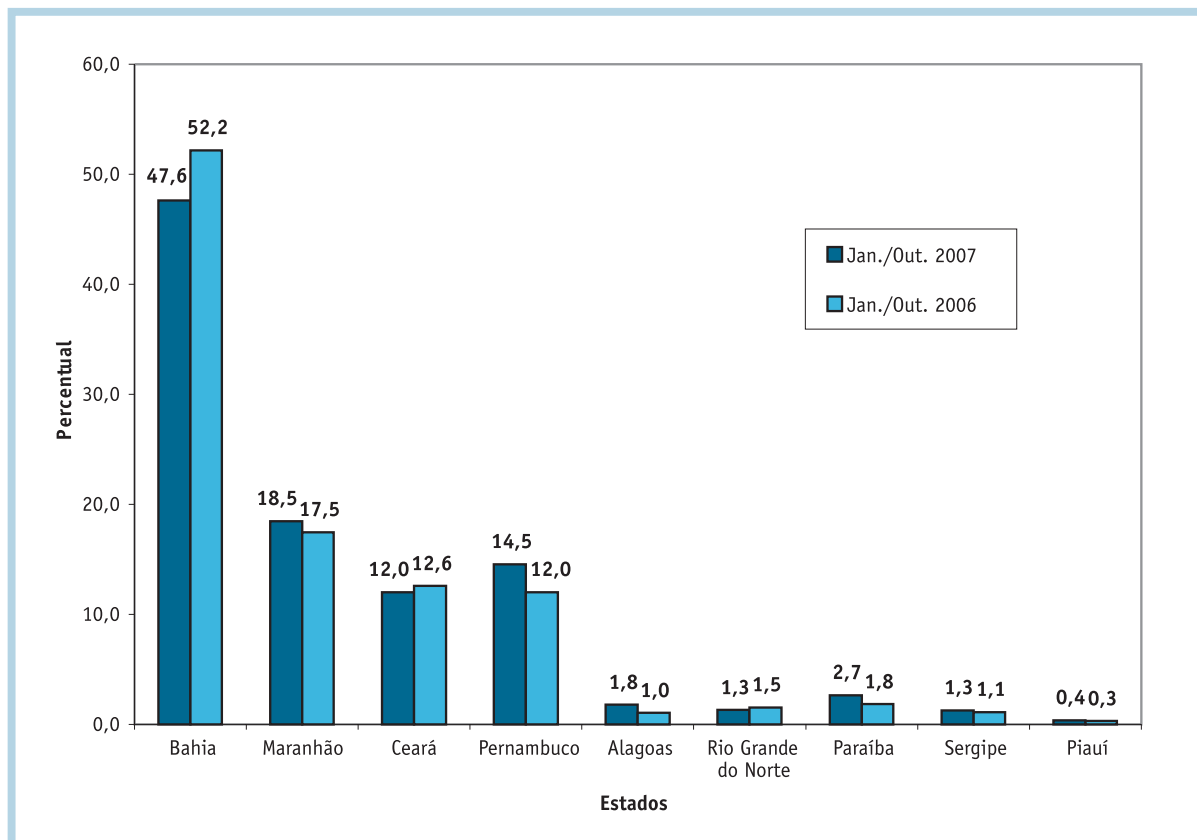


Gráfico 35 - Participação dos Estados na Pauta de Importação da Região Nordeste (Jan./Out. 2007 e 2006)

Fonte: (BRASIL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE et al. **O Cobre brasileiro em ascensão no cenário mundial**. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1302.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Alice web**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2007a.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Alice web**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2007b.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior**, ano XI, n. 12, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 04 jan. 2008.

GEADA destrói 75% da safra de laranja na Califórnia. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/?q=node/22664&buscasub=>>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

IBGE. **Pesquisa mensal de comércio**: outubro 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2007.

MANGAS e uvas do Vale do São Francisco aguardam certificação do INPI. Disponível em: <<http://www.ambienteemfoco.com.br/?p=5974>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

SETOR calçadista na Paraíba cresce 30% ao ano. **Notícia**, 19 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.sebraepb.com.br/noticias.jsp?pagina=noticia&idNoticia=1252&idCategoria=2>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

5.3 - Balanço de Pagamentos

Nos 11 primeiros meses do ano, o superávit de transações correntes alcançou US\$ 4,2 bilhões, o que representa apenas 32,3% do resultado obtido no mesmo período de 2006. O recuo do superávit na balança comercial, num contexto de expansão da corrente de comércio, vem contribuindo decisivamente para essa retração da conta de transações correntes. Os números mostram um crescimento importante das importações vinculado ao maior dinamismo da atividade econômica no acumulado do ano (30,7%) em relação ao mesmo período de 2006. Em contrapartida, o câmbio apreciado não impediu que as exportações atingissem o valor de US\$ 146,4 bilhões – elevação de 16,6% comparativamente

ao mesmo intervalo de 2006 e acima da média mundial (Gráfico 36).

Vale destacar, também, a elevação do déficit nas contas serviços e rendas, que alcançaram US\$ 35,7 bilhões no período janeiro-novembro, 11,2% superior ao mesmo período de 2006. Chamam a atenção as remessas de lucros e dividendos de empresas estrangeiras que somaram expressivos US\$ 15,2 bilhões no acumulado do ano – avanço de 55,7% comparativamente ao mesmo intervalo do ano anterior. As empresas estrangeiras aproveitam a valorização da moeda nacional para aumentar essas remessas convertidas em moeda estrangeira para seus países de origem. Ademais, as

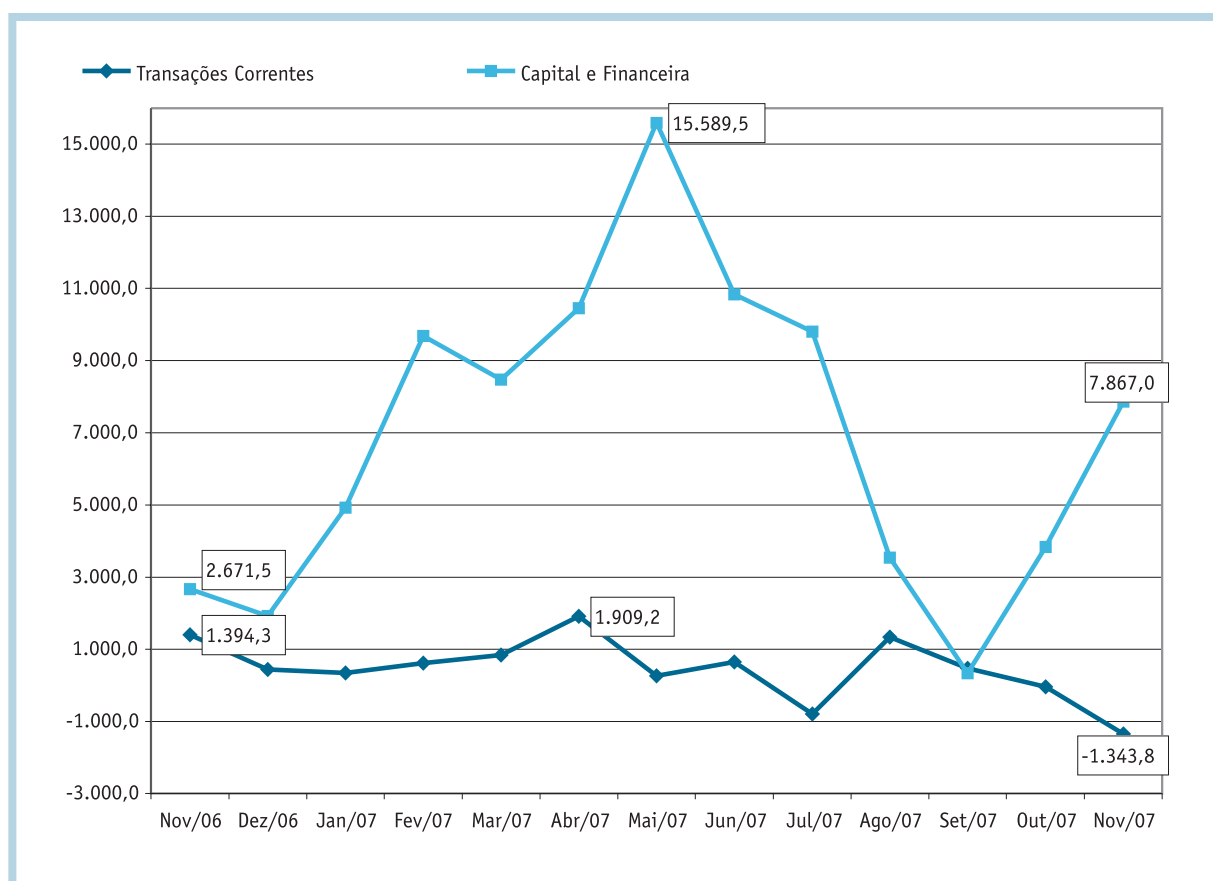


Gráfico 36 - Brasil. Conta Transações e Capital e Financeira (US\$ Milhões) - (Nov.06 - Nov. 07)

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

saídas financeiras de lucros e dividendos refletem o aumento do estoque de investimento direto assim como a lucratividade dessas empresas.

Por outro lado, a receita com lucros e dividendos relativos a investimentos brasileiros no exterior totalizou US\$ 1,1 bilhão no acumulado janeiro-novembro de 2007 contra US\$ 897 milhões em igual intervalo do ano anterior – crescimento de 22,6%. Essa progressão decorre da internacionalização cada vez mais acentuada das empresas brasileiras.

Já as despesas líquidas com juros totalizaram US\$ 6,8 bilhões no acumulado do ano – valor inferior aos US\$ 10,3 bilhões de intervalo correspondente do ano anterior. Contribuiu para essa retração o aumento da receita de juros decorrente do crescimento dos ativos brasileiros no exterior que somaram US\$ 8,4 bilhões nesse período (+82,4%). Somente a remuneração das reservas internacionais registrou expansão de US\$ 5,7 bilhões – acréscimo de 126,1%.

A forte turbulência nos mercados internacionais, após a eclosão da crise hipotecária e de cré-

dito dos Estados Unidos, não afetou os resultados da conta capital e financeira. Na verdade, os nove primeiros meses do ano assinalaram ingressos líquidos de US\$ 85,3 bilhões – alta de 506,7% em relação a 2006.

Grande parte desse desempenho deve-se à entrada recorde de investimento direto estrangeiro (IDE) no acumulado do ano até novembro. De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, o IDE atingiu US\$ 33,7 bilhões – acima do recorde histórico de US\$ 32,8 bilhões obtido no ano 2000. Esse valor supera em 108% a expectativa média de mercado do Relatório Focus do Banco Central, no final de 2006, para o influxo de IDE em 2007 que era de US\$ 16,2 bilhões. Chama a atenção o fato de que os ingressos de investimento direto em 2007 não contam com investimentos em privatizações, enquanto em 2000 essas operações foram responsáveis por 22% do montante total. O resultado acumulado até novembro é também o maior desde o início da série histórica em 1947 (Gráfico 37).

Uma parte significativa destes investimentos ocorre na modalidade de fusão e aquisição. De

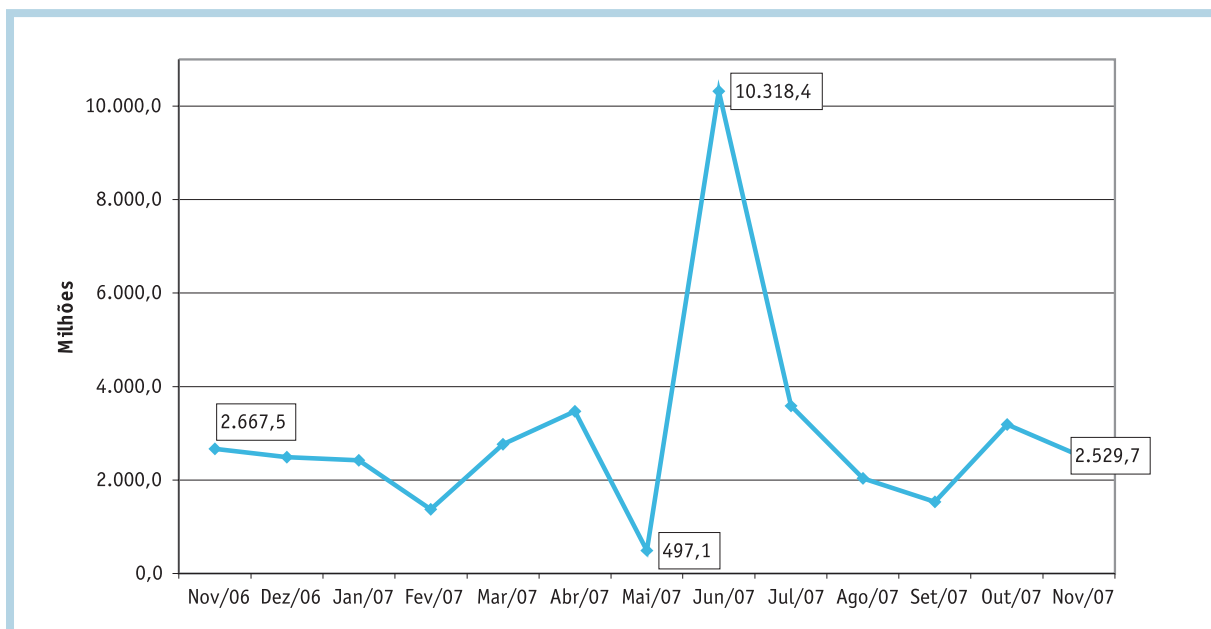


Gráfico 37 - Brasil. Investimento Direto Estrangeiro - IDE. Valores em US\$ Milhões (Nov.06 - Nov. 07)

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

janeiro a dezembro, o número de fusões chegou a 677 – avanço de 43% em relação a 2006. Desse total, 344 transações (50,8%) tiveram alguma participação do capital estrangeiro. É o quarto ano consecutivo que as transações com participação estrangeira superam os negócios entre empresas nacionais. Em quantidade de operações, os destaques foram os setores de alimentos e bebidas, fumo e tecnologia da informação (GLOBAL 21, 2007).

Em contrapartida, as saídas líquidas de investimentos diretos brasileiros atingiram US\$ 3,3 bilhões no ano, até novembro. Esse valor resulta dos investimentos de empresas brasileiras no exterior que somaram US\$ 9,4 bilhões no período. Vale destacar o crescimento das amortizações líquidas relativas aos empréstimos intercompanhias que totalizaram US\$ 6,1 bilhões. Essas operações revelam a consolidação do processo de internacionalização das empresas nacionais (Tabela 43).

O investimento direto brasileiro (IDB) concentra-se, sobretudo, nos ramos produtores de *commodities* intensivos em capital (produtos químicos, metalurgia básica, mineração) assim como no segmento de alimentos e bebidas. Merece destaque

também o IDB nos segmentos de intermediação financeira e de prestação de serviços. As empresas buscam obter escala de produção, acesso a matérias-primas e redução de custos. Ademais, a geração de valor adicionado, o *upgrade* tecnológico e o aprendizado de novas habilidades gerenciais estão entre as principais motivações dos investidores brasileiros no exterior. No que tange ao destino, 40,7% dos investimentos diretos brasileiros foram direcionados para as principais economias latino-americanas em 2007 – contra apenas 9% em 2006 (SOBEETE, 2007) (Tabela 44).

Apesar da volatilidade observada nos mercados financeiros internacionais no segundo semestre de 2007, constatou-se uma forte expansão dos investimentos estrangeiros em carteira, registrando ingressos líquidos de US\$ 40,8 bilhões no acumulado do ano, ante US\$ 7,1 bilhões em período correspondente de 2006 (+472%).

Somente os investimentos líquidos em ações alcançaram US\$ 18,7 bilhões, frente a US\$ 7,4 bilhões no mesmo período do ano anterior, impulsionados pela valorização do real, que aumenta o valor em dólares das aplicações em moeda nacional dos investidores estrangeiros, e pelo

Tabela 43 - Brasil. Investimentos Brasileiros Diretos no Exterior

Discriminação	US\$ Milhões				
	2006*			2007*	
	Nov	Jan-Nov	Ano	Nov	Jan-Nov
Total	-2.118	-24.945	-28.202	-2.439	-3.251
Receitas	52	1.061	1.129	2.638	21.244
Despesas	2.170	26.005	29.331	5.078	24.495
Participação no Capital	-1.078	-21.524	-23.413	-1.706	-9.391
Retornos	51	937	1.002	254	1.961
Saídas	1.129	22.461	24.416	1.961	11.351
Empréstimos Intercompanhias	-1.040	-3.421	-4.789	-733	6.140
Receitas	1	123	126	2.384	19.283
Despesas	1.041	3.544	4.915	3.117	13.143
Matriz no Brasil a Filial no Exterior	-1.039	-3.405	-4.773	-1.894	-2.631
Amortização Recebida	1	117	120	1.223	10.510
Desembolso Concedido	1.040	3.523	4.893	3.117	13.141
Filial no Exterior a Matriz no Brasil	-1	-16	-16	1.161	8.771
Desembolso Recebido	0	6	6	1.161	8.773
Amortização Paga	1	22	22	0	2

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a).

Tabela 44 – Principais Setores de Destino do Investimento Direto Brasileiro – IDB

Estoques			Fluxos			
	2004	2005	2006		2007a	
Prestação de Serviços	37,0%	36,1%	Extração de Minerais Metálicos	64,8%	Intermediação Financeira	33,0%
Intermediação Financeira	28,0%	26,3%	Intermediação Financeira	11,0%	Fabricação de Alimentos e Bebidas	18,4%
Seguros e Previdência Complementar	23,9%	22,8%	Fabricação de Alimentos e Bebidas	6,3%	Prestação de Serviços	14,5%
Comércio por Atacado	4,1%	4,4%	Prestação de Serviços	5,2%	Fabricação de Produtos Químicos	11,8%
Extração de Petróleo	1,0%	4,3%	Metalurgia Básica	3,0%	Metalurgia Básica	6,9%

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

Nota: (a) Janeiro a Agosto.

processo crescente de valorização acionária. Segundo levantamento da consultoria Economática, o volume financeiro negociado na Bovespa ultrapassou a casa de R\$ 1 trilhão em 2007 (+92% em relação a 2006 - Gráfico 38).

Desse total, as vinte maiores empresas detiveram 58,5% do volume financeiro negociado em 2007 na Bovespa, sendo que os dois primeiros ativos (Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce) foram responsáveis por 25% desse volume, revelando uma concentração muito forte dos papéis negociados em 2007 (Tabela 45).

Em suma, o forte superávit da conta capital e financeira e das transações correntes, mesmo que em patamar inferior, permitiu um excedente significativo no balanço de pagamentos de US\$ 84,3 bilhões. Nos nove primeiros meses do ano, o incremento foi 207,7% sobre o mesmo período de 2006, desempenho que contribuiu para o crescimento das reservas cambiais, que encerrou o período em US\$ 177 bilhões, o equivalente a dezoito meses de importação (Gráfico 39).

O desempenho das reservas internacionais e a evolução das exportações estão sendo cruciais

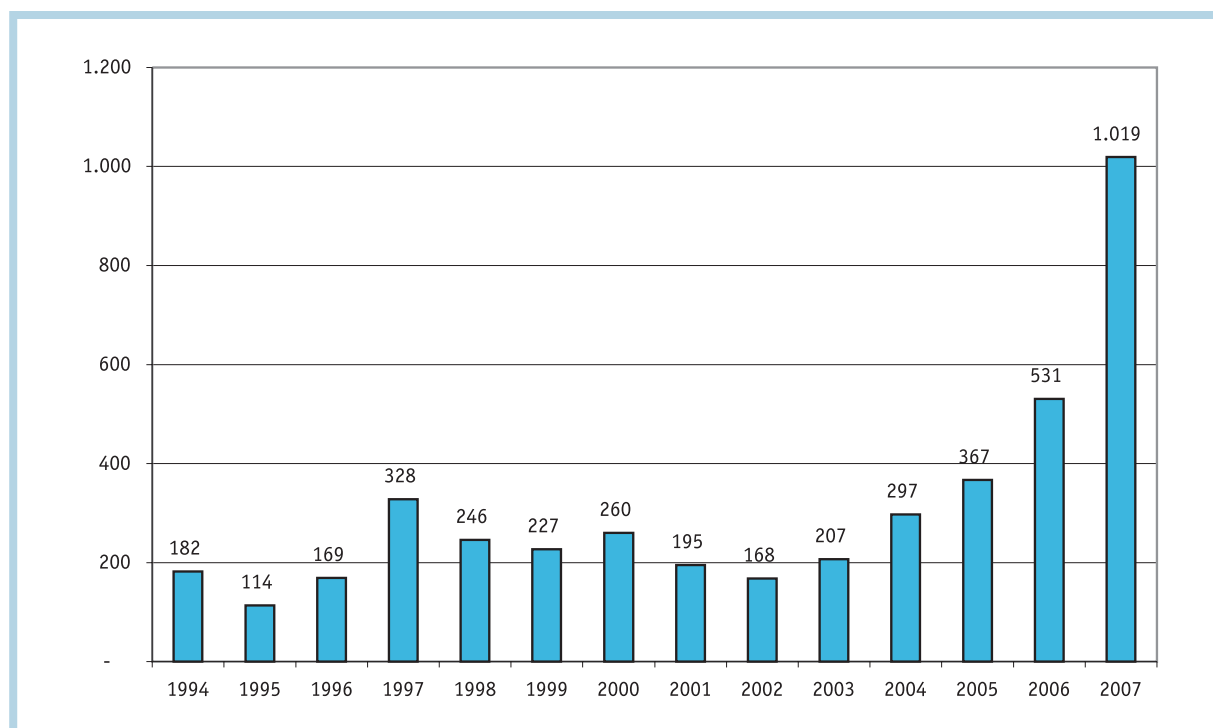


Gráfico 38 - Brasil. Volume Financeiro Bovespa a Vista. Em R\$ Bilhões ajustados pelo IPCA

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

Tabela 45 - Brasil. As 20 Maiores Empresas em Volume Financeiro na Bovespa

Empresa	Classe	Sector	Volume Financeiro Total em Bilhões R\$ 2007 Até 26 Dezembro	% do Total
Petrobrás	PN	Petróleo e Gás	138,8	13,6
Vale do Rio Doce	PNA	Mineração	116	11,4
Bradesco	PN	Finanças e Seguros	33,5	3,3
Usiminas	PNA	Siderur & Metalur	31,1	3
Vale do Rio Doce	ON	Mineração	30	2,9
Petrobrás	ON	Petróleo e Gás	25,6	2,5
Itaúbanko	PN	Finanças e Seguros	24,6	2,4
Sid Nacional	ON	Siderur & Metalur	22,4	2,2
Unibanco	UnN1	Finanças e Seguros	20,7	2
Gerdau	PN	Siderur & Metalur	17,3	1,7
Itausa	PN	Outros	16,7	1,6
Brasil	ON	Finanças e Seguros	14,7	1,4
Telemar	PN	Telecomunicações	14,4	1,4
ALL Amer Lat	UNT N2	Transporte Serviços	14,3	1,4
Bradespar	PN	Outros	14,2	1,4
Cemig	PN	Energia Elétrica	13,7	1,3
Net	PN	Outros	13,5	1,3
Ambev	PN	Alimentos e Beb	12,6	1,2
B2W Global	ON	Comércio	11,3	1,1
Bovespa Holding	ON	Finanças Públicas	11,2	1,1
Total 20 Maiores			596,5	58,5
IPOS			167,5	16,4
Ibovespa Mercado a Vista			1.019	

Fonte: (ECONOMÁTICA, 2007).

Nota: IPO é a sigla para a expressão em inglês *Initial Public Offering* que significa a abertura do capital de uma empresa no mercado acionário.

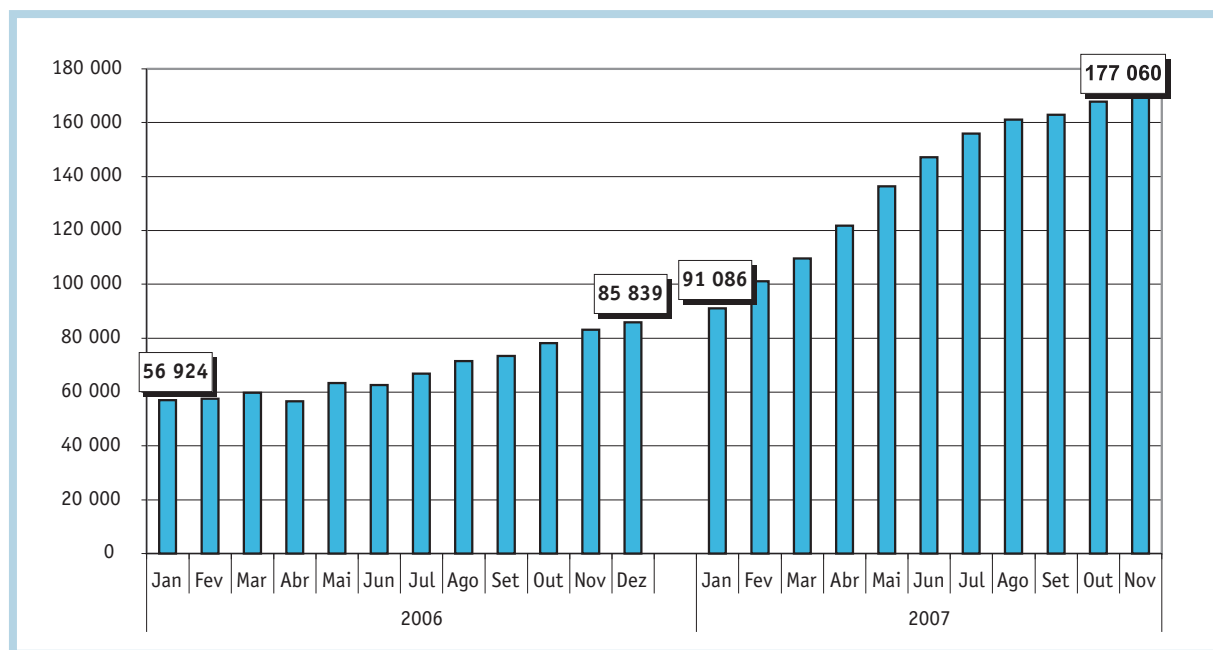


Gráfico 39 - Reservas Internacionais no Banco Central do Brasil. Valores em US\$ Milhões

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b).

para a melhoria dos indicadores de vulnerabilidade externa. O indicador reservas/dívida total, por exemplo, subiu de 49,7% em dezembro de 2006 para 83,4% em setembro de 2007. Já a relação serviços da dívida/ exportações registrou um decréscimo importante de 41,3% para 35,8% nessa base de comparação.

Entretanto, dois resultados negativos das contas externas prejudicam a manutenção da trajetória favorável dos indicadores de endividamento. O primeiro está relacionado com a forte queda

do indicador transações correntes/PIB que passou de 1,27 no acumulado janeiro – dezembro de 2006 para apenas 0,26 no mesmo período de 2007, reflexo da expansão do PIB e do recuo do superávit em transações correntes. Ademais, chama a atenção a progressão da dívida externa de curto prazo que chegou a US\$ 42,7 bilhões em setembro de 2007 ante US\$ 20,3 bilhões em dezembro de 2006 (+110,4%), contribuindo para um aumento importante do passivo externo de curto prazo do País (Tabela 46).

Tabela 46 - Brasil. Indicadores de Endividamento Externo^{1/}

Discriminação	2006	2007		
		US\$ Milhões		
		Mar	Jun	Set
Serviço da Dívida	56.857,5	59.432,5	53.154,6	54.989,6
Amortizações ^{2/}	41.978,9	44.413,0	38.535,4	40.124,4
Juros Brutos	14.878,6	15.019,5	14.619,2	14.865,2
Dívida de Médio e Longo Prazos (A)	152.266,3	147.509,0	145.453,2	152.562,8
Dívida de Curto Prazo (B)	20.322,6	34.572,5	45.905,0	42.768,5
Dívida Total (C)=(A+B)	172.588,9	182.081,5	191.358,2	195.331,2
Dívida Total do Setor Público	89.245,3	88.232,7	87.400,3	87.047,5
Dívida Total do Setor Público Não Financeiro	76.268,9	76.802,3	73.297,5	71.752,3
Reservas Internacionais (D)				
Liquidez Internacional	85.838,9	109.531,4	147.101,0	162.962,2
Créditos Brasileiros no Exterior (E)	2.938,6	2.905,4	2.923,8	2.925,0
Haveres de Bancos Comerciais (F)	8.990,1	9.615,9	12.476,8	12.491,6
Dívida Total Líquida (G)=(C-D-E-F)	74.821,4	60.028,9	28.856,5	16.952,5
Exportações	137.807,5	142.351,7	149.964,4	153.450,4
PIB	1.071.973,3	1.120.234,9	1.174.980,9	1.230.542,9
Indicadores				
Serviço da Dívida/Exportações (%)	41,3	41,8	35,4	35,8
Serviço da Dívida/PIB (%)	5,3	5,3	4,5	4,5
Juros/Exportações (%)	10,8	10,6	9,7	9,7
Dívida Total/PIB (%)	16,1	16,3	16,3	15,9
Dívida Total do Setor Público/Dívida Total (%)	51,7	48,5	45,7	44,6
Dívida Total do Setor Púb. Não Financ./ Dívida Total (%)	44,2	42,2	38,3	36,7
Dívida Total Líquida/PIB (%)	7,0	5,4	2,5	1,4
Reservas (Liquidez)/Dívida Total (%)	49,7	60,2	76,9	83,4
Dívida Total/Exportações	1,3	1,3	1,3	1,3
Dívida Total Líquida/Exportações	0,5	0,4	0,2	0,1
Reservas (Liquidez)/Serviço da Dívida	1,5	1,8	2,8	3,0
Reservas (Liquidez)/Juros	5,8	7,3	10,1	11,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b).

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

2/ Inclui pagamentos relativos ao programa de assistência. Exclui amortizações refinanciadas.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. In.: SOBEET. **Internacionalização das empresas brasileiras foca países emergentes**, ano 6, n. 50. Disponível em: <<http://www.sobeet.com.br>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

_____. **Indicadores consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 04 jan. 2008a.

_____. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 04 jan. 2008b.

ECONOMÁTICA. In.: Volume financeiro na Bovespa cresceu 92% em 2007. **Conversa Afiada**,

28 dez. 2007. Disponível em: http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/471501-472000/471994/471994_1.html. Acesso em: 28 dez. 2007.

GLOBAL 21. **Fusões**: Brasil bate novo recorde. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.

SOBEET. **Internacionalização das empresas brasileiras foca países emergentes**. Disponível em: <<http://www.sobeet.com.br>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Governo Federal

6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

Refletindo a disciplina fiscal seguida pelo Governo há vários anos, a União (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 10 bilhões em outubro de 2007. O acumulado excedente no ano, R\$ 61,7 bilhões (2,96% do PIB), supera em 12,1% o obtido no mesmo período do ano passado (R\$ 55 bilhões). Considerando os resultados mensais, a maior contribuição foi proveniente do Tesouro Nacional, com saldo líquido positivo de R\$ 12,8 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 65,6 milhões, respectivamente.

A arrecadação do Governo cresceu 12,7% em 2007, alcançando R\$ 499,2 bilhões, ou 24% do PIB, como resultado do bom desempenho econômico, da evolução do nível de preços, da massa salarial e da recuperação de débitos em atraso, influenciando positivamente as receitas de impostos e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, com destaque para o Imposto de Renda da Pessoa Física (variação de 46,4% relativamente a 2006), Imposto de Importação (22%), Imposto

sobre Produtos Industrializados (19%) e Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (18,2%).

As contribuições sociais, que representam importante fonte de arrecadação do Tesouro, também tiveram desempenho positivo: 11,4% no incremento da Cofins que totalizou R\$ R\$ 8,6 bilhões, e de 9,9% no PIS-PASEP, totalizando R\$ 2 bilhões. O desempenho é explicado principalmente pelo crescimento da arrecadação dos setores de metalurgia, construção civil, fabricação de veículos, comércio por atacado, fabricação de máquinas e equipamentos, telecomunicações e comércio.

No âmbito das despesas, registrou-se aumento de 13,6% até outubro de 2007, somando R\$ 204,1 bilhões, equivalentes a 9,8% do PIB. Essa elevação no período janeiro a outubro está associada principalmente aos gastos de custeio e capital, que cresceram 15,3%. Esse item é formado basicamente pelas despesas do FAT³⁵, subsídios e subvenções e benefícios assistenciais como o LOAS³⁶/RMV³⁷. No agregado das despesas de pessoal e custeio, os gastos do Tesouro cresceram 13,7%, em 2007.

35 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil-financeira vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Destina-se ao custeio do seguro-desemprego, abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

36 Lei Orgânica de Assistência Social

37 Renda Mensal Vitalícia

A Previdência, por sua vez, apresentou déficit de R\$ 38,4 bilhões (1,85% do PIB do período), em razão do descompasso entre a evolução das receitas de contribuições, que cresceram 13,7%, com aumento de R\$ 13,1 bilhões em relação a 2006, e as despesas com benefícios previdenciários situando-se, em termos absolutos, em torno de 14,4 bilhões. A expressiva arrecadação foi decorrente do crescimento da massa salarial e do nível de emprego formal no período. Contudo, essa evolução não foi suficiente para reduzir o déficit

do Regime Geral de Previdência Social em termos nominais (Tabela 47).

O crescimento nominal do déficit previdenciário, de R\$ 1,3 bilhão, deveu-se ao aumento do número médio de benefícios pagos (22 milhões até outubro de 2007 contra 21,2 milhões no mesmo período de 2006), à elevação do salário mínimo e às despesas com o pagamento de precatórios judiciais. Merece registrar que o déficit da previdência, em proporção do PIB, reduziu-se 0,1%, em 2007, relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 47 - Resultado Primário do Governo Central (*) . Brasil, Jan.- Out./2006 e 2007 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Outubro		Variação (%) 2007/2006
	2006	2007	
I. RECEITA TOTAL	443.101,4	499.199,2	12,7
I.1. Receitas do Tesouro	346.197,1	389.433,2	12,5
I.2. Receitas da Previdência Social	95.714,6	108.820,0	13,7
I.3. Receitas do Banco Central	1.189,7	946,0	-20,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	74.137,0	84.587,6	14,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	368.964,5	414.611,7	12,4
IV. DESPESA TOTAL	313.945,6	352.953,8	12,4
IV.1. Despesas do Tesouro	179.753,7	204.145,7	13,6
IV.1.1 Pessoal e Encargos Sociais	83.207,9	93.106,8	9,5
IV.1.2. Benefícios Previdenciários	132.838,1	147.255,2	10,9
IV.1.3. Custeio e Capital	96.035,1	110.712,9	15,3
IV.1.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	510,8	326,0	-36,2
IV.1.5. Despesas do Banco Central	1.353,8	1.552,9	14,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	55.018,8	61.657,9	12,1
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	2,89%	2,96%	-

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.

6.1.2 - Dívida Pública Federal

A Dívida Líquida do Setor Público (inclui os passivos financeiros e desconta os ativos financeiros) apresenta trajetória declinante desde 2003, juntamente com mudanças qualitativas no estoque acumulado. Dentre os fatores que contribuem para esse resultado destacam-se: os elevados superávits primários obtidos ao longo dos últimos

anos, os quais vêm garantindo a solvência intertemporal da dívida; a queda dos juros que incidem sobre a dívida pública e o maior crescimento do PIB, tornando menor a relação Dívida/PIB. A inflação sob controle, a redução da vulnerabilidade externa e a responsabilidade fiscal mantida como um dos principais pilares do equilíbrio macroe-

conômico têm contribuído para a estabilidade e redução da dívida líquida pública em relação ao PIB, cuja proporção alcançou 43,7% em outubro de 2007, abaixo do índice registrado ao final de 2006 (44,9%). Essa redução continua vem desde 2002, prevendo-se chegar a patamares próximos a 40% do PIB ainda nesta década.

Dada a sua magnitude (R\$ 1.318,5 bilhões), a gestão da dívida pública federal se torna um elemento importante na estratégia global de manutenção do equilíbrio macroeconômico e tem a ver justamente com a implementação de políticas que reduzam os riscos de fragilização da política fiscal do Governo. Em função disso, a estratégia governamental em 2007 priorizou a emissão de títulos prefixados (Letras do Tesouro Nacional-LTN e Notas do Tesouro Nacional-Série F-NTN-F) em volumes e prazos que permitam aumentar a participação desses títulos na composição da dívida pública e o alongamento gradual do seu prazo médio de emissão; a ênfase na emissão de Notas do Tesouro Nacional-Série B-NTN-B, títulos referenciados ao IPCA, evitando-se a emissão de Notas do Tesouro

Nacional-Série C-NTN-C, títulos referenciados ao IGPM; o resgate dos títulos remunerados pela taxa Selic (Letras Financeiras do Tesouro-LFT); e a continuação da política adotada desde 2003 de não emitir Notas do Tesouro Nacional-Série D-NTN-D, títulos indexados à variação cambial.

Com relação à composição da dívida pública federal ao final de outubro de 2007, a Tabela 48 mostra o crescimento da parcela dos títulos com remuneração prefixada, bem como daqueles indexados aos índices de preços. A participação dos indexados à taxa Selic reduziu-se de 33,4%, em dez./06, para 32,6%, em out./07, o mesmo se verificando com relação aos títulos indexados ao câmbio, cuja participação caiu de 1,2%, em dez./06, para 0,87%, em out./07.

Até outubro de 2007, o estoque da dívida pública federal em mercado atingiu R\$ 1,31 trilhão, sendo a maior parte desse montante (92%) associada à dívida interna. Naturalmente, esse atual perfil revela uma mudança qualitativa importante da dívida pública, pois reduz a vulnerabilidade do setor público a eventuais turbulências externas.

Tabela 48 - Composição da Dívida Pública Federal em Poder do Público

R\$ Bilhões

	Dez. / 06		Out. / 07	
DPF	1.236,95	100,00%	1.307,14	100,00%
DPMFi	1.093,50	88,40%	1.199,03	91,73%
Prefixados	395,04	31,94%	421,84	32,27%
Índice Preços	246,43	19,92%	312,77	23,93%
Selic	413,66	33,44%	425,69	32,57%
Câmbio	14,17	1,15%	11,34	0,87%
TR	24,19	1,96%	27,38	2,09%
DPFe	143,45	11,60%	108,11	8,27%
Dólar	119,13	9,63%	83,24	6,37%
Euro	15,86	1,28%	13,08	1,00%
Real	6,72	0,54%	10,68	0,82%
Outros	1,74	0,14%	1,12	0,09%

Fonte: (TESOURO NACIONAL, 2007a).

Nota: DPF = Dívida Pública Federal; DPMFi = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna; e DPFe = Dívida Pública Federal Externa

6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

A necessidade de financiamento do setor público (receitas menos despesas mais o pagamento de juros) alcançou R\$ 54,6 bilhões em outubro de 2007 (2,18% do PIB), considerando os fluxos acumulados em 12 meses, tendo o resultado primário gerado um saldo líquido positivo de R\$ 105,7 bilhões (4,23% do PIB, acima, portanto, da meta fixada para o ano, de 3,8% do PIB), valor inferior às obrigações relativas ao pagamento dos juros, que alcançaram o montante de R\$ 160,3 bilhões (6,41% do PIB). A maior contribuição para o superávit primário foi proveniente do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS) que gerou superávit primário de R\$ 57,5 bilhões (2,3% do PIB) (Tabela 49).

As demais esferas de Governo (estados, municípios e empresas estatais) geraram um superá-

vit de R\$ 48,2 bilhões (1,92% do PIB), com uma contribuição de 46% do excedente observado no período. Vale notar que os elevados superávits primários que vêm sendo obtidos, associados à queda dos juros incidentes sobre a dívida pública, têm permitido uma contínua redução do déficit fiscal (resultado nominal) que era de 30,1% do PIB nos 12 meses encerrados em dezembro de 2006.

Por outro lado, observando-se os condicionantes desses excedentes de recursos gerados pelo Governo Central, fica evidente que o ajuste fiscal continua sendo mantido por uma elevação expressiva das receitas, sem esforço significativo para melhoria na qualidade dos gastos públicos.

Tabela 49 - Necessidade de Financiamento do Setor Público. Fluxo Acumulado em 12 Meses

Discriminação	R\$ Milhões			% do PIB		
	Jan./Dez.05	Jan./Dez.06	Nov.06/ Out.07	Jan./Dez.05	Jan./Dez.06	Nov.06/ Out.07
Nominal	63.641	69.883	54.631	2,96	3,01	2,18
Juros Nominais	157.145	160.027	160.353	7,32	6,89	6,41
Primário	-93.505	-90.144	-105.722	-4,35	-3,88	-4,23
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-55.741	-51.352	-57.504	-2,60	-2,21	-2,30
Empresas Estatais	16.441	-11.247	-19.034	-0,76	-0,82	-0,76
Governos Regionais (Estados e Municípios)	-21.323	-29.185	-29.185	-0,99	-0,85	-1,16

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central**, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

TESOURO NACIONAL. **Relatório mensal de dívida pública federal**: nov. 2007. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2007a.

_____. **Resultado do Tesouro Nacional**: out. 2007. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2007b.

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

6.2.1 - Transferências Constitucionais

As Transferências Constitucionais são as parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios, a exemplo dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

A composição do FPE provém da arrecadação do Imposto de Renda (21,5%) e do IPI (21,5%). A composição do FPM é de 22,5% do IR e 22,5% do IPI.³⁸ Desses recursos, 15% são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.³⁹

Essas transferências para os entes federados, provenientes da arrecadação de impostos, representam mecanismo importante para diminuir as desigualdades regionais.

A distribuição dos recursos do FPM aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes estimado pelo IBGE, seguindo o coeficiente municipal específico elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Os números preliminares do Censo de 2007 divulgados pelo IBGE, base para a distribuição do FPM em 2008, estão provocando reclamações de prefeitos em todo o País, inclusive, com audiências públicas nas assembleias legislativas. É que muitos municípios apresentaram redução populacional relativamente às projeções anteriores e isso implicará menor participação nos recursos do FPM.

Somando-se FPE, FPM e ICMS tem-se a quase totalidade dos recursos de estados e municípios. Os dados do Nordeste, até setembro de 2007, mostram que, do conjunto dessas fontes, o FPE e o FPM representam 48% do total.

O Nordeste recebe 52,4% do FPE e 35,2% do FPM. Do total dessas transferências recebidas até outubro de 2007, as maiores dotações foram para a Bahia (21%), Ceará (14,3%) e Pernambuco (13,3%).

Olhando apenas para os dados do FPE no período até outubro, comparando-se o desempenho entre os anos de 2006 e 2007, todos os estados tiveram crescimento em torno de 11%, exceto Pernambuco (9,4%) e Rio Grande do Norte (9,1%) (Tabela 50).

No caso do FPM, o maior crescimento ocorreu no Piauí (13,8%), seguido de Bahia (12,3%) e Ceará (12,2%) (Tabela 51).

As transferências são importantes para viabilizar as políticas públicas de desenvolvimento das regiões mais pobres. Essas regiões não têm arrecadação suficiente para financiar essas políticas, e ficam dependentes das transferências federais (constitucionais e voluntárias). Se tais políticas não acontecem, uma opção de estados e municípios para financiar seus programas de investimentos é via endividamento. No entanto, para

38 A Emenda Constitucional nº 55, de 22 de setembro de 2007, alterou o art. 159 da CF/88, expressando que deve ser repassado ao FPM, mais 1% da arrecadação do IR e IPI, a ser entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

39 A partir de março de 2007, esse percentual passou de 15% para 16,66%.

Tabela 50 – Fundo de Participação dos Estados do Nordeste (R\$ Correntes)

UF	FPE (a)			
	Jan. - Out. 2006		Jan. - Out. 2007	
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste
Alagoas	856.015.493,2	7,9	951.121.122,6	8,0
Bahia	1.933.437.363,3	17,9	2.148.247.468,0	18,0
Ceará	1.509.699.303,1	14,0	1.677.430.966,6	14,0
Maranhão	1.485.274.640,4	13,8	1.650.292.658,1	13,8
Paraíba	985.402.417,0	9,1	1.094.883.282,7	9,2
Pernambuco	1.419.840.413,6	13,2	1.552.989.341,2	13,0
Piauí	889.205.872,9	8,2	988.687.914,9	8,3
Rio Grande do Norte	859.678.163,7	8,0	937.549.835,2	7,8
Sergipe	855.027.806,7	7,9	950.023.701,6	7,9
Nordeste	10.793.581.473,9	100,0	11.951.226.290,8	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (a) Para fins de comparação, foi excluído o mês de abril/2006, tendo em vista a inexistência da informação para o mesmo mês de 2007.

acessar fontes de financiamento é necessário ter capacidade de pagamento, o que implica finanças públicas saneadas, com geração de resultado primário⁴⁰ positivo em suas contas. Mas isso não é o suficiente, pois o resultado positivo pode estar sendo totalmente consumido por encargos de dívidas já existentes, não dando margens a novos endividamentos.

Um indicador que pode ser utilizado para avaliar a possibilidade de novas captações de recursos pelos estados e municípios, sem deteriorar suas estruturas de finanças públicas, é trabalhar com a relação entre os encargos financeiros da dívida existente e o resultado primário gerado (superávit ou déficit).

Tabela 51 - Fundo de Participação dos Municípios dos Estados do Nordeste (R\$ Correntes)

UF	FPM (a)			
	Jan. - Out. 2006		Jan. - Out. 2007	
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste
Alagoas	513.343.947,6	6,8	570.185.323,6	6,7
Bahia	1.920.905.994,6	25,3	2.157.867.545,6	25,5
Ceará	1.116.084.956,2	14,7	1.251.740.103,8	14,8
Maranhão	898.114.658,0	11,8	997.923.015,7	11,8
Paraíba	691.924.047,9	9,1	773.769.389,6	9,1
Pernambuco	1.048.523.186,2	13,8	1.156.934.127,4	13,6
Piauí	558.067.378,4	7,4	634.925.132,7	7,5
Rio Grande do Norte	533.350.842,7	7,0	594.116.050,5	7,0
Sergipe	303.816.109,6	4,0	339.344.261,0	4,0
Nordeste	7.584.131.121,1	100,0	8.476.804.949,8	100,0

Fonte: (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2007a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (a) Para fins de comparação, foi excluído o mês de abril/2006, tendo em vista a inexistência da informação para o mesmo mês de 2007.

⁴⁰ O resultado primário de um ente administrativo é calculado pela diferença entre a receita total excluídas as receitas financeiras, as operações de crédito e as alienações de bens, excluindo-se as despesas totais, não computando nestas últimas os juros e amortizações.

Se o indicador tende a zero, os encargos financeiros da dívida têm pouca representatividade com relação ao superávit primário. A possível conclusão é que o ente tem condições de captar novos recursos, precisando ainda avaliar o tamanho do superávit.

Se o indicador é maior que um, o superávit não é suficiente para pagar os encargos financeiros da dívida existente e as condições para novos financiamentos são precárias. Se o indicador é negativo, o estado ou município tem déficit e a situação é bem mais grave.

No Nordeste, conforme a tabela 52, a geração de resultados primários positivos acima dos encargos financeiros das dívidas existentes, só passa a existir a partir de 2004. A Região teve déficit primário em 1998 e 1999. Passa a gerar superávit a partir de 2000, mas não o suficiente para pagar os encargos financeiros existentes. Essa situação permanece até 2003, quando esses encargos representavam 158% do superávit gerado. Vale salientar que, entre 2003 e 2005, a Região passou a gerar superávits anuais crescentes: 2003 – R\$ 1,2 bilhão; 2004 – R\$ 2,7 bilhões e 2005 – R\$ 4,6 bilhões. Em 2006, o superávit baixou um pouco, mas ficou em torno dos R\$ 4 bilhões, enquanto os encargos financeiros da dívida, entre 2003 e 2006, estabilizaram-se em torno dos R\$ 2 bilhões.

Pernambuco foi o estado que mais demorou a equalizar o seu resultado. Teve déficit primário de 1998 a 2002. A partir de 2003 passa a ter superávit primário e, em 2006, teve o maior superávit do Nordeste: R\$ 2,3 bilhões, representando 58,6% do superávit total da Região. O indicador encargos financeiros/resultado primário vem caindo continuamente desde 2003, em Pernambuco. Em 2006, o Estado teve a melhor relação entre os estados do Nordeste, quando os encargos financeiros representaram apenas 12% do superávit.

Situação parecida é a do estado do Ceará. Ele passou a ter superávit no ano de 2002, quando Pernambuco ainda teve déficit, mas a relação era alta. Os encargos financeiros representavam 7,8 vezes o superávit alcançado. O indicador do Ceará cai continuamente desde 2002, e chega a sua melhor situação em 2005, com uma relação de 0,40. A mudança negativa ocorre em 2006, quando o indicador passa a ser negativo (-0,30), resultado de um déficit de R\$ 772 milhões. Vale salientar que, em 2005, o Ceará gerou superávit de R\$ 649 milhões.

Outros estados com situação mais grave, em 2006, são a Paraíba e Sergipe. A situação da Paraíba é muito instável no período. Entre 2004 e 2006, sai de uma relação em que os encargos

Tabela 52 – Relação entre Juros e Encargos da Dívida e o Resultado Primário

ESTADOS	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alagoas	0,34	-23,68	2,96	0,41	0,45	0,94	0,72	0,77	0,44
Bahia	-0,14	-2,39	1,16	2,69	0,74	1,31	0,58	0,66	0,50
Ceará	-0,29	-0,22	-3,59	-3,82	7,80	1,38	0,83	0,40	-0,30
Maranhão	0,30	-0,62	0,26	1,51	0,68	3,35	0,32	0,21	0,43
Paraíba	-8,74	5,92	0,77	-1,40	-3,71	2,28	42,32	0,42	-3,30
Pernambuco	-0,08	-2,76	-0,62	-1,32	-3,42	0,92	0,66	0,43	0,12
Piauí	1,55	0,88	0,53	0,58	1,61	-0,44	5,64	0,33	0,90
Rio Grande do Norte	-0,06	-11,00	0,76	0,88	1,24	0,96	0,92	0,38	0,74
Sergipe	-0,14	-0,76	0,59	0,56	0,52	1,01	3,13	0,33	6,66
Nordeste	-0,20	-0,95	1,60	2,89	1,23	1,58	0,70	0,42	0,52

Fonte: (SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL, 2007b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

financeiros representavam 42 vezes seu superávit (2004), para uma confortável relação de 0,42 em 2005, terminando 2006 com déficit. Sergipe

apresenta em 2006 uma relação em que os encargos financeiros superam em 6,7 vezes o superávit gerado.

6.2.2 - Arrecadação de ICMS

A arrecadação do ICMS no período de janeiro a setembro/07, no Nordeste, aumentou 7,1% sobre o mesmo período do ano passado. No País como um todo cresceu 10,2%. (Tabela 53). O desempenho da Região, três pontos percentuais abaixo da média nacional, ficou pela variação insatisfatória na arrecadação da Bahia e Ceará, bem assim do Rio Grande do Norte, que teve a pior evolução entre os estados nordestinos.

A arrecadação do Ceará⁴¹ cresceu apenas 5,3% contra 7,1% do Nordeste e 10,2% da média nacional. Isso se explica porque, em alguns meses ocorreram queda na arrecadação. Por exemplo, em janeiro e setembro de 2007, a arrecadação de ICMS caiu 7,7%, em abril, a queda foi maior,

10,9%. O principal item responsável por essa redução nos meses citados foi a arrecadação em “petróleo, combustíveis e lubrificantes”, que caiu 23,1%. O Estado perdeu em arrecadação nesse item, no período janeiro a setembro/07, cerca de R\$ 143,7 milhões.

Na Bahia (5%), o desempenho se explica pelo baixo crescimento da arrecadação nos meses de janeiro a março (nenhum mês teve crescimento maior que 3%), e setembro, quando houve redução de caixa de R\$ 103,6 milhões. Os itens explicativos dessa redução em setembro são a arrecadação em “energia elétrica” e “petróleo, combustíveis e lubrificantes”.

Tabela 53 – Arrecadação do ICMS (Valores em R\$ Mil)

Discriminação	Jan. - Set.		var. %	Part. Em 2006	Part. Em 2007
	2006	2007			
Alagoas	904.056	1.016.289	12,4	0,73	0,74
Bahia	6.225.255	6.534.422	5,0	5,02	4,78
Ceará	2.687.680	2.830.280	5,3	2,17	2,07
Maranhão	1.350.647	1.470.891	8,9	1,09	1,08
Paraíba	1.129.726	1.220.843	8,1	0,91	0,89
Pernambuco	3.563.392	3.924.867	10,1	2,87	2,87
Piauí	773.410	854.536	10,5	0,62	0,63
Rio Grande do Norte	1.401.926	1.456.693	3,9	1,13	1,07
Sergipe	799.659	871.121	8,9	0,64	0,64
Nordeste	18.835.751	20.179.942	7,1	15,19	14,77
Brasil	123.991.589	136.633.480	10,2	100,00	100,00

Fonte: (BRASIL, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁴¹ O dado da arrecadação de fevereiro, para o estado do Ceará é provisório. Outros estados também têm dados provisórios, como o Acre (janeiro e agosto) e o Distrito Federal (setembro).

No Rio Grande do Norte, o mês de setembro também foi de perda de arrecadação, 7,7% comparando-se com 2006. Mas também ocorreram reduções em maio (3%) e agosto (1%).

Entre os estados nordestinos apenas Alagoas teve evolução superior à média nacional, crescendo 12,4%. O Piauí foi o segundo colocado

com crescimento um pouquinho acima da média nacional. Os demais ficaram abaixo e a participação relativa do Nordeste no total de ICMS recolhido no País caiu de 15,2% para 14,8% (Gráfico 40). A queda se deve, principalmente, à arrecadação do ICMS no Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

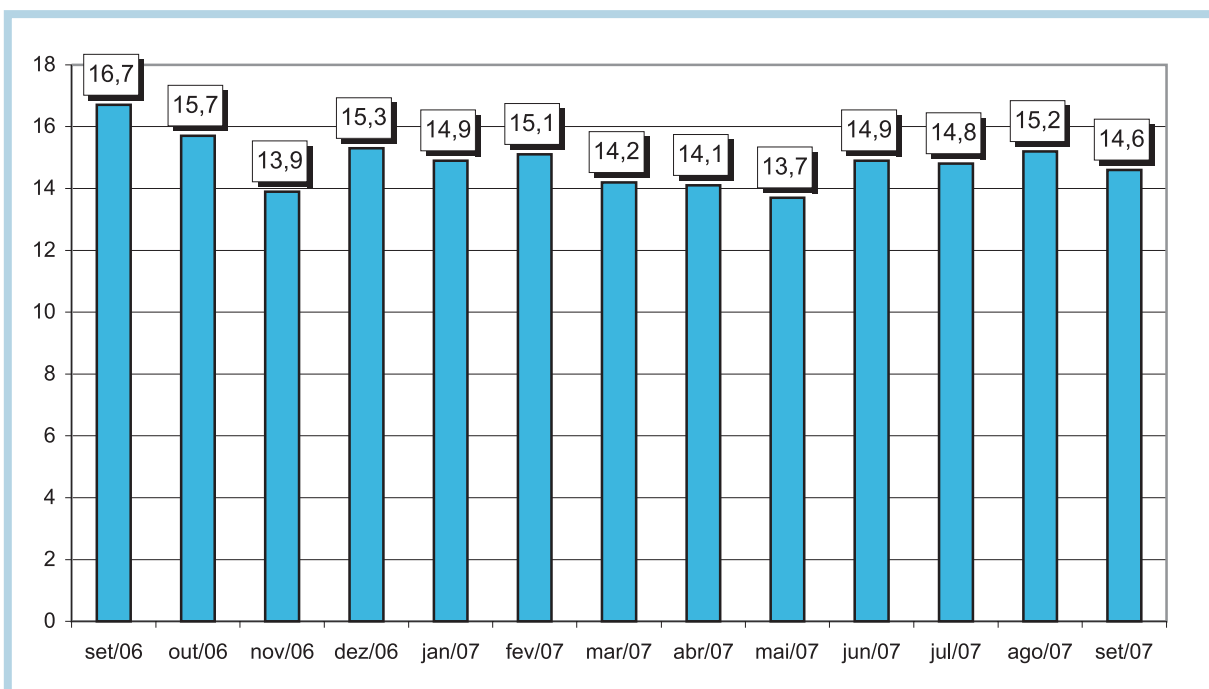


Gráfico 40 - Participação do Nordeste na Arrecadação de ICMS no Brasil 2007.

Fonte: (BRASIL, 2007). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 05 dez. 2007.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2007a.

_____. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2007b.

ISSN 1807883-4



9 771807 883004

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

